



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ**  
**DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS**  
**CURSO DE SERVIÇO SOCIAL**

**CAMPUS REGIONAL DO VALE DO IVAÍ**

**JÉSSICA MOSTASSO LISBOA**

**A REALIDADE DE TRABALHO DOS CORTADORES DE  
CANA-DE-AÇÚCAR DO VALE DO IVAÍ/PR**

---

**IVAIPORÃ**

**2014**

JÉSSICA MOSTASSO LISBOA

**A REALIDADE DE TRABALHO DOS CORTADORES DE  
CANA-DE-AÇÚCAR DO VALE DO IVAÍ/PR**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Graduação em Serviço Social da Universidade Estadual de Maringá, como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Serviço Social.

Orientador: Profº. Ms. Peterson Alexandre Marino

**IVAIPORÃ**

**2014**

JÉSSICA MOSTASSO LISBOA

**A REALIDADE DE TRABALHO DOS CORTADORES DE  
CANA-DE-AÇÚCAR DO VALE DO IVAÍ/PR**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Graduação em Serviço Social da Universidade Estadual de Maringá, como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Serviço Social.

Orientador: Prof<sup>o</sup>. Ms. Peterson Alexandre Marino

**COMISSÃO EXAMINADORA**

---

Prof<sup>o</sup>. Ms. Peterson Alexandre Marino  
Universidade Estadual de Maringá

---

Prof<sup>a</sup>. Ms. Vanessa Rombola Machado  
Universidade Estadual de Maringá

---

Prof<sup>a</sup>. Esp. Maria Celeste de Melo da Cruz  
Universidade Estadual de Maringá

Maringá, \_\_\_\_\_ de Novembro de 2014.

Ao meu pai José Lisboa ex-trabalhador cortador de cana-de-açúcar que foi expiração para com este trabalho, estando sempre ao meu lado me apoiando e incentivando na busca dos meus objetivos.

## AGRADECIMENTOS

É com muito carinho que escrevo estas palavras, pois foram muitos aqueles que contribuíram para a elaboração desse trabalho, sem os quais este não teria se concretizado. Dessa forma, posso dizer que esse trabalho não é só meu, mas pertence a cada um que de alguma forma contribuiu para sua materialização.

Em primeiro lugar agradeço a Deus.

Ao meu pai José Lisboa, este que foi minha expiração para a elaboração desse trabalho. Meu pai, meu anjo, o qual por muito tempo buscou no corte de cana-de-açúcar o sustento de sua família num trabalho sofrido e precarizado, a ele agradeço pelo carinho, confiança, amor e tudo que me proporcionaste.

Á minha mãe Marlene Ferreira Mostasso Lisboa, minha irmã Josiane Mostasso Lisboa, agradeço pela compreensão, pela força, pelas orações, por entender meu silêncio, meus sonhos, meus desabafos, meus medos, meus choros, minhas angústias, por estarem comigo todo este tempo me apoiando.

Agradeço a todos os meus professores, estes que fizeram parte do meu processo de aprendizagem. Não vou citar os nomes aqui, pois são muitos, mais me refiro a todos os professores, os meus mestres que serão sempre lembrados por mim.

Ao meu professor e orientador do Trabalho de Conclusão de Curso Peterson Alexandre Marino, o qual também fez parte do processo de elaboração desse trabalho, me orientando com seu conhecimento, contribuindo com suas colocações e proposições.

Agradeço também o carinho e atenção dos trabalhadores cortadores de cana-de-açúcar, estes que me receberam em suas casas, prestando informações importantes para com esse trabalho.

Agradeço também ao assistente social Eduardo Augusto Farias, por ter sido meu supervisor de campo e ter compartilhado seu tempo e seu saber.

Agradeço aos colegas de trabalho pela compreensão, carinho e apoio.

Foram e são tantos os que me apoiaram e me ajudaram a construir esse trabalho, alguns já nem estão mais aqui, entre nós, ditos os vivos; outros estão em locais que a distância impera, outros se colocaram mais presentes em minha vida.

A todos esses.. Estes.. E aqueles tantos, o meu muito OBRIGADA.

LISBOA, Jéssica Mostasso. **A realidade de trabalho dos cortadores de cana-de-açúcar do Vale do Ivaí-PR**. 2014. 116 fls. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Serviço Social) – Universidade Estadual de Maringá, Ivaiporã, 2014.

## RESUMO

O presente Trabalho de Conclusão de Curso tem como tema central a discussão sobre a realidade de trabalho dos cortadores de cana-de-açúcar, das usinas de cana-de-açúcar que abrangem a região do Vale do Ivaí. O referencial teórico da pesquisa aborda inicialmente a história da atividade humana, sendo uma realização essencialmente humana, visto que foi na atividade denominada trabalho que os indivíduos se distinguiram das formas da vida animal. Para tanto, com o desenvolvimento das forças produtivas, o trabalho passa a ser assalariado, alienado e fetichizado, estando organizado em uma sociedade capitalista de produção, onde a força de trabalho passa a ser tratada como uma mercadoria que produz valor quando aliada aos meios de produção. Aborda também a história econômica, política e social do Brasil em relação ao desenvolvimento da cultura canavieira, a questão agrária, os impactos ambientais causados pelo cultivo da cana-de-açúcar e a vivência do trabalho pelos cortadores de cana. Por fim, a pesquisa de campo se realizou por meio de entrevistas semiestruturadas com os cortadores de cana, tendo como objetivo conhecer a realidade objetiva de trabalho desses sujeitos que se encontram inseridos no processo de produção capitalista que aliena, explora e escraviza. Dessa forma foi possível atestar as condições desses trabalhadores, que vivenciam o sofrimento do trabalho no corte de cana, estes que não são atendidos na sua dignidade, vivenciam longas jornadas de trabalho aliada a precarização do transporte, a má alimentação e a intensidade física do trabalho.

**Palavras Chaves:** Trabalho. Capitalismo. Corte de cana. Exploração.

LISBOA, Jessica Mostasso. **The reality of working Cutters cane sugar of Vale do Ivaí-PR.** 2014. 116fls. Course Conclusion work (Degree in Social Work) - State University of Maringá, Ivaiporã, 2014.

### **ABSTRACT**

This Labor Completion of course is focused on discussing the reality of working Cutters cane sugar, cane-sugar covering the Vale of Ivaí plants. The theoretical research initially covers the history of human activity, being an essentially human endeavor, which was seen in the activity called work that individuals have distinguished the forms of animal life. Thus, with the development of the productive forces, the work shall be paid, alienated and fetishized, being organized in a capitalist society production, where the workforce is treated as a commodity that produces value when combined with the media production. Also addresses the economic, political and social history of Brazil in relation to the sugarcane crop, the land question, the environmental impacts caused by the cultivation of cane sugar and the experiences of the work by the cane cutters. Finally, the field research was conducted through semi-structured interviews with the cane cutters, aiming to meet the objective reality of the work of these guys who are entered in the capitalist production process that alienates, exploits and enslaves. Thus it was possible to certify the conditions of these workers, who experience the pain of labor in the sugarcane cutting, these are not met in their dignity, experience long working hours combined with instability of transport, poor diet and physical intensity of work .

**Keywords:** Labor. Capitalism. Cutting cane. Exploitation.

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Evolução da área, produção e produtividade Brasileira da cana-de-açúcar a partir de 1975 .....	47
Tabela 2 – Usinas localizadas no Estado do Paraná .....	66



## LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Gênero dos entrevistados.....	73
Gráfico 2 – Idade dos trabalhadores cortadores de cana-de-açúcar.....	74
Gráfico 3 – Escolaridade .....	77
Gráfico 4 – Tempo de trabalho no corte de cana-de-açúcar .....	79
Gráfico 5 – Idade que iniciaram no corte de cana-de-açúcar .....	80
Gráfico 6 – Renda mensal.....	84

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	<b>11</b>
<b>1- TRABALHO E INDIVÍDUO SOCIAL NO PROCESSO DE PRODUÇÃO CAPITALISTA</b> .....	<b>15</b>
1.1 ONTOLOGIA DO SER SOCIAL .....	16
1.2 A FORMA HISTÓRICA DO INDIVÍDUO SOCIAL NA SOCIEDADE BURGUESA E NA SOCIEDADE CAPITALISTA .....	20
1.3 O DESENVOLVIMENTO HISTÓRICO DO PROCESSO DE PRODUÇÃO CAPITALISTA.....	29
<b>2- O PROCESSO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO NO BRASIL</b> .....	<b>41</b>
2.1 BRASIL COLONIAL E O DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO .....	42
2.2 A PROPRIEDADE TERRITORIAL E A INDÚSTRIA CANAVIEIRA .....	44
2.3 QUESTÃO AGRARIA: HERANÇA DE UM PASSADO – LUTA PELA TERRA	50
2.4 OS IMPACTOS AMBIENTAIS CAUSADOS PELA PRODUÇÃO DA CANA-DE-AÇÚCAR. ....	56
2.5 A VIVÊNCIA DO TRABALHO PELOS CORTADORES DE CANA-DE-AÇÚCAR .....	59
<b>3- A REALIDADE DE TRABALHO DOS CORTADORES DE CANA-DE-AÇÚCAR NA REGIÃO DO VALE DO IVAÍ</b> .....	<b>64</b>
3.1 USINAS DE CANA-DE-AÇÚCAR .....	64
3.1.1 Serviços Sociais ofertados pelas usinas.....	69
3.2 A VIVÊNCIA DO TRABALHO PELOS CORTADORES DE CANA-DE-AÇÚCAR DO VALE DO IVAÍ.....	71
3.2.1 Caracterização dos Entrevistados .....	72
3.2.2 Condições de Trabalho.....	81
3.2.3 Perspectiva de Vida.....	97
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	<b>101</b>
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	<b>106</b>
<b>APÊNDICE</b> .....	<b>110</b>

## INTRODUÇÃO

*Digo: o real não está na saída e nem na chegada:  
Ele se dispõe para a gente é no meio da travessia.  
Guimarães Rosa<sup>1</sup>*

A categoria trabalho se faz central nesta pesquisa, quando seu significado se expressa: a partir da atividade denominada trabalho em que o animal homem se constitui como ser social na sua produção da vida material. (ALVES, 2007).

O eixo condutor dessa pesquisa é a precarização do trabalho, contudo demanda compreender um pouco sobre o desenvolvimento do homem enquanto ser social, ter claro que a sociedade na qual vivemos é resultado da relação homem e natureza, e a partir dessa relação que o homem cria seus meios de subsistência e de produção. No entanto, a produtividade humana torna-se mais complexa com a sociedade burguesa, pois encontra dividida em duas classes sociais a burguesia detentora dos meios de produção e a classe proletariado, aquela que se vê obrigada a vender seu único bem, ou seja, sua força de trabalho, para sobreviver em meio à exclusão do processo de produção, visto que o trabalho passa a ser consumido como uma mercadoria de valor. (IAMAMOTO, 2014).

Segundo Alves (2007), coloca que o processo de produção capitalista gera expropriação das capacidades físicas e mentais dos trabalhadores, o que gera acúmulo de riqueza para o burguês, pois o que o trabalhador produz não lhe pertence, sendo que a burguesia comprou o direito de obter sua força de trabalho dentro dos meios de produção, por meio do salário, e em contrapartida o proletariado vivencia os baixos salários, as péssimas condições de trabalho e de vida.

O sistema capitalista de produção está organizado no processo de produção de riquezas. Para se reproduzir necessita do trabalho vivo, que ao ser empregado nesse processo vivencia a exploração de sua força física, recebendo em

---

<sup>1</sup> ROSA, G. Grande sertão: veredas. In *João Guimarães Rosa*. Ficção completa em dois volumes, v.II. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1994, p.46.

troca um valor, ou seja, o salário que o aliena do processo de produção. (IAMAMOTO, 2014).

O presente trabalho tem como objeto de estudo a precarização do trabalho dos cortadores de cana da região do Vale do Ivaí- PR. Visa buscar um estudo com relação ao processo de trabalho vivenciado pelos cortadores de cana-de-açúcar, como condição de trabalhadores livres na precariedade do trabalho ocasionado pelo alto nível de exploração.

Perante o objeto apresentado, este estudo tem como objetivo geral analisar a realidade objetiva do trabalho dos cortadores de cana de açúcar na região do Vale do Ivaí-PR.

Já os objetivos específicos visam: a) descrever a constituição do indivíduo social por meio da atividade denominada trabalho, atribuindo visibilidade às formas assumidas pelo trabalho e as vivenciadas pelo homem; b) discutir as condições do mundo do trabalho desde a crise do feudalismo e o surgimento do sistema capitalista no século XV, e os reflexos ocorridos no mundo do trabalho na década de 1970, como estes rebateram nas condições de trabalho; c) analisar o mundo do agronegócio e as consequências advindas da exploração desmedida da mão de obra e da terra; d) levantar as necessidades trabalhistas e sociais dos trabalhadores da indústria canavieira; e) abordar os serviços sociais dentro das Usinas no Vale do Ivaí e o seu papel na garantia dos direitos (humanos, sociais e trabalhistas) desses trabalhadores; analisar a rotina do trabalhador, seus passos de produção, e sua segurança e equipamentos de proteção (principais dificuldades, anseios e projetos de vida).

Esse trabalho se justifica considerando a relevância desse assunto na região lócus dessa pesquisa, onde existe uma grande concentração de trabalhadores no corte de cana. Sendo, no entanto, uma temática pouco abordada no campo do serviço social e de extrema relevância para compreender as relações de trabalho que perpassam esse contexto social.

O trabalho partiu também da curiosidade da autora, por ter o pai como ex-trabalhador manual do corte da cana-de-açúcar em uma usina na região. Diante disso, a pesquisa irá buscar uma compreensão do processo de trabalho desses

trabalhadores, de modo a analisar mais de perto essa realidade que se faz tão presente na região.

Outro motivo que justifica a presente pesquisa é o fato de despertar na autora a indignação perante as condições de trabalho, imposta pelo sistema capitalista vigente. Onde essa relação de trabalho acaba por colocar esses trabalhadores numa “armadilha” de “exploração” de sua força de trabalho. A pesquisa pretende, portanto, contribuir para uma maior compreensão do processo de trabalho dos cortadores de cana, sua precarização e exploração.

Para tanto, este trabalho estruturou-se em dois momentos concomitantes. No primeiro momento, foi realizada uma revisão bibliográfica, em artigos, revistas e livros, se apoiando em leituras de autores como Marx, Yamamoto, Barroco, Lukács dentre outros, que fazem abordagem do trabalho como constitutivo do ser social, do contexto histórico e social do trabalho, da produção canavieira. Partiu-se também de outras leituras como Antunes e Alves, os quais discutem as condições de trabalho no mundo contemporâneo, da lógica de exploração do trabalhador, de forma a abranger a realidade da região do Vale do Ivaí – PR.

No segundo momento, procede-se com as entrevistas realizadas com trabalhadores cortadores de cana-de-açúcar, sendo uma pesquisa de campo no período do mês de setembro do presente ano, por meio de visitas nas residências dos trabalhadores, onde foram entrevistados homens, mulheres, jovens e idosos trabalhadores no corte de cana-de-açúcar.

O trabalho encontra-se estruturado em três capítulos. O primeiro visa buscar um estudo crítico com relação à categoria trabalho como atividade do ser social, faz jus à historicidade de forma a abordar a constituição do indivíduo social, na sua produção humana e nas relações sociais estabelecidas mediante a atividade laborativa. Descreve os modos de produção, desde as primeiras civilizações, o feudalismo e por último o modo de produção burguês que se faz tema central na discussão da precarização do trabalho.

No segundo capítulo, aborda-se uma discussão do trabalho no campo, um breve resgate do contexto histórico e social do desenvolvimento desigual da sociedade brasileira, analisando as relações sociais de produção e de propriedade reportando à questão agrária, as formas de trabalho, os desafios do agronegócio

que hoje visa buscar o lucro em detrimento de qualquer outro fator seja ele ambiental ou a saúde do trabalhador, a soberania alimentar da nação, dentre outros. Como também trata da monocultura da produção do biocombustível e as usinas de cana de açúcar no Brasil, e por fim traz um breve relato dos serviços sociais ofertados pelas usinas de cana de açúcar.

Já no terceiro e último capítulo desse trabalho, descreve-se e analisa-se o trabalho na agricultura canavieira – o processo de trabalho dos cortadores de cana-de-açúcar. Contudo, diante das entrevistas realizadas apresenta-se a questão de gênero, a idade, à jornada de trabalho dos cortadores de cana, o salário que é elemento inerente à produção individual na sociedade capitalista, a exploração referente ao trabalho pesado e controlado pelo tempo, visto que o trabalhador no processo de trabalho entende que quanto maior sua produção maior será seu salário, se encontrando alienado aos meios de produção. Aborda ainda a presença dos direitos sociais e trabalhistas ou sua negação. Busca-se expor as falas dos trabalhadores colocando os pontos de vista e os sentimentos com relação ao trabalho que realiza.

Espera-se que esta pesquisa seja apenas o início de um estudo que tem muito para ser discutido, mas que seja incentivo para outros, que por meio deste busquem estudar e conhecer melhor o mundo do trabalho, especificamente o mundo vivenciado pelos cortadores de cana da região do Vale do Ivaí-PR, onde a precarização do trabalho e a exploração se fazem tão presentes, onde o moderno se desenvolve em meio ao arcaico.

## **1-TRABALHO E INDIVÍDUO SOCIAL NO PROCESSO DE PRODUÇÃO CAPITALISTA**

Este capítulo tem como propósito abordar a categoria trabalho, entendendo esta enquanto uma das mais complexas categorias da teoria social crítica. Interessa destacar, neste trabalho, a relação do homem com a natureza no processo de constituição do indivíduo social. No entanto, faz-se necessário compreender a organização da natureza e a relação que o homem estabelece com a mesma para se reproduzir quanto ser biológico.

Discute-se diante desse tema “o processo de produção/reprodução social; trabalho e sociabilidade” (LESSA, 2006), e ainda sustenta as contribuições do estudo “trabalho e indivíduo social” (IAMAMOTO, 2008), e nas “dimensões da reestruturação produtiva” (ALVES, 2007) como também nos “Processos de trabalho da manufatura á maquinaria moderna” (BATISTA, 2014).

Num segundo momento do capítulo, é expresso um estudo realizado sob a obra de Marx, em “O Capital”, o qual busca discutir a força de trabalho quanto mercadoria no sistema de produção capitalista, visto que o homem inserido nesse processo de produção se vê obrigado a vender sua força física para se manter enquanto ser social.

Já num outro momento, segue uma periodização do processo de desenvolvimento do sistema capitalista de produção, onde busca contextualizar de forma sucinta o seu processo de desenvolvimento, desde sua emersão no século XV, até os dias atuais. No entanto, terá como subsídio teórico as contribuições de Antunes, sociólogo do trabalho, onde o mesmo, diante dos estudos baseados na teoria social crítica, permite-nos compreender o porquê esse sistema econômico fragiliza o trabalho tornando ele precário.

Tais reflexões teóricas deste presente capítulo nos permitirão, futuramente nessa pesquisa, analisar a realidade do trabalhador manual do corte-de-cana e o contexto de sua sobrevivência, enquanto participante das relações de produção social da atual sociedade capitalista.

## 1.1 ONTOLOGIA DO SER SOCIAL

As primeiras atividades desenvolvidas antes para atender as necessidades biológicas do *homo sapiens*, como animal, ocorriam mediante atividades que se caracterizam como trabalho primitivo, simplesmente predatório, onde o *homo sapiens* era pescador, caçador, coletor, etc, ele apenas retirava da natureza aquilo que a mesma produzia. Diante de tal atividade, as necessidades do homem foram ganhando formas. Deste modo, é importante trazer para este estudo as contribuições de Lessa (1999), pois segundo o mesmo:

A natureza é composta pelo ser inorgânico (mundo mineral) e pelo ser orgânico (animais e plantas). Assim como as plantas se alimentam do reino mineral, e os animais se alimentam das plantas e dos minerais – os homens apenas podem existir em relação com a natureza: a começar pelo fato de que sem a reprodução biológica dos indivíduos não há sociedade possível. (LESSA, 1999, p.1)

Admirável pensar que a história humana só se desenvolveu mediante a relação do homem com a natureza, relação esta que o homem desenvolve não sendo natural, visto que a natureza produz naturalmente de acordo com suas leis naturais, já o homem para se manter quanto ser biológico constituído de necessidades precisa criar relação com a natureza, ou seja, criar mediações entre a mesma para que suas necessidades biológicas sejam atendidas.

Um exemplo de como o indivíduo desenvolveu sua relação com a natureza, ou seja, na necessidade de abrir o coco, o homem tinha como alternativa jogar o coco no chão para o coco quebrar, ou construir algo que fosse prático para quebrar o coco, no entanto pensou no resultado mais provável das alternativas. Busca então construir o machado para quebrar o coco, visto que o machado não existe na natureza como algo dado:

[...] o machado é uma transformação de um pedaço da natureza. A madeira e a pedra do machado continuam sendo um pedaço da natureza. Se desmanchamos o machado, a pedra e a madeira continuam pedra e madeira. O machado é a pedra e a madeira organizadas segundo uma determinada forma – e esta forma só pode existir como resultado de trabalho. O trabalho, portanto, não implica no desaparecimento da natureza, mas na sua transformação no sentido desejado pelos homens. (LESSA, 1999, p.3).



Entendendo que a relação do homem com a natureza ocorre mediante suas necessidades biológicas, onde para satisfazer suas necessidades ele cria meios (machado) para que as mesmas sejam atendidas, isso ocorre, porque o homem, diferente de outros animais, tem a capacidade de desenvolver suas habilidades físicas e mentais. O homem transforma os elementos da natureza, ou seja, de sua forma bruta em instrumentos de mediação. Isso acontece pelo fato do homem desenvolver a capacidade de antecipar em sua consciência o resultado da sua atividade, essa capacidade desenvolvida pelo homem é denominada de prévia ideação<sup>2</sup>. (LESSA, 1999)

Dessa forma, a relação que o homem estabelece com a natureza para atender suas necessidades, é entendida por Lessa como uma transformação da natureza do mundo natural, pois a matéria bruta deixou de ser um simples elemento da natureza e passou a ser objetivação, uma criação humana, como também essa atividade permite a transformação do homem, visto que à medida que ele transforma a natureza, ele também se transforma, adquirindo novos conhecimentos com relação aos elementos da natureza e novas habilidades físicas. No entanto, Lessa (1999) coloca que, ao construir o machado ele não poderia saber antecipadamente quais os novos conhecimentos e habilidades que ele adquiriria no processo, mas à medida que suas necessidades vão sendo satisfeitas, surgem novas necessidades, momento em que suas objetivações<sup>3</sup> passam a ser aprimoradas, pois percebe que o objeto que construiu antes através da sua relação com a natureza pode ser aperfeiçoado. Como salienta Lukács:

O homem torna-se um ser que dá respostas precisamente na medida em que – paralelamente ao desenvolvimento social e em proporção crescente – ele generaliza, transformando em perguntas seus próprios carecimentos e suas possibilidades de satisfazê-los; e quando em sua resposta ao carecimento que a provoca, funda e enriquece a própria atividade com tais mediações bastante articuladas, de modo que não apenas a resposta, mas também a pergunta é produto imediato da consciência que guia a atividade. (LUKÁCS, 1978 apud BARROCO, 2010, p.27)

---

<sup>2</sup> - Prévia ideação ou teleologia: a construção, na consciência, do resultado provável de uma determinada ação. (LESSA, 2006, p.3).

<sup>3</sup> - Objetivação: a transformação do que foi previamente idealizado em um objeto pertencente à realidade externa ao sujeito. Transformação da realidade no sentido da prévia ideação. (LESSA, 2006, p.3).

Ainda nos estudos de Lukács (1981), podemos compreender que o homem pode não ter de início conhecimento com relação às habilidades a serem adquiridas, mas antes mesmo de produzir o objeto idealizado, precisa de no mínimo ter conhecimento com relação aos elementos da natureza, ou seja, dos quais serão favoráveis para dar respostas às suas perguntas. Dessa forma pode se entender que:

Para produzir, por exemplo, com o fogo, a carne, o espeto, etc., um alimento humano – as propriedades, as relações, etc., destes objetos que são apresentados objetivamente em si e de modo absolutamente independente do sujeito ativo, devem ser corretamente conhecidos e corretamente usadas. (LUKÁCS, 1981 apud BARROCO, 2010, p. 29).

Entende-se o trabalho como a relação do homem com a natureza, e a transformação dos elementos naturais em objetivação humana, voltado para satisfazer as necessidades; é pensar que nas tribos primitivas a relação do homem com a natureza ocorria de modo isolado, pela caça, pela pesca, sendo uma atividade que estava baseada na coleta para satisfazer suas necessidades imediatas. Esta atividade acabou por permitir o desenvolvimento das capacidades do homem – novos conhecimentos com relação aos elementos da natureza como de habilidades físicas e mentais.

Importante compreender que o homem só se desenvolve quanto ser social, visto que possui a consciência como capacidade, sendo ela a responsável pelas escolhas e alternativas, por meio dela o mesmo lidera seus anseios e vontades. O trabalho é atividade teológica, tendo a consciência como função no processo da construção humana. (LESSA, 1999).

De acordo com Barroco (2010), para Marx “o trabalho é fundamento ontológico-social do ser social”, pois permite o desenvolvimento das capacidades e habilidades, distinguindo dos demais seres da natureza. No entanto, entender o trabalho no pensamento marxiano é apreender o homem como o primeiro sujeito a desenvolver e alcançar a liberdade e os movimentos do seu corpo mediante os elementos da natureza, que através da atividade laboral estabeleceu relação com a natureza dominando as forças naturais, sendo um processo de construção, em que o homem se desenvolve historicamente mediante a sua atividade vital colocada em movimento, ou seja, em relação com a natureza e com os demais indivíduos.

Segundo Barroco (2010, p.26):

Essa condição ontológico-social ineliminável do trabalho, na (re) produção do ser social, dá a ele um caráter universal e sócio-histórico. O trabalho não é obra de um indivíduo mas da cooperação entre os homens; só se objetiva socialmente, de modo determinado; responde a necessidades sócio-históricas, produz formas de interação humana como a linguagem, as representações e os costumes que compõem a cultura.

Entende-se que o trabalho além de possibilitar a objetivação da subjetividade do homem, permitiu o conhecimento com relação aos elementos da natureza, o desenvolvimento de suas habilidades e capacidades, como também criou a sociabilidade entre os indivíduos. Por meio do trabalho, originam-se as relações sociais, os modos de vida, de organização, os valores. Uma vez que os homens passam a produzir meios de trabalho, objetos e modos de vida, construindo suas relações sociais. Contudo, o mundo não é construído por apenas um homem, mas sim pela interação entre os homens, visto que um tende a influenciar o outro, na produção coletiva; supõe-se então o desenvolvimento da sociabilidade, a atividade social produtiva objetivada pelo trabalho. (BARROCO, 2010).

No entanto, Alves (2007), também ao estudar o trabalho na sua perspectiva histórico-ontológica, apresenta a evolução histórica da espécie humana, visto que tal evolução permitiu o surgimento da agricultura, o que possibilitou novas formas de relação do homem com a natureza, não só com a natureza, mas com os outros homens. No momento em que surgem as primeiras civilizações humanas (mesopotâmica, egípcia e chinesa), as organizações sociais e políticas representam o desenvolvimento das forças produtivas. A partir do desenvolvimento da agricultura, o trabalho se fez coletivo, o que possibilitou a organização social entre os homens. O processo produtivo se complexifica à medida que a sociabilidade se desenvolve, onde o estágio primitivo das atividades desenvolvidas para suprir as necessidades de sobrevivência se fundem em uma reprodução social. Isso ocorre com o surgimento da agricultura, uma atividade baseada na produção de excedente.

Com o desenvolvimento das forças produtivas, decorrentes do aperfeiçoamento das habilidades e capacidades do homem, o mesmo passa a

desenvolver trabalho artesanal – objetos úteis –, ou seja, que atenda suas necessidades. Como apresenta Alves (2007):

O desenvolvimento da atividade artesanal e da produção de utensílios, artefatos, ferramentas e objetos técnicos os mais diversos, ocorre pari passu ao desenvolvimento do homo sapiens. A espécie homem é um animal social produtor de objetos úteis (utensílios). Os elementos fundamentais (e fundantes) da atividade artesanal são o trabalho vivo (força de trabalho), meio de trabalho (técnica/ferramenta) e objeto da natureza (matéria-prima). Eles é que constituirão a categoria de processo de trabalho. [...] (ALVES, 2007, p.78).

Nesta forma de trabalho o homem constituído de suas capacidades, sendo elas a sua força de trabalho, os meios de trabalho anteriormente criados por ele, e mais, agora, os elementos da natureza – sendo estes os elementos que constituem o processo de trabalho –, ao mesmo tempo em que permite a criação de novos meios de trabalho, novos objetos úteis aprimora os já produzidos.

## **1.2 A FORMA HISTÓRICA DO INDIVÍDUO SOCIAL NA SOCIEDADE BURGUESA E NA SOCIEDADE CAPITALISTA**

O ponto de partida foi á abordagem da ontologia do trabalho, visto que o indivíduo se constitui enquanto ser social mediante sua relação com a natureza, onde suas capacidades e habilidades se desenvolvem por meio da atividade denominada trabalho.

No entanto, a construção teórica de lamamoto (2008), baseada na teoria marxiana, analisa como as relações pessoais dos indivíduos isolados foram ás primeiras formas de organização da produtividade humana, onde o indivíduo dependia dos elementos da natureza para satisfazer suas necessidades enquanto ser biológico, visto que esta compreensão do ser social se compara com aos estudos abordados anteriormente.

Diante do desenvolvimento das relações sociais, da construção da sociabilidade entre os indivíduos, o trabalho ganha nova forma de organização à medida que suas forças produtivas se desenvolvem, visto que a produtividade

humana se firma com a sociedade burguesa, onde o trabalho do indivíduo, ou seja, sua objetivação agora é tida como mercadoria<sup>4</sup> na sua forma de valor. (IAMAMOTO, 2008)

A sociabilidade dos indivíduos na sua relação de produção permitiu o desenvolvimento da sociedade mercantil. O trabalho nessa sociedade passou a se expressar além da sua forma unilateral, os produtos produzidos agora são tratados como mercadorias, passam a ser trocados entre os indivíduos de acordo com as necessidades de uso. A objetivação humana passa a atender as necessidades sociais, seu produto na sociedade mercantil é tido como valor de troca, visto que o indivíduo não produz somente para atender suas necessidades ou a de seu grupo, mas agora sua produção atende as necessidades sociais, mediante troca de trabalho. Dessa forma, entende-se:

Portanto, o trabalho privado dos produtores mercantis assume um caráter social, sob dois ângulos. De um lado, são trabalhos concretos, qualitativamente determinados, voltados à produção de objetos de uso, que têm que satisfazer uma necessidade social, como partícipes da divisão social do trabalho. De outro lado, só podem satisfazer as múltiplas necessidades sociais à medida que possam ser trocados por qualquer outro tipo de trabalho privado útil. (IAMAMOTO, 2008, p.49).

Deste modo, compreende-se que o produto do trabalho humano na sociedade burguesa passa a ser tido como mercadoria, sendo o produto a materialização do trabalho humano, a objetivação humana de um determinado tempo de trabalho, onde o mesmo além de ganhar sua forma como mercadoria exprime seu valor de uso. Como analisa Marx (1999, p.58), “A utilidade de uma coisa faz dela uma valor-de-uso.”, ou seja, quando uma coisa ou objeto produzido pelo trabalho do homem é expresso pela utilidade, só se torna mercadoria quando se faz útil para outros homens no feitiço do valor-de-troca. No entanto Marx (1999) ressalta que:

Uma coisa pode ser valor-de-uso sem ser valor. É o que sucede quando sua utilidade para o ser humano não decorre do trabalho. Exemplos: o ar, a terra virgem, seus pastos naturais, a madeira que

---

<sup>4</sup> - A mercadoria é, antes de mais nada, um objeto externo, uma coisa que, por suas propriedades, satisfaz necessidades humanas, seja qual for a natureza, a origem delas, provenham do estômago ou da fantasia. Não importa a maneira como a coisa satisfaz a necessidade humana, se diretamente, como meio de subsistência, objeto de consumo, ou indiretamente, como meio de produção. (MARX, 1883, p.57).

crece espontânea na selva etc. Uma coisa pode ser útil e produto do trabalho humano sem ser mercadoria. Quem, com seu produto, satisfaz a própria necessidade gera valor-de-uso, mas não mercadoria. Para criar mercadoria, é mister não só produzir valor-de-uso, mas produzi-lo para outros, dar origem a valor-de-uso social. (MARX, 1999, p.62-63).

Sendo assim, o valor da mercadoria passa a ser calculada no tempo de trabalho gasto para sua produção, sua troca tem que se expressar em outros produtos, ou seja, mercadorias de igual tempo de trabalho nelas realizado. (MARX, 1999).

Da necessidade de trocar os produtos cria-se um mediador sendo ele comum a todos os produtos do trabalho, ou seja, o “dinheiro” que permite estabelecer a equivalência no valor da troca, visto que antes as trocas ocorriam por meio de produtos sendo eles calculados no trabalho neles realizados. Com o surgimento do dinheiro esse processo muda: o que ocorre é a troca da mercadoria por um valor em dinheiro que equivale ao valor do trabalho nela realizada. Como descreve lamamoto (2008):

O processo de troca atribui à mercadoria não o seu valor, mas sua forma valor específica: o valor de troca, que, representando por uma mercadoria particular – o dinheiro-, permite estabelecer as relações de equivalência de valor com todas as demais mercadorias, por espelhar o valor nelas contido. (IAMAMOTO, 2008, p.52).

Compreende-se então, que o produto é materialização do trabalho humano, e se apresenta quanto mercadoria na sociedade mercantil mediante necessidade de troca para satisfazer as necessidades de outros indivíduos, sendo trocado por um equivalente geral – o dinheiro. Diante disso, lamamoto (2008, p.53), coloca que “[...] a fonte do mistério encontra-se na forma social do trabalho, pois tão logo os homens trabalham para outros o seu trabalho assume uma forma social: a forma mercantil.”

A sociedade no seu desenvolvimento social acaba por alcançar seu auge, onde as relações entre os indivíduos se baseiam na produção e na troca de produtos tidos como mercadorias. Esta troca agora mediada por um equivalente geral passa a transformar as mercadorias em produtos privados. Diante disso, lamamoto (2008), referenciando a Marx, aborda que:

[...] No dinheiro, o poder social transforma-se em poder privado. O poder que cada indivíduo dispõe sobre as atividades dos outros e sobre as riquezas sociais deriva de sua condição de proprietário privado de valores de troca, de dinheiro: “seu poder social, assim como seu nexa com a sociedade, carrega-o no bolso”. (MARX, 1980 *apud* IAMAMOTO, 2008, p.56).

Contudo, é relevante ressaltar que o dinheiro criou uma universalização das relações de dependência entre os produtos, visto que antes as produções dos objetos ocorriam mediante o trabalho humano em meio isolado, dentre do qual os produtos produzidos não mantinham uma relação social com indivíduos. Com a sociedade mercantil, as relações de produção ocorrem mediante a necessidade de troca: há uma certa dependência entre os indivíduos com relação as suas necessidades, e a sociabilidades entre os mesmos permitiram uma relação social entre os produtos, as coisas, que tomam forma de mercadorias. Deste modo, as relações e as necessidades sociais vão sendo satisfeitas de acordo com as novas necessidades, visto que diante da troca de produtos, surge a necessidade de um mediador social, onde se cria o equivalente geral, o dinheiro, sendo ele o mediador da troca, que faz com que o produto adquirido por ele se torne privado. (IAMAMOTO, 2008)

Dessa forma, na sociedade mercantil, as relações dos indivíduos ocorrem pela liberdade do comércio – pela troca de mercadoria –, onde estes se reconhecem como livres proprietários, que produzem e trocam suas mercadorias de acordo com suas vontades, e não se veem submetidos a uma coerção apenas movidos pelas necessidades. (IAMAMOTO, 2008).

O trabalho que antes era pessoal do indivíduo, agora na sociedade mercantil passa a ser social, visto que o indivíduo expressa sua particularidade na sua objetivação. Seu trabalho materializado em objetos assume valor de troca mediante ao equivalente geral “dinheiro” na busca de satisfazer as necessidades dos demais indivíduos.

Podemos compreender ainda o surgimento da sociedade burguesa, está que emerge com a acumulação de riquezas pelos comerciantes, sobre tudo pela ampliação extraordinária das atividades mercantis como pela exploração da força de trabalho.

Mas ao se remeter ao processo capitalista de produção, iremos nos deparar com uma mercadoria muito especial, que existe na corporeidade física e mental do indivíduo, e que ao ser colocado em movimento, é acionada como trabalho, sendo fonte de valor. Por meio do qual, Iamamoto (2008), referenciando-se a Marx, elucida:

Característica à época capitalista é que a força de trabalho assume, para o próprio trabalhador, a forma de mercadoria que pertence a ele que, por conseguinte, seu trabalho assume a forma de trabalho assalariado. Por outro lado, só a partir desse instante se universaliza a forma mercadoria dos produtos do trabalho. (MARX, 1985, apud IAMAMOTO, 2008, p.61-62).

Contudo, na medida em que as forças produtivas se desenvolvem, permitem o desenvolvimento da sociedade capitalista. Nesta sociedade, “a forma mercantil torna-se a forma necessária e geral dos produtos, das condições de trabalho e dos meios de vida” (IAMAMOTO, 2008, p.64). Era capitalista datada do século XV, momento em que os camponeses são arrancados de forma violenta dos seus meios de subsistência e colocados como livres para o mercado de trabalho, como proletariados assalariados. Momento em que o capital tem a terra como propriedade, como fonte de renda. Em outras palavras, a terra deixa de atender as necessidades de forma imediata dos indivíduos que ali residiam, e passa atender as necessidades de forma indireta, mediante aplicação do trabalho assalariado na agricultura, este que, no entanto, ira mediar a subsistência dos indivíduos. Como acentua Marx (1996):

A relação-capital pressupõe a separação entre os trabalhadores e a propriedade das condições da realização do trabalho. Tão logo a produção capitalista se apóie sobre seus próprios pés, não apenas conversa aquela separação, mas a reproduz em escala sempre crescente. Portanto, o processo que cria a relação-capital não pode ser outra coisa que o processo de separação de trabalhador da propriedade das condições de seu trabalho, um processo que transforma, por um lado, os meios sociais de subsistência e de produção em capital, por outro, os produtores diretos em trabalhadores assalariados. A assim chamada acumulação primitiva é, portanto, nada mais que o processo histórico de separação entre produtor e meio de produção. Ele aparece como “primitivo” porque constitui a pré-história do capital e do modo de produção que lhe corresponde. (MARX, 1996, p. 340.)



No entanto, a sociedade capitalista passa a ser formada sob a divisão do trabalho, onde os trabalhadores livres são submetidos à realização de atividades muitas vezes inerentes à sua necessidade. Nesta sociedade o mesmo se encontra subordinado ao seu trabalho. Marx (1996), em suas palavras vai colocar que essa sociedade passa a ser compreendida em duas classes sociais:

[...] Duas espécies bem diferentes de possuidores de mercadorias tem de defrontar-se e entrar em contato; de um lado, possuidores de dinheiro, meios de produção e meios de subsistência, que se propõem a valorizar a soma-valor que possuem mediante compra de força de trabalho alheia: o outro, trabalhadores livres, vendedores da própria força de trabalho e, portanto, vendedores de trabalho. [...] (MARX, 1996, p.340).

No decorrer do desenvolvimento histórico, o modo de produção capitalista, ao ampliar suas bases produtivas, complexificou mais ainda com a emergência de duas classes sociais. No interior da classe dos trabalhadores assalariados, classe fundamental para o modo de produção capitalista, sendo a outra classe, a burguesia dona dos meios de produção. Estas duas classes sociais se encontram segmentadas, uma detentora dos meios de produção (burguesia), a outra detentora da sua força de trabalho (proletariado). (MARX; ENGELS, 2008)

Assim, é importante compreender que o capitalismo tem sua origem nas condições do trabalhador livre, ou seja, a essência do sistema de produção capitalista e a sua manutenção estão pautadas na existência do trabalhador livre, sendo este despossuído dos meios necessários à sua subsistência e de sua família. Contudo, este sistema necessita do trabalhador livre e proprietário de si mesmo, tendo como única mercadoria a sua força de trabalho, onde diante de suas necessidades de subsistência, se vê obrigado a trocar sua força de trabalho por um salário, ou seja, vende sua capacidade de trabalhar aos donos dos meios de produção para sobreviver. A venda da sua força de trabalho se torna mercadoria para o capitalista a medida que troca ela por um equivalente, o dinheiro, onde este equivalente, ao ser obtido pela troca, visa atender as necessidades vitais do trabalhador. (IAMAMOTO, 2008).

Dessa forma, o trabalhador, na sociedade capitalista, é compreendido como um sujeito necessitado e excluído dos meios de produção, apenas dotado de sua força física. No entanto, este se encontra impossibilitado de realizar trabalho

autônomo na sociedade capitalista, visto que o mesmo não possui os meios de produção necessários para produzir sua subsistência. Este sujeito desprovido dos meios de trabalho, só pode realizar trabalho mediante inserção nos meios de produção, o que faz ele refém permanente do sistema capitalista. Como afirma lamamoto (2008):

Esta condição histórica torna o individuo que trabalha um pobre virtual: a pobreza não compreendida apenas como resultado da distribuição de renda, como carência. A pobreza referida à própria produção (ou à distribuição, como distribuição dos meios de produção). Pobre, como trabalhador inteiramente necessitado, excluído de toda a riqueza objetiva, dotado de mera capacidade de trabalho e alijado das condições necessárias à sua realização objetiva. Desprovido, portanto, de condições para realizar autonomamente o trabalho necessário à reprodução de sua subsistência. Condenado pela divisão social do trabalho à pobreza virtual, porque destituído de qualquer propriedade que não sua força de trabalho, que em si é mera potência ou capacidade e só pode realizar-se ao encontrar lugar no mercado de trabalho quando demandado pelos proprietários de capital. (IAMAMOTO, 2008, p.67).

O trabalhador, ao vender sua força de trabalho, tem a mesma colocada em movimento pelo processo de produção capitalista, onde se converte em atividade produtiva, ou seja, trabalho, sendo ela orientada para um fim na produção de mercadorias. Dessa forma, a força de trabalho só se expressa em valor de uso para seu detentor quando trocada por equivalente geral. A troca da sua força de trabalho pelo equivalente geral, o dinheiro, torna-o mercadoria para o capitalista.

Contudo, para o capitalista, a força de trabalho é uma mercadoria que produz valor superior ao que lhe foi empregado anteriormente, sendo esta fonte de mais-valia<sup>5</sup>, pois ao ser colocado em ação cria valor além do trabalho socialmente necessário, sendo que o trabalho socialmente necessário é o que cobre o seu salário e o trabalho que excede o necessário é tido como trabalho excedente, o que possibilita ser apropriado pelo capitalista na forma de trabalho não pago. Dessa forma, essa mercadoria obtida pelo capitalista na troca pelo dinheiro, ao ser

---

<sup>5</sup> O prolongamento da jornada de trabalho além do ponto em que o trabalhador teria produzido apenas um equivalente pelo valor de sua força de trabalho, e a apropriação desse mais-trabalho pelo capital - isso é a produção da mais-valia absoluta. Ela constitui a base geral do sistema capitalista e o ponto de partida para a produção da mais-valia relativa. Com esta, a jornada de trabalho está desde o princípio dividida em duas partes: trabalho necessário e mais-trabalho. Para prolongar o mais-trabalho reduz-se o trabalho necessário por meio de métodos pelos quais o equivalente do salário é produzido em menos tempo. A produção da mais-valia absoluta gira apenas em torno da duração da jornada de trabalho; a produção da mais-valia relativa revoluciona de alto a baixo os processos técnicos do trabalho e os agrupamentos sociais. (MARX, 1996, p.138)

colocada em movimento aliada aos meios de produção torna-se trabalho, produzindo mercadorias. Esta atividade desenvolvida pelo sujeito, compreendida como trabalho, e apropriada pelo capitalista na forma de mercadoria, ou seja, essa força de trabalho passa ser controlada e consumida pelo capital, onde o homem se converte em um meio para o outro homem – o trabalhador passa a ser um meio para a satisfação dos fins privados do capitalista, e sua existência é para satisfazer as necessidades do não possuidor da força de trabalho. (MARX, 1996)

Marx, em suas palavras coloca que:

A produção capitalista não é apenas produção de mercadoria, é essencialmente produção de mais-valia. O trabalhador produz não para si, mas para o capital. Não basta, portanto, que produza em geral. Eles têm de produzir mais-valia. Apenas é produtivo o trabalhador que produz mais-valia para o capitalista ou serve à autovalorização do capital. (MARX, 1996, p.138).

Entende-se que o acúmulo de riqueza pelo capital ocorre mediante ampliação da jornada de trabalho, na busca de mais-valia para isto: reduz-se o tempo de trabalho socialmente necessário e amplia-se a jornada de trabalho excedente, criando a mais-valia, o que resulta em mais trabalho:

O que do ponto de vista do capital se apresenta como mais-valia, do ponto de vista do trabalhador se apresenta exatamente como mais-trabalho para além das necessidades do trabalhador, ou seja, além de necessidade imediata para a manutenção da sua condição vital. O grande sentido histórico do capital é o de criar este tempo de trabalho excedente, trabalho supérfluo do ponto de vista do valor de uso, da mera subsistência. (MARX, 1980, apud, IAMAMOTO, 2008, p.73).

No sistema capitalista o trabalho tido como necessário se expressa no trabalho necessário para suprir as necessidades de subsistência do trabalhador. Em contrapartida o trabalho supérfluo é compreendido como trabalho excedente apropriado pelo capitalista. O trabalhador, no sistema capitalista de produção, para obter seu sustento se vê obrigado a produzir além do que necessita para sobreviver, e este trabalho tido como excedente passa a ser apropriado pelo capitalista. Diante disso, lamamoto (2008) acentua:

“[...] O trabalho vivo, [...] não só reproduz o tempo de trabalho objetivado nas matérias-primas e instrumentos de trabalho (capital constante), mas produz nova criação de valores: o valor equivalente

ao custo da força de trabalho (capital variável) e o valor excedente ou mais-valia.” (IAMAMOTO, 2008, p.74)

Contudo, o crescimento da riqueza do capital é compreendido na criação da mais-valia pelo trabalhador, e na expropriação pelo capitalista. Deste modo, o crescimento dessa riqueza pode ocorrer sob duas formas, pela mais-valia absoluta<sup>6</sup>, como sendo a ampliação da jornada de trabalho do trabalhador, e pela mais-valia relativa, sendo a intensificação do ritmo de trabalho, se reduz o tempo de trabalho necessário e amplia o tempo de trabalho excedente. (IAMAMOTO, 2008).

Diante, do processo de produção capitalista o trabalho se encontra alienado ao trabalhador, onde todo o processo de trabalho está alheio a ele, os instrumentos de trabalho, o produto que produz, nada lhe pertence, até mesmo sua força de trabalho, pois a mesma foi cedida ao capital por um tempo determinado na troca de dinheiro. Neste sentido o trabalhador se encontra sob o domínio dos meios de produção do capitalista, pois o processo produtivo lhe é estranho, não se reconhece enquanto produtor, o que acaba por se submeter ao movimento do capital, tornando-se vítima do processo de produção. (IAMAMOTO, 2008).

Iamamoto (2008) explica que:

Para o trabalhador, o processo produtivo ocorre por meio de uma relação de estranhamento, em que tudo lhe é alheio: os materiais que elabora, os instrumentos com que trabalha e o próprio trabalho vivo, sua manifestação vital específica que foi cedida ao capital para o seu uso durante a jornada de trabalho. O trabalhador, portanto, relaciona-se com sua atividade como algo alheio, submetido à supervisão e aos planos de outrem, mero meio de valorização de valores existentes materializados em condições de trabalho, que dominam o trabalho vivo. O trabalho só pertence ao indivíduo produtor como esforço, mas como substância criadora de valor é propriedade do capital. (IAMAMOTO, 2008, p.77).

No processo de produção capitalista, as relações de subsistência ganham nova organização: o trabalhador não mais produz para sua subsistência de forma direta – sua produção não lhe pertence, já que antes o trabalhador dominava todo o processo de produção, dos meios de produção à matéria prima, conhecia todo o processo que desenvolvia para a produção de um produto, sendo este útil na

---

<sup>6</sup> A produção da mais-valia absoluta gira apenas em torno da duração da jornada de trabalho; a produção da mais-valia relativa revoluciona de alto a baixo os processos técnicos do trabalho e os agrupamentos sociais. (MARX, 1996, p.138)

satisfação de sua necessidade. Contudo, na sociedade capitalista, sendo esta dividida em duas classes sociais, os trabalhadores são denominados por Marx de proletariados assalariados, e os capitalistas donos dos meios de produção. O trabalhador nesta sociedade só pode se reproduzir quanto trabalhador assalariado, inserido nos meios de produção, visto que neste sistema o trabalhador é despossuído dos meios de produção, meios estes que se encontram sob o poder da classe capitalista.

Aliás, o desenvolvimento do capital se expressa na produção de mais-valia, mediante o trabalho vivo, que ao ser incorporado nos meios de produção, tem a capacidade de ampliar o capital anteriormente investido, criar mais-valia através de mais trabalho. O processo de trabalho no sistema capitalista deixa de expressar a força do homem, e passou a expressar a valorização do capital. (IAMAMOTO, 2008)

O capital requer a expansão das mercadorias para a geração do consumo na consequência da produção – quanto maior o consumo maior é a produção, quanto maior a produção menor é o valor da mercadoria –, pois entende que o valor da mercadoria se expressa no tempo de trabalho gasto na sua produção. Dessa forma, o capital busca investir em tecnologias, em meios de comunicação, na criação de um mercado mundial, visando o lucro, enquanto que o trabalhador permanece na sua condição de trabalhador cada vez mais explorado, visto que o mesmo apenas detém sua força de trabalho.

### **1.3 O DESENVOLVIMENTO HISTÓRICO DO PROCESSO DE PRODUÇÃO CAPITALISTA**

O processo de produção e reprodução das relações sociais se caracteriza como um processo antagônico entre duas classes sociais, a burguesia detentora dos meios de produção e o proletariado detentor apenas de sua força física. Para pensar o processo de produção e o surgimento das duas classes sociais, faz-se necessário a leitura e um breve resgate histórico do processo social do trabalho.

Neste sentido, Batista (2014) se referenciando ao período medieval aborda as formas de trabalho, onde neste período os trabalhadores eram tidos como servos e exerciam o trabalho nas terras que lhes eram cedidas para a agricultura, sendo que parte do que produziam eram direcionados para o pagamento de tributos e impostos a igreja.

Alves, (2007) também elucida que no modo de produção feudal, o trabalho era realizado pelos servos, visto que os mesmos produziam em terras que lhes eram cedidas, contudo parte do que produziam, ou seja, parte do produto obtido pela produção estava alienado, sendo destinado aos donos da terra. Importante ressaltar, que neste momento os servos detinham domínio dos instrumentais e de suas habilidades no processo de produção.

Ainda, Batista (2014) ao se referenciar á Junior (1988), informa que:

[...] a Idade Média, um dos momentos mais emblemáticos da história das civilizações, materializou sua existência dividida em quatro períodos: a primeira Idade Média – século IV ao VII -; a alta Idade Média – século VIII ao X; a Idade Média Central – final do século X ao XIII; e a baixa Idade Média, a partir da segunda metade do século XIII até o início do século XVI. (BATISTA, 2014, p.210)

Contudo, no século III o Império Romano entra em ruína o que afeta toda a população urbana e a do campo. Neste período a forma de produção se fazia mediante a agricultura, sendo a única forma de subsidio á população o que acaba por não dar conta de atender todo o contingente de pessoas. Não bastasse a fome, surgem às epidemias, que vai do século III ao século VIII. No entanto, o crescimento populacional e melhores condições econômicas só iram ocorrer a partir do século VIII, com a alta Idade Média. (BATISTA, 2014)

Diante desse contexto social, em que a igreja Católica detinha tanto a força econômica quando política, a mesma para ampliar sua poder cria a Guerra Santa. Contudo, esta guerra não obteve os resultados esperados. Diante disso, o clero juntamente com os senhores donos das terras se organizam e rompem com os contratos com os trabalhadores que desenvolviam atividades em suas terras. Neste momento os trabalhadores são retirados de suas terras e deixados a mercê da sorte, pois eram dependentes das terras para produzirem para se manterem. Alguns desses trabalhadores jogados a sorte, que possuíam habilidades para produzir objetos artesanais criam os ofícios.

Ainda segundo Batista (2014), elucida que:

Alguns trabalhadores, detentores de conhecimentos técnicos em criar objetos artesanais iniciam uma relação diferenciada no interior do feudalismo. Individualmente, constroem seus ofícios e, na condição de mestres e/ou aprendizes realizam suas atividades criando e desenvolvendo objetos para serem comercializados. (BATISTA, 2014, p.214)

Importante ressaltar que a agricultura era a única atividade que permitia a subsistência aos servos, no entanto uma atividade que se movia sob laço de dependência com os senhores donos das terras, o que caracterizava subordinação do servo ao senhor. Com o surgimento dos ofícios, essa relação muda, visto que o trabalhador tido como servo passa a não depender das terras dos senhores para produzir, agora inserido dentro dos ofícios produzem objetos mediante sua própria vontade, detendo de total liberdade e autonomia no seu trabalho, o que lhe permite desenvolver habilidades físicas e mentais, como também aperfeiçoá-las.

Agora este trabalhador denominado artesão, possui alta propriedade em seu trabalho, pois conhece e domina todo o processo e todos os elementos do seu trabalho, ou seja, os meios antes criados por ele para mediar seu trabalho, os objetos e suas habilidades exercidas sobre o mesmo. (ALVES, 2012).

Ainda no período medieval os artesões sofrem com a demanda do mercado. Contudo, para atender essa necessidade á uma ampliação no número de trabalhadores dentro dos ofícios, ocorrendo uma reorganização no processo de trabalho, onde este passa a ser social realizado mediante a cooperação simples.

O processo de trabalho capitalista se apropria dos elementos do processo de trabalho em sua determinação natural, alterando suas relações formais, instaurando, por exemplo, a *cooperação simples* e a *divisão manufatureira do trabalho*, mas sem alterar ainda suas relações materiais, o que significa que, apesar da *subsunção formal* do trabalho ao capital, o trabalho vivo ainda é o termo inicial (ou ativo) da produção de valor. (ALVES, 2007, p 34)

Desse modo, nota-se o início do processo de produção capitalista. Essa nova organização social do trabalho, além de buscar o aumento da produtividade visa o aumento dos lucros, o trabalho deixa de ser individual no seu processo de produção e passa a ser social.

A partir dessa compreensão, permite aqui abordar a periodização do processo de produção do sistema capitalista, visto que possibilita um conhecimento acerca do processo histórico de desenvolvimento da sociedade capitalista. Uma análise embasada nas produções literárias de Giovane Alves, onde o mesmo apresenta o processo histórico de produção capitalista entendido por ele sob três modernidades, sendo a primeira modernidade, segunda modernidade e a terceira modernidade.

Assim, diante dos estudos de Batista (2014) e Alves (2007) podemos compreender que a primeira modernidade se inicia no último terço do século XV, compreendida como o início da sociedade capitalista, sociedade esta, que emerge com a crise da sociedade feudal, quando os camponeses são desapropriados de suas terras mediante ordens dos senhores feudais:

Segundo Marx (1996):

[...] Foi muito mais, em oposição mais teimosa á realeza e ao Parlamento, o grande senhor feudal quem criou um proletariado incomparavelmente maior mediante a expulsão violenta do campesinato da base fundiária, sobre a qual possuía o mesmo título jurídico feudal que ele, e usurpação de sua terra comunal. O impulso imediato para isso foi dado, na Inglaterra, nomeadamente pelo florescimento da manufatura flamenga de lã e a conseqüente alta dos preços da lã. [...] (MARX, 1996 p.343 CAPITULO XXIV)

Pode-se observar com a época da chamada acumulação primitiva o momento da emersão do trabalho assalariado e da divisão do trabalho. Período do capitalismo comercial e manufatureiro, cujas sociedades européias ocidentais estavam em uma relação tradicional sob a dominação feudal, e ocasião em que o capitalismo mercantilista emergia. (ALVES, 2007)

Já a segunda modernidade compreendida por Alves (2007), sendo o momento em que o capitalismo alcança seu auge de desenvolvimento, onde o mesmo elucida:

O capital adquire sua dimensão efetiva tão-somente a partir do que iremos denominar de segunda modernidade, ou seja, a partir da instauração do modo de produção capitalista propriamente dito, isto é, com o sistema de máquinas e da grande indústria, baseado na subsunção real do trabalho ao capital. (ALVES, 2007, p.24)



Diante das palavras de Alves (2007), podemos compreender que a segunda modernidade surge como o advento das máquinas, tendo início com a Primeira Revolução Industrial no começo do século XIX e segue até a metade do século XX. Neste período, surgem os autores como Karl Marx e Friedrich Engels, que passam a produzir literaturas com relação ao contexto social da época. Como analisado por Marx, este momento permite o surgimento das duas classes sociais e com elas um Estado Nacional, sendo a classe burguesa dona dos meios de produção, e a classe proletária possuidora da sua força de trabalho, ambas estas fundamentais para o processo de produção capitalista.

Ainda segundo Batista (2014), neste período há uma nova reorganização do trabalho dentro das indústrias, o trabalhador é posto a vigiar a máquina em seu movimento, tendo que acompanhar os mesmos ritmos da máquina no processo de produção, o que permitiu o aumento na produção e dos lucros. Mediante a esse novo processo de produção o empregador obtinha maiores lucros, esses advindos da mais-valia, ou seja, do trabalho não pago. Houve uma redução dos salários, o que desencadeou em uma profunda manifestação das expressões da Questão Social<sup>7</sup>.

No entanto, à medida que a segunda modernidade se desenvolve, aprofunda ainda mais as contradições sociais – expressões da questão social - advindas desse processo de produção capitalista, onde se manifestam a pobreza, a fome, a miséria e as lutas de classes vivenciadas pela classe do proletariado, que passa a exigir por melhores condições de trabalho e salário, como a busca pela transformação da ordem societária. (ALVES, 2007)

O processo de produção capitalista contribui para o aumento das expressões da Questão Social, como define Batista (2014), sob os estudos de Engels (1985), Castel (1998) e Lefebvre (1999):

“[...] Outras dimensões expressivas da manifestação da “questão social” eram reveladas em todas as ruas, ruelas, casas e casebres, espaços em que circulam e em que viviam os trabalhadores e seus familiares. (BATISTA, 2014, p.234)

---

<sup>7</sup> Questão Social apreendida como o conjunto das expressões das desigualdades da sociedade capitalista madura, que tem uma raiz comum: a produção social é cada vez mais coletiva, o trabalho torna-se mais amplamente social, enquanto a apropriação dos seus frutos mantém-se privada, monopolizada por uma parte da sociedade. (IAMAMOTO, 2012, p.27)

Na segunda modernidade, conforme Alves (2007, p.25), [...] “É, portanto uma modernidade clivada de contradições sociais, fraturas estruturais, que irão se manifestar, em sua plenitude, na etapa de sua crise estrutural [...]”. Entende-se que a segunda modernidade cria um sistema de controle social, permeado por um desenvolvimento mediante as contradições sociais: as lutas de classes.

São estas determinações sociais que irão constituir as relações sociais e a identidade social da sociedade nesta época, formando um sistema de produção capitalista, visto que a força de trabalho do proletariado passa a ser obtida pela burguesia na sua forma de mercadoria. Entende-se que a segunda modernidade do capital, cria um sistema de controle social, onde mediante os meios de produção a burguesia passa a deter o controle social sob a classe proletária, visto que esta é possuidora somente da sua força física de trabalho, e por esta razão se vê obrigada a vender a mesma para a burguesia em troca de um salário para a sua subsistência. (ALVES, 2007)

Já na terceira modernidade, Alves (2007) coloca que a mesma surge em decorrência da crise da segunda modernidade na década de 1960, onde nasce uma “modernidade sem modernismo”.

Diante dos estudos de Alves (2007) e de sua compreensão com relação à periodização do capitalismo, podem-se ressaltar as elaborações teóricas do sociólogo do trabalho Ricardo Antunes, na qual o mesmo tem estudo o desenvolvimento do processo de produção capitalista sob o olhar da teoria marxiana, analisando o quanto este processo de produção tem rebatido na conjuntura social.

Antunes (2008) ressalta que no final do século XIX com o aprimoramento do processo de produção desde o advento do capitalismo, e como antes referido por Alves (2007) sob a segunda modernidade, surge nesse período de desenvolvimento do capitalismo um engenheiro mecânico chamado Frederick Taylor que propõe aplicação de princípios científicos na organização do trabalho, buscando maior racionalização do processo produtivo pela inserção das ciências e das tecnologias no processo produtivo. É o momento em que ocorre a organização do trabalho em massa, um processo produtivo que acontece via as grandes indústrias através do trabalho em massa, para uma produção em massa, ou seja, vários trabalhadores concentrados na linha de produção na busca de uma produção em massa dos

produtos, sendo estes produtos homogêneos. Esse processo de produção ficou conhecido como “Taylorismo e Fordismo”. No qual segundo Antunes:

[...]Tratava-se de uma produção cronometrada, com ritmo controlado, produção homogênea, buscando, como disse Ford, que a opção do consumidor fosse escolher entre um carro Ford preto modelo T ou um carro Ford preto modelo T. A produção, por ser homogênea, produzia em ritmo seriado e em linhas rígidas, geraria uma produção em massa, tendendo a um barateamento dos preços e desse modo ampliando o consumo também de massa, cujos salários operários também foram incrementados. (ANTUNES, 2008, p.42)

Produzia-se nas fábricas de automóveis apenas um modelo de carro (modelo T), com uma única cor, única potência, enfim totalmente padronizado, sem nenhuma variação. Cada trabalhador realizava apenas um movimento na linha de montagem, ex: enroscar um parafuso, bater um prego, colar algo, etc. O automóvel ia ganhando forma no decorrer da linha de montagem e quando chegava ao final, estava pronto. Esse tipo de organização do trabalho trouxe resultados surpreendentes para produção, mas por outro lado alienou os trabalhadores, compreendendo alienação como o não reconhecimento do processo do seu trabalho, visto que neste momento tudo lhe era estranho – os meios de trabalho, sua força de trabalho – pois nada lhe pertencia. Sua produção, além de não lhe pertencer, tornava-se estranha, pois produzia sem ao menos saber o que produzia, onde o trabalhador realizava apenas uma parte do produto. (ANTUNES, 2008)

O processo de produção Taylorista/Fordista se expressou até o início da década de 1970, quando ocorre a crise estrutural do sistema produtivo, entendido por Alves (2007) como a transição para a terceira modernidade do capital. Houve nesse momento a necessidade de se criar novos mecanismos de produção, visto que o processo de produção fordista encontrava-se em crise.

Pois bem, muitos países como a Suécia, em Kalman, norte da Itália, a chamada Terceira Itália, Califórnia, nos EUA, no Reino Unido, na Alemanha e em outros países, já vinham vivenciando uma nova experiência de organização produtiva, o que David Harvey denominou de acumulação flexível; esta visava produzir e acumular mediante flexibilidade, o que possibilitou o surgimento de empresas com produção flexível, o que de fato desencadeou na chamada reestruturação produtiva de outras empresas. Esse processo é compreendido como toyotismo, onde seu objetivo é alocar maior acumulação e dominação nos processos

de trabalho evitando desperdícios, ao mesmo tempo ampliando o processo produtivo. (ANTUNES, 2008)

Visto que o modelo Toyotista tem como objetivo produzir somente o necessário, numa produção vinculada à demanda, reduzindo os estoques e produzindo mediante pequenas parcelas produtos com qualidade total<sup>8</sup>, trocando a padronização pela diversificação e produtividade – o que difere da produção fordista que tinha uma produção em massa de produtos homogêneos. Essa nova organização do processo produtivo se desdobra pela inclusão de tecnologias mais avançadas, como sistema informacional, computadores, passando a requerer um trabalhador mais qualificado que seja capaz de operar os vários aparelhos e desempenhar várias atividades dentro do mesmo espaço, sendo o trabalhador deste modelo um trabalhador polivalente. Como salienta Alves (2007):

Portanto, como exemplo de toyotismo podemos salientar os mais diversos tipos de produção de Programas de Gerenciamento pela Qualidade Total, a busca da produção *Just-in-time*, a utilização do *kan-ban*, as novas formas de pagamento e de remuneração flexível, a terceirização capaz de instaurar uma “produção enxuta” e constituir em torno da firma central (e empresa em rede), uma complexa rede de empreendimentos subcontratados; a organização da produção em grupos de trabalho (*team work*), as novas técnicas de manipulação gerencial que cobiçam os valores dos colaboradores, suas crenças, sua interioridade e sua personalidade, etc. (ALVES, 1999, apud. ALVES, 2007, p.159).

As indústrias neste momento passam a se desenvolver mediante um novo perfil produtivo (tecnológico), composto por uma classe operária flexível, tendo de ser mais qualificada e polivalente. Passa-se a adotar um processo intensivo de racionalização produtiva, em que o trabalhador vivo dentro da indústria é compreendido como aquele trabalhador polivalente que irá desenvolver várias

---

<sup>8</sup> Um primeiro elemento diz respeito à temática da qualidade nos processos produtivos. Na fase de intensificação da taxa de utilização decrescente do valor de uso das mercadorias (Mészáros, 1995:cap. 15 e 16), necessária para a reposição do processo de valorização do capital, a falácia da qualidade total, tão difundida no “mundo empresarial moderno”, na empresa enxuta da era da reestruturação produtiva, torna-se evidente: quanto mais “qualidade total” os produtos devem ter, menor ser seu tempo de duração. A necessidade imperiosa de reduzir o tempo de vida útil dos produtos, visando aumentar a velocidade do circuito produtivo e desse modo de ampliar a velocidade do circuito produtivo e desse modo ampliar a velocidade da produção de valores de troca, faz com que a “qualidade total” seja, maior parte das vezes, o invólucro, a aparência ou o aprimoramento do supérfluo, uma vez que os produtos devem durar pouco e ter uma reposição ágil no mercado. (ANTUNES, 2009, p.52).

operações de forma simultânea, onde acaba por ser um servidor da máquina. (ALVES, 2007)

Contudo, Antunes explora essa nova reestruturação produtiva, onde apresenta:

O processo de produção de tipo toyotista, por meio dos team work, supõe, portanto uma intensificação da exploração do trabalho, quer pelo fato de os operários trabalharem simultaneamente com várias máquinas diversificadas, quer pelo ritmo e a velocidade da cadeia produtiva dada pelo sistema das luzes. Ou seja, presencia-se uma intensificação do ritmo produtivo dentro do mesmo tempo de trabalho ou até mesmo quando este se reduz. Na fábrica Toyota, quando a luz está verde, o funcionamento é normal; com a indicação de cor laranja, atinge-se uma intensidade máxima, e quando a luz vermelha aparece, é porque houve problemas, devendo-se diminuir o ritmo produtivo. [...] (ANTUNES, 2009, p.58)

No entanto, esse novo modelo de produção capitalista é marcado pela nova forma de organização do trabalho, visto que há um enxugamento dos trabalhadores dentro do processo produtivo, ou seja, a uma redução no número de trabalhadores pela inserção das novas tecnologias no processo produtivo, como de computadores num sistema informacional e operacional que requerem um trabalhador qualificado e polivalente que seja capaz de operar vários aparelhos de forma simultânea. Dessa forma, as empresas apenas irão preservar os trabalhadores mais qualificados para o processo. (ANTUNES, 2008)

A reestruturação produtiva afeta em cheio os trabalhadores, pois além do enxugamento dos trabalhadores no processo produtivo, ocorre também a terceirização dos serviços, onde as empresas transferem para terceiros atividades que não fazem parte do negócio principal, ficando a empresa concentrada apenas em tarefas essencialmente ligadas ao negócio em que atua. Antunes (2009) define:

As empresas do complexo produtivo toyotista, inclusive as terceirizadas, têm uma estrutura horizontalizada, ao contrário da verticalidade fordista. Enquanto na fábrica fordista aproximadamente 75% da produção era realizada no seu interior, a fábrica toyotista é responsável por somente 25% da produção, tendência que vem se intensificando ainda mais. Essa última prioriza o que é central em sua especialidade no processo produtivo (a chamada “teoria do foco”) e transfere a “terceiros” grande parte do que antes era produzido dentro de seu espaço produtivo. Essa horizontalização estende-se às subcontratadas, às firmas “terceirizadas”, acarretando a expansão dos métodos e procedimentos para toda a rede de fornecedores. (ANTUNES, 2009, p.56)

Percebe-se que, com a reestruturação produtiva as empresas passam a preservar um número reduzido de trabalhadores, sendo estes qualificados, como também amplia-se a terceirização dos serviços, visto que no interior das empresas terceirizadas o trabalho ocorre mediante contrato temporário, onde tende a ser maior a precarização do trabalho, já que estes trabalhadores que compõem as empresas terceirizadas tem seu trabalho submetido a contratos temporários, não tendo seus direitos trabalhistas reconhecidos. Antunes (2009) ao se referenciar a Kelly (1996) coloca que:

Algumas das repercussões dessas mutações no processo produtivo têm resultado imediatos no mundo do trabalho: desregulamentação enorme dos direitos do trabalho, que são eliminados cotidianamente em quase todas as partes do mundo onde há produção industrial e de serviços; aumento da fragmentação no interior da classe trabalhadora; precarização e terceirização da força de trabalho; destruição do sindicalismo de classe e sua conversão num sindicalismo dócil, de parceria (partnership), ou mesmo em um sindicalismo de empresa. (KELLY, 1996 *apud* ANTUNES, 2009, p.55).

Desse modo, Antunes (2009) analisa que o trabalho passa a se configurar num processo mais complexo, combinado e intensivo, visto que os trabalhadores mais qualificados que articulam no desenvolvimento de um trabalho intelectual permanecem nas empresas trabalhando de acordo com os ritmos do processo produtivo. Elucida que, a sociedade do capital necessita cada vez menos do trabalhador estável, e busca cada vez mais por uma organização de trabalho mais flexível, abrindo mercado para o trabalho parcial e terceirizado, o que permite um cenário crítico, onde o desemprego, subemprego e a informalidade atingem o mundo do trabalho.

Contundo, podemos compreender que é na virada da década de 1970 para 1980, no seio da investida do capital na produção, ou seja, da reestruturação produtiva e da ofensiva do capital na política do neoliberalismo, que se dá o ponto de partida para a mundialização do capital<sup>9</sup>. (ALVES, 1999)

---

<sup>9</sup> O que é denominado "mundialização do capital" é caracterizada não pela *mundialização das trocas* - a troca de mercadorias e serviços - que nos anos 80 e 90 tiveram um crescimento bastante lento, inferior àquele dos anos 60 e 74, mas pela *mundialização das operações do capital*, em sua forma industrial ou financeira (na verdade, o que cresceu nos anos 80 e 90 foram os investimentos diretos e os rendimentos de capital, sem mencionar os investimentos de *portfólio* realizados no mercado financeiro). (ALVES, 1999, p.4)

Aonde ocorre uma alteração com relação à população trabalhadora excedente, entendida antes como população sob a qual o capital detinha como reserva. No entanto, esta população trabalhadora excedente, sob a mundialização do capital, torna-se uma população trabalhadora excluída, um grande contingente de pessoas desempregadas na possível certeza de que não será incluído no mercado de trabalho. Já que com a reestruturação produtiva se tem cada vez mais a introdução das tecnologias microeletrônicas sob uma nova organização do trabalho, na lógica do toyotismo, tende-se à não capacidade de absorver o trabalhador, como no processo do fordismo. (ALVES, 2007)

Contudo, nesse momento as políticas neoliberais tendem a promover as desigualdades sociais, como o desemprego, que além de ser um problema social passa a ser um problema político, visto que o Estado atua a favor do capital, onde se reduz o gasto com a área social para com investimentos no setor econômico.

Como afirma Iamamoto (2014):

É importante acentuar o que cumpre ao Estado nesse modo de dominação. O Estado tem o papel-chave de sustentar as classes e as relações de produção. O marxismo clássico já estabeleceu as funções que pertencem ao domínio do Estado: criar as condições gerais da produção, que não podem ser asseguradas pelas atividades privadas dos grupos dominantes; controlar as ameaças das classes dominadas ou frações das classes dominantes, através de seu braço repressivo (exército, polícia, sistema jurídico, e penitenciários); e integrar as classes dominantes, garantindo a difusão de sua ideologia para o conjunto da sociedade. Essas funções coercitivas se unem às funções integradoras, destacadas pela educação, cultura, dos meios de comunicação e categorias do pensamento. Para Mandel (1985), as funções repressivas e integradoras se entrelaçam para providenciar as condições gerais da produção. (IAMAMOTO, 2014, p.120)

Entende-se que neste momento o Estado assume um papel de repressor, onde reprime a área social e os interesses sociais e passa a vigiar o setor econômico em seus momentos de crise, como também atua sob o setor de finanças, possibilitando investimentos no capitalismo produtivo; não cabe aqui aprofundar nesta questão.

A nova precariedade do trabalho assalariado, mediante a mundialização do capital, é constituída por trabalhadores assalariados que trabalham nas indústrias

terceirizadas sob a forma de contratos temporários, conhecidos como trabalhos informais.

Tal contexto se materializa também na dinâmica do agronegócio e reflete de modo significativo nas relações de trabalho do cortador manual de cana, conforme discutiremos no capítulo a seguir.



## 2- O PROCESSO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO NO BRASIL

Conhecer a formação histórica do Brasil é procurar compreender sua cultura, sua política e sua economia, é remeter a história e resgatar os acontecimentos e fatos que permitiram sua constituição enquanto país. No entanto, este capítulo tem como premissa abordar o desenvolvimento da cultura canavieira, seus aspectos políticos, culturais e econômicos, visto que buscará elucidar a categoria trabalho sendo está fundante de todo o processo histórico social.

Contudo, este capítulo também irá tratar da questão agrária vinculada aos movimentos sociais, precisamente ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra, na qual a reforma agrária está intrinsecamente acoplada ao processo de formação da sociedade brasileira, pois desde a formação do país grande parte das extensões de terras esteve e estão nas mãos dos latifundiários.

Ainda, buscará aqui abordar o processo do desenvolvimento histórico da produção da cana-de-açúcar, ressaltando os impactos que esta tem causado ao meio ambiente, devido a ampliação da industrialização e do crescente número de usinas existentes nos últimos anos, fato este que tem afetado de forma significativa o meio ambiente destruindo-o de pouco a pouco, sua fauna, flora e as nascentes dos rios, devido à queima da cana-de-açúcar, como também a poluição causada pelas usinas.

Por fim, terá como princípio descrever as condições de trabalho vivenciadas pelos trabalhadores sendo estes cortadores de cana-de-açúcar, os quais convivem com um trabalho tenueso, além de tudo precarizado e de extrema exploração. Com isso tratará de uma abordagem da região Centro Oeste do estado do Paraná, área de abrangência desta pesquisa, onde envolve cidades que compõe o Vale do Ivaí.

Desta forma, traz uma abordagem do capítulo anterior, ao que se remete a uma análise do sistema capitalista, este que se funda na exploração de uma classe sobre a outra, ou seja, a burguesia detentora dos meios de produção o que seria aqui os proprietários das usinas, e a outra classe, os proletariados,

compreendidos aqui como os cortadores de cana-de-açúcar estes que detêm apenas a força de trabalho como mercadoria e meio de subsistência.

## **2.1 O BRASIL COLONIAL E O DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO**

Importa observar que o desenvolvimento da sociedade brasileira, sua formação cultural, econômica e política estiveram desde o início vinculado ao trabalho escravo. Tudo começou com a chegada dos portugueses e espanhóis no ano de 1500 até 1822, estes não habituados ao trabalho capturam os nativos (índios) para trabalharem na extração da matéria prima como no cultivo da cana-de-açúcar, produtos utilizados para a exportação, visto que a exploração européia trouxe consigo um modelo de produção agrária até então inexistentes em terras brasileiras. Os nativos tidos como índios pelos colonizadores, não habituados ao trabalho impostos por outros homens, acabam resistindo ao trabalho escravo. Diante de tal situação, os espanhóis contam com o apoio dos jesuítas que buscam na religião catequizar os índios, onde cabia impor um conjunto de valores e normas aos nativos, costumes e hábitos da vida ao trabalho. Como coloca Vieira (2010):

Durante boa parte do século XVI predominou na produção açucareira o trabalho forçado dos nativos. Sua substituição por trabalhadores escravos africanos se deu ao longo de meio século, de modo que nas primeiras décadas do século XVII havia se afirmado claramente esta forma de suprimento da força de trabalho. (VIEIRA, 2010 p.10)

Como vimos, o processo de desenvolvimento agrário no Brasil tem suas raízes no trabalho escravo, ocorrendo primeiro com os índios e depois com os escravos africanos. Dessa forma, a formação da sociedade brasileira, seja ela, cultural, política e econômica tem suas origens no trabalho escravo, onde portugueses e espanhóis ao colonizarem estas terras buscaram na escravidão a extração da matéria prima e a produção agrícola. Dessa forma, o sistema de produção agrícola no Brasil se deu mediante as grandes extensões de terras, com os fazendeiros donos dos engenhos de açúcar, onde praticavam a monocultura, ou seja, produziam um único produto direcionado para exportação.

É importante compreender que os nativos foram os primeiros a serem tidos como escravos para o cultivo da cana-de-açúcar como exposto anteriormente por Vieira (2010), sendo um trabalho pesado e desgastante, estes não habituados ao trabalho têm sua substituição por escravos africanos. No entanto, neste período a demanda pela força de trabalho passa a ser atendida pela importação de escravos para o cultivo da cana-de-açúcar, o que permite expandir a produção de açúcar no Brasil para outros países mediante o mercado mercantil. (VIEIRA, 2010)

Contudo, Sant' Ana (2012) salienta que desde o século XVI a cultura canavieira se faz presente em terras brasileiras, desenvolvida por meio da mão de obra escrava. Diante disso, podemos analisar o quanto o Brasil se encontra atrasado em comparação a outros países da Europa, que neste mesmo momento vivenciavam a "primeira modernidade" como anteriormente abordado por Alves (2007) - países europeus como a Inglaterra vivenciavam o início do modo de produção capitalista, ou seja, o trabalho passa a ser realizado mediante divisão social, sendo este assalariado. Já em contrapartida, neste momento o Brasil experimentava o trabalho realizado por escravos, este obtido mediante negociações - os africanos tidos como escravos - eram comercializados transportados do continente africano para serem escravizados no Brasil no cultivo da cana-de-açúcar, como para outras atividades.

Cabe aqui ressaltar, que muito dos produtos produzidos nesta época no Brasil foram trocados por escravos, sendo estes trocados por tecidos, bebidas, dentre outros produtos, quando não eram negociados por produtos asiáticos ou europeus. (VIEIRA 2010)

Como abordado, a força de trabalho escrava obtida mediante negociações era obrigada a exercer trabalho pesado e tenuoso no cultivo da cana-de-açúcar, onde desenvolvia desde o preparo do solo, o plantio da cana, a colheita e o transporte até o engenho para o processo de produção do açúcar. Como elucida Vieira (2010):

Realizadas nas terras do engenho ou nas propriedades dos "lavradores de cana", as atividades de plantio e colheita da cana-de-açúcar eram realizadas por trabalhadores escravos que empregavam basicamente machados, foices e inchadas (para o desmatamento e limpeza do terreno e da roças) e facões - ou foice, na descrição de Antonil - para o corte da cana. Feitos de ferro, estes instrumentos eram importados. Após ser cortada, a cana era transportada para o

engenho em barcos ou em carros de boi, os quais eram fabricados com madeira da própria região, mas com a utilização de pregos e ferramentas importadas. O tecido das velas dos barcos era importado e também o alcatrão com que eram vedados. (VIEIRA, 2010, p.19)

Vieira (2010) descreve toda a atividade desenvolvida pelos escravos, compreendendo que os mesmos foram os primeiros a realizarem o trabalho no cultivo da cana-de-açúcar, visto que não recebiam salário em troca de seu trabalho, mas apenas direito a comida, vestuário e moradia.

Neste sentido, o cultivo desse produto permitiu o desenvolvimento da economia do país para além do continente, como também de um trabalho precarizado. Como ressalta Sant' Ana (2012):

A cana-de-açúcar está presente em solo brasileiro desde o XVI e mantém ao longo dos séculos a característica de ser produzida, predominantemente, em escala comercial e em grandes extensões de terra, com trabalho precarizado e voltada para o mercado externo. (SANT'ANA, 2012, p.19)

Entende-se, que a cana-de-açúcar faz parte da história econômica do país, como da cultura agrícola. Contudo, não podemos negar o fato da produção da cana-de-açúcar ter como característica o trabalho forçado e pesado desenvolvido por escravos. No entanto, atualmente o processo de produção da cana-de-açúcar não adquiriu uma modernidade significativa com relação ao cultivo e produção, ainda carrega traços de uma herança histórica, o que nos leva a perceber que muito dos trabalhadores que desenvolvem hoje esta atividade sofrem com um trabalho que castiga e explora. Levando a uma discussão mais profunda a seguir com relação á precarização do trabalho desses trabalhadores tidos como cortadores de cana-de-açúcar, objetivo central desta pesquisa.

## **2.2 A PROPRIEDADE TERRITORIAL E A INDÚSTRIA CANAVIEIRA**

Neste sentido, Iamamoto (2014) ao se referenciar aos estudos de Marx, aponta que a formação do Brasil preside mediante a um “desenvolvimento desigual”,

onde as desigualdades se revelam em sua temporalidade histórica, entre a economia, a política e a cultura que marcam todo seu contexto social. Desigualdade esta compreendida por Marx, mas citada por Yamamoto (2014, p.129), entre o “desenvolvimento econômico” e o “desenvolvimento social”, onde ambos acompanharam o mesmo ritmo mais em uma forma antagônica, pois a medida em que se produz riqueza amplia-se a pobreza, visto que o desenvolvimento econômico do país esteve sempre nas mãos de uma oligarquia, sob os interesses dos grandes proprietários de terras, interesses que envolviam a exploração da agricultura em meio à subordinação dos trabalhadores.

Segundo Veiga (1984), o Brasil na sua formação econômica tem como característica o domínio de grandes extensões de terras sob uma oligarquia, o que permitia a conservação de trabalho escravo:

Esta é uma característica bastante comum nos países do chamado Terceiro Mundo, em que os latifúndios se constituíram durante a época colonial. O Brasil, como muitas outras nações latino-americanas, oferece um bom exemplo. Sua formação econômica acabou favorecendo a permanência de enormes domínios nas mãos de poucas famílias. No século XIX, o poder dos senhores de engenho, dos fazendeiros de café, dos grandes importadores de manufaturas e dos traficantes de escravos era tão grande que conseguiram, numa verdadeira “santa aliança”, não só manter a escravidão, como impedir, por todos os meios, que muitos homens livres e muitos imigrantes se transformassem em pequenos e médios proprietários. (VEIGA, 1984, p.12)

Em síntese, o desenvolvimento do setor canavieiro no seu processo histórico além de estar sob a influência de grandes proprietários de terra, conta a participação intrínseca do Estado. Como elucidado por Yamamoto (2014, p132), “[...] O Estado é capturado historicamente pelo bloco do poder, por meio da violência ou de cooptação de interesses. [...]”, pois, diante das crises econômicas vivenciadas pela aristocracia, o Estado sempre criou mecanismos para conter os impactos no setor econômico, garantindo que os lucros não fossem afetados. Desse modo, é importante ressaltar que os fazendeiros, donos das grandes extensões de terras estiveram desde sempre envolvidos nas relações políticas.

Neste sentido, a formação econômica e política do Brasil estiveram voltadas para um desenvolvimento restrito a uma classe social, sendo esta detentora de grandes extensões de terras, além de dominar a economia dominava a política,

se movia juntamente com o Estado na busca de seus interesses privados, visto que a democracia se fazia inexistente aos trabalhadores. (IAMAMOTO, 2014)

Contudo, a produção agrícola foi neste período a principal responsável pelos lucros do capital, sendo ela direcionada para a exportação, o que nos permite compreender que a modernização do país ocorreu de forma lenta, devido ao fato de se produzir para a exportação, não visando investimentos do mercado interno, não havendo investimentos em novas formas de trabalho, visto que mantêm uma relação de trabalho em meio á herança do passado, onde o trabalho escravo, clandestino e precarizado ainda se fazem presente nos setores modernos da economia. (IAMAMOTO, 2014)

Entende-se, que a produção da cana-de-açúcar permitiu o desenvolvimento do país, tornando o mesmo um grande exportador de açúcar, e de outros produtos produzidos em terras brasileiras, o que viabilizou a acumulação do capital e desencadeou no processo histórico a intensificação da industrialização no campo, todavia as condições de trabalho vivenciadas pelos cortadores de cana-de-açúcar não se modernizaram, visto que se desenvolvem mediante herança do passado.

Já em 1965, ocorre uma crise internacional devido à queda do preço do açúcar, o que afeta diretamente os lucros do setor canavieiro brasileiro. Todavia, perante a tal crise econômica, o Estado se apresenta para dar subsidio de modo que esta não afete a ordem dos lucros do setor canavieiro. No que se refere á intervenção do Estado Sant' Ana (2012), referenciando a Szmrecsányi e Moreira (1991), cita que:

Foram lançados programas de investimentos e incentivo públicos para o setor, incluindo desde o melhoramento da cana-de-açúcar até auxílios diretos, principalmente para os setores mais competitivos, via de regra, localizados no centro-sul do país. (SANT'ANA 2012, p.20)

Neste sentido, percebe-se a intervenção do Estado no setor econômico, quando ele cria mecanismos como respostas aos momentos de crise. Contudo, nos anos de 1969 á 1974 o setor canavieiro vivencia um período de alta dos preços e dos lucros. Já, em 1975 este se depara com uma nova crise, o que acaba por afetar de forma significativa a ordem dos lucros, mas não demora e o Estado se volta com

respostas, agora com a criação do Programa Nacional do Álcool (Pró-álcool), sendo um mecanismo para atender tanto à crise do setor canavieiro quanto a crise do petróleo. Posto isso, o governo passa investir recursos públicos em projetos para produção do álcool. Sant' Ana (2012) ressalta que na segunda etapa do Pró-Álcool em 1979, há um maior incentivo por parte do Estado na produção do álcool, em decorrência da crise do petróleo:

Uma segunda etapa do Pró-Álcool ocorre em 1979 com o Decreto-lei n.83.700/ 1979. Após o segundo choque do petróleo, o governo redireciona o Programa para a produção de álcool hidratado como combustível direto, retirando a ênfase do álcool anidro que até então correspondia quase à totalidade da produção (82,2% na safra 1979-1980). (SANT'ANA, 2012, p.21)

Desse modo, o governo incentiva a produção do álcool, à medida que estimula a produção de automóveis que utilizem o álcool como combustível, de modo a viabilizar a economia do setor canavieiro. (SANT' ANA, 2012)

Posto isso, podemos analisar na tabela 1, os anos de 1975 à 2009, onde se expressa a evolução da produção da cana-de-açúcar para a produção do etanol, o que requer aumento da produção rebatendo no maior esforço físico do trabalhador contador de cana-de-açúcar que tem que produzir mais para atender a demanda do mercado.

**Tabela 1: Evolução da área, produção e produtividade Brasileira da cana-de-açúcar a partir de 1975**

<b>ANO</b>	<b>ÁREA (MILHÕES DE HECTARES) ÁREA PLANTADA</b>	<b>PRODUÇÃO (MILHÕES DE TONELADAS)</b>	<b>PRODUTIVIDADE (t/ha)</b>
<b>1975</b>	<b>1,90</b>	<b>88,92</b>	<b>46,82</b>
<b>1976</b>	<b>2,08</b>	<b>102,77</b>	<b>49,43</b>
<b>1977</b>	<b>2,27</b>	<b>120,01</b>	<b>52,93</b>
<b>1978</b>	<b>2,39</b>	<b>129,06</b>	<b>54,04</b>
<b>1979</b>	<b>2,54</b>	<b>139,27</b>	<b>54,79</b>
<b>1980</b>	<b>2,61</b>	<b>146,23</b>	<b>56,09</b>

<b>1981</b>	<b>2,80</b>	<b>153,78</b>	<b>54,86</b>
<b>1982</b>	<b>3,08</b>	<b>186,38</b>	<b>60,47</b>
<b>1983</b>	<b>3,48</b>	<b>216,45</b>	<b>62,16</b>
<b>1984</b>	<b>3,86</b>	<b>241,39</b>	<b>62,55</b>
<b>1985</b>	<b>3,90</b>	<b>246,54</b>	<b>63,22</b>
<b>1986</b>	<b>3,95</b>	<b>238,49</b>	<b>60,44</b>
<b>1987</b>	<b>4,35</b>	<b>268,58</b>	<b>62,31</b>
<b>1988</b>	<b>4,15</b>	<b>258,45</b>	<b>62,78</b>
<b>1989</b>	<b>4,01</b>	<b>252,29</b>	<b>62,02</b>
<b>1990</b>	<b>4,29</b>	<b>262,60</b>	<b>61,49</b>
<b>1991</b>	<b>4,24</b>	<b>260,84</b>	<b>61,94</b>
<b>1992</b>	<b>4,20</b>	<b>271,43</b>	<b>64,61</b>
<b>1993</b>	<b>3,97</b>	<b>244,30</b>	<b>63,24</b>
<b>1994</b>	<b>4,36</b>	<b>292,07</b>	<b>67,23</b>
<b>1995</b>	<b>4,62</b>	<b>303,56</b>	<b>66,49</b>
<b>1996</b>	<b>4,90</b>	<b>325,93</b>	<b>67,52</b>
<b>1997</b>	<b>4,95</b>	<b>337,20</b>	<b>69,10</b>
<b>1998</b>	<b>5,00</b>	<b>338,97</b>	<b>68,18</b>
<b>1999</b>	<b>4,86</b>	<b>331,71</b>	<b>68,41</b>
<b>2000</b>	<b>4,82</b>	<b>325,33</b>	<b>67,51</b>
<b>2001</b>	<b>5,02</b>	<b>344,28</b>	<b>69,44</b>
<b>2002</b>	<b>5,21</b>	<b>363,72</b>	<b>71,31</b>
<b>2003</b>	<b>5,38</b>	<b>389,85</b>	<b>72,58</b>
<b>2004</b>	<b>5,57</b>	<b>416,26</b>	<b>73,88</b>
<b>2005</b>	<b>5,62</b>	<b>419,56</b>	<b>72,83</b>



<b>2006</b>	<b>7,04</b>	<b>457,98</b>	<b>74,05</b>
<b>2007</b>	<b>7,89</b>	<b>515,82</b>	<b>77,05</b>
<b>2008</b>	<b>8,92</b>	<b>589,22</b>	<b>77,52</b>
<b>2009</b>	<b>9,67</b>	<b>689,90</b>	<b>80,24</b>

Fonte: THEODORO, 2011, p.16

Esses dados permitem compreender a ampliação do território com relação ao plantio da cana-de-açúcar nos anos de 1975 à 2009, devido ao incentivo na produção do etanol, como também o aumento da produção e desenvolvimento do setor canavieiro. É importante ressaltar que o aumento da produção canavieira rebate diretamente no trabalho do cortador de cana:

O submundo da cana-de-açúcar é austero, quente, repleto de fuligem da cana queimada, cercado por animais peçonhentos. A cultura da cana-de-açúcar na Brasil ainda não consegue se desvincular de elementos arcaicos como a monocultura, o latifundiário e a escravidão. É comum a exploração da mão-de-obra em condições precárias, com alta carga de trabalho, baixos salários, alimentação ruim e equipamentos inadequados para os trabalhadores. O aumento da produção de etanol permite que haja um crescimento inevitável da exploração da força de trabalho. (CARVALHO, 2012).

Ainda se baseando nos dados coletados em pesquisas, de acordo com a pesquisa realizada pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA, sob apoio da Companhia Nacional de Abastecimento – Conab, no período de 2012 e 2013 mediante visitas as unidades de produção, pode-se constatar que, “a lavoura de cana-de-açúcar continua em expansão no Brasil. As áreas em produção continuam com progressivo aumento nos estados da região Centro-Oeste e Sudeste e Paraná na região Sul.” (CONAB, 2012, p.6).

Neste sentido, importante compreender que a região Centro-Oeste do país envolve os estados de Goiás, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, e a Sudeste os estados de São Paulo, Minas Gerais, Rio de Janeiro e Espírito Santo, e o Paraná localizado na região Sul do Brasil, são estes os estados em destaque na área de produção de cana-de-açúcar como aponta a Conab:

O estado de São Paulo é o maior produtor com 51,82% (4.419,46 mil hectares), seguido por Minas Gerais com 8,46% (721,86 mil

hectares), Goiás com 8,69% (741,38 mil hectares), Paraná com 7,13% (608,38 mil hectares), Mato Grosso do Sul com 6,50% (554,29 mil hectares), Alagoas com 5,26% (448,86 mil hectares) e Pernambuco com 3,63% (309,74 mil hectares). Nos demais estados produtores as áreas são menores, com representações abaixo de 3%. (CONAB, 2012, p.7).

Contudo, importante salientar que a região Sul do país formada pelos estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, conta com apenas o estado Paraná na produção da cana-de-açúcar, pois em nenhum momento da pesquisa realizada pela Conab foi abordado os outros dois estados.

Todavia, essa cultura tem se expandido mediante a subordinação e exploração de uma classe trabalhadora – os cortadores de cana-de-açúcar.

### 2.3 QUESTÃO AGRÁRIA: HERANÇA DE UM PASSADO – LUTA PELA TERRA

Ter as mãos calejadas  
do cabo das ferramentas,  
Sentir o sol escaldante  
e o aço das tormentas,

Regar com meu próprio sangue  
a saúde das lavouras,  
garantir com meu suor,  
grandes safras duradouras,

Obter da terra virgem  
total fertilidade,  
meu calor, minha coragem,  
tragando a tempestade,

Assim é que me coloco,  
sou poeta, sou posseiro,  
neste mundo desafeto,  
deste solo brasileiro.<sup>10</sup>

---

<sup>10</sup> Fragmento retirado do poema “Campesino” de Júnior Longo.

Para compreender a questão agrária nos dias atuais no Brasil, faz-se necessário um breve resgate ao passado, em meio a uma busca no ano de 1850, momento em que se cria a Lei de Terras. Neste sentido, foi a partir da Lei de Terras que se estabeleceu uma organização econômica com relação às terras brasileiras. Machado (2013), ao referenciar a Szmrecsányi, (1978), aborda que:

Essa lei não apenas transformou a terra em mercadoria, como impossibilitou o acesso a todos que não tivessem dinheiro para adquirir – lá. Os trabalhadores livres e os libertos da escravidão só poderiam subsistir na agricultura mediante a venda de sua força de trabalho aos proprietários de terras e do capital. (MACHADO, 2013 apud SZMRECSÁNYI, 1978, p.27)

Observa-se, portanto, que a criação da Lei de Terra tornou o acesso à terra restrito, visto que só os que possuísem dinheiro poderiam comprar. Já os trabalhadores livres detentores apenas da sua força física, se viam dependentes dos proprietários de terras, pois não tinham condições de obter as terras por meio da compra em dinheiro.

Neste sentido, o Brasil traz consigo, em sua história, uma bagagem de acontecimentos que permitiu seu desenvolvimento. Nessa bagagem estão, as contradições e as lutas que foram travadas na busca de enfrentar as organizações políticas e econômicas que se constituíam na sua formação enquanto país. Como discorre Oliveira (2001):

Simultaneamente à luta dos povos indígenas, nasceram às lutas dos escravos negros contra os senhores fazendeiros rentistas. [...]. Os posseiros são outra parcela dos camponeses sem terra, que vêm historicamente lutando numa ponta contra a expropriação que os gera e, na outra, contra os jagunços, "gendarmes de plantão" dos latifundiários especuladores e grileiros. Muitos foram seus movimentos: Canudos, Contestado, Trombas e Formoso fazem parte destas muitas histórias das lutas pela terra e pela liberdade no campo brasileiro. São também, memórias da capacidade de resistência e de construção social desses expropriados na busca por uma parcela do território e memórias da capacidade destruidora do capital, dos capitalistas e de seus governos repressores.

Partimos da compreensão de que o desenvolvimento econômico do Brasil não ocorreu de modo homogêneo, mas em meio a um processo desigual favorecendo aqueles que detinham terras como fonte de valor, proprietários de grandes extensões de terras que utilizavam da força de trabalho dos trabalhadores sem terras, para o desenvolvimento da agricultura. É importante ressaltar que, foram

muitas lutas travadas em terras brasileiras, pelos trabalhadores sem terras, na busca pelo direito à terra e pela liberdade de exercer o trabalho sobre ela.

Dessa forma, cabe ressaltar que nos anos de 1960 á 1980, além das transformações econômicas no setor canavieiro ocorrido pela industrialização e modernização da produção, vinha-se vivenciando um intenso período de lutas pelos pequenos produtores, estes que foram expulsos de suas terras, e vivenciavam a exclusão social. Nota-se isso, diante do exposto por Sant'Ana ao se referenciar á Grzybowiski (1987):

As mobilizações de massa de trabalhadores rurais já eram comuns no período anterior ao Golpe Militar de 1964, através das Ligas Camponesas (Nordeste), das Associações de Lavradores e Sindicatos (Nordeste, Sudoeste e Goiás), do MASTER (Rio Grande do Sul). A partir do final dos anos 70 e início dos 80, as mobilizações e manifestações de trabalhadores rurais ressurgem com vigor, se ampliam em número e extensão, com novos segmentos de trabalhadores e em novas regiões. (SANT' ANA, 2012, p.22)

Contudo, Sant' Ana (2012), ainda ressalta que:

Na década de 1960 houve também uma política de valorização fundiária que contribuiu para acentuar ainda mais a concentração fundiária e a expulsão do homem do campo. Dois instrumentos jurídicos contribuíram sobremaneira para isto: o Estatuto da Terra (1964) e o Estatuto do Trabalhador Rural (1963). (SANT' ANA, 2012, p.22)

Desse modo, compreende-se que os anos de 1960, foram marcados tanto pelas lutas e mobilizações por parte dos pequenos produtores, via luta pela terra, quanto por uma política de valorização fundiária. Reiterando este contexto social, dois documentos contribuíram para esse processo, o Estatuto do Trabalhador Rural e o Estatuto da Terra.

Contudo, o Estatuto da Terra (Lei 4.504/64), lançado pelo governo de João Goulart, tinha como metas, a execução da reforma agrária e o desenvolvimento da agricultura. No entanto, João Goulart foi deposto do mandato com o golpe militar em 1964, e o documento criado na perspectiva de favorecer os trabalhadores sem terra se tornou um instrumento de interesse por parte dos militares, estes que buscavam a manutenção da ordem dos lucros do setor econômico. Já, o Estatuto do Trabalhador Rural, passa a regulamentar o trabalhador, este que agora será excluído pela lei. (SANT' ANA, 2012)

É diante desse cenário, em que se tem um intenso êxodo rural decorrente da expulsão dos pequenos proprietários de suas terras, desencadeando no aumento dos trabalhadores nos centros urbanos, ampliando-se as formas de trabalho precarizado. A década de 1960 foi marcada por intensas lutas, o Brasil vivenciava um momento de ditadura militar, um governo totalmente autoritário que visava à expansão econômica ao mesmo tempo em que reprimia os cidadãos que eram contra o regime, caracterizando neste período a falta de democracia.

Para tanto, mesmo diante de um governo ditatorial os trabalhadores ainda lutavam por seus direitos, por melhores condições de vida, de trabalho, por direitos trabalhistas, contudo pela reforma agrária. Sob a concepção da reforma agrária Veiga (1984, p.8) aponta para uma compreensão em que se expressa pela luta:

Em primeiro lugar, que uma reforma agrária não surge de uma decisão repentina de um general, de um partido, de uma equipe governamental, ou mesmo de uma classe social. Ela é sempre o resultado de pressões sociais contrárias e, ao mesmo tempo, é limitada por essas mesmas pressões.

No entanto, Sant' Ana (2012), entende que a luta pela terra ocorre desde a formação da sociedade brasileira, vindo a se firmar nos anos 1980, com os movimentos que surgiram ao longo do processo histórico, onde diversos foram estes que buscaram e buscam pela reforma agrária, movimentos como, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST)<sup>11</sup>; Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura (Contag), em 1979 a Comissão Pastoral da Terra da Conferência Nacional do Brasil (CNBB), como também os movimentos dos trabalhadores rurais assalariados da região de São Paulo, como descreve Sant' Ana (2012, p.25):

---

<sup>11</sup> [...] O MST, por isso mesmo, é um movimento social jovem, que nasceu no início dos anos 80 e tem como binômio de ação a lógica acampamento-assentamento. Quem quiser conhecer e entender o MST terá de entender este processo de luta calcado nos acampamentos, portanto, nas ocupações e na luta nos assentamentos. Assim, o MST é um movimento que articula simultaneamente a espacialização da luta, combinando-a contraditoriamente com a territorialização deste próprio movimento nos assentamentos. Possui e dá importância à sua estrutura organizativa democrática, de base, efetivamente de massa. Estrutura organizativa que respeita as diferenças desses movimentos em várias partes do país, e que tem um coletivo nacional representante das diferentes regiões onde o movimento atua. É um movimento diferenciado, pois respeita as decisões tomadas coletivamente. É um dos poucos lugares deste país onde a discordância se dá na discussão de uma determinada concepção ou na tomada de uma decisão. Mas, uma vez vencida uma proposta, ela é abraçada por todos e levada à prática por todos. Esta prática, infelizmente, não ocorre nos partidos políticos, não ocorre em setores do movimento sindical. (OLIVEIRA, 2001)

O conflito alastrou-se por todo o estado e sofreu violenta repressão por parte dos poderes públicos. As reivindicações dos trabalhadores incluíam a exigência do fim do sistema de sete ruas para o corte de cana, melhorias salariais e condições dignas de trabalho.

Desse modo, o autor ressalta o fato de que dentre tantos movimentos sociais, surgem os dos trabalhadores rurais do corte de cana-de-açúcar, que neste período lutam por melhores condições de trabalho e melhores salários, já que estes se encontram tão precarizados na sua atividade social.

Importante compreender que os trabalhadores rurais sofreram e sofrem no processo histórico social da sociedade brasileira com a desigualdade e a exclusão social, ou seja, do não acesso ao direito à terra. Com isso, passou-se a lutar por meio de reivindicação, movimentos organizados e mobilizações na busca pelo direito à terra.

Após 20 anos de ditadura militar a discussão pela reforma agrária passa a ser pensada e discutida em âmbito constitucional. Isso ocorre em 1988, com a promulgação da Constituição Federal, esta conhecida como constituição cidadã que passa a reconhecer em lei muitos dos direitos sociais que antes eram reivindicados em meios as mobilizações, greves e lutas advindas de diferentes movimentos sociais. No entanto, esta constituição, não apenas traz a afirmação dos direitos sociais, mas também visa assegurar um Estado capitalista, que atende a ordem dos lucros. (SANT'ANA, 2012).

Como vimos, a questão agrária persiste como assunto de lutas desde o Brasil colonial, no entanto, cabe aqui ressaltar que foi somente com a Constituição Federal de 1988, que ela passa ser tratada como um direito social, o que se expressa nos seguintes artigos:

Art. 184. Compete à União desapropriar por interesse social, para fins de reforma agrária, o imóvel rural que não esteja cumprindo sua função social, mediante prévia e justa indenização em títulos da dívida agrária, com cláusula de preservação do valor real, resgatáveis no prazo de até vinte anos, a partir do segundo ano de sua emissão, e cuja utilização será definida em lei.

§ 1º - As benfeitorias úteis e necessárias serão indenizadas em dinheiro.

§ 2º - O decreto que declarar o imóvel como de interesse social, para fins de reforma agrária, autoriza a União a propor a ação de desapropriação.

§ 3º - Cabe à lei complementar estabelecer procedimento contraditório especial, de rito sumário, para o processo judicial de desapropriação.

§ 4º - O orçamento fixará anualmente o volume total de títulos da dívida agrária, assim como o montante de recursos para atender ao programa de reforma agrária no exercício.

§ 5º - São isentas de impostos federais, estaduais e municipais as operações de transferência de imóveis desapropriados para fins de reforma agrária.

Art. 185. São insuscetíveis de desapropriação para fins de reforma agrária:

I - a pequena e média propriedade rural, assim definida em lei, desde que seu proprietário não possua outra;

II - a propriedade produtiva.

Parágrafo único. A lei garantirá tratamento especial à propriedade produtiva e fixará normas para o cumprimento dos requisitos relativos a sua função social.

Art. 186. A função social é cumprida quando a propriedade rural atende, simultaneamente, segundo critérios e graus de exigência estabelecidos em lei, aos seguintes requisitos:

I - aproveitamento racional e adequado;

II - utilização adequada dos recursos naturais disponíveis e preservação do meio ambiente;

III - observância das disposições que regulam as relações de trabalho;

IV - exploração que favoreça o bem-estar dos proprietários e dos trabalhadores.

Neste sentido, a reforma agrária ocorrerá na forma da lei de acordo com os artigos citados anteriormente, onde compete a União a efetivação da reforma agrária. Contudo, esse processo tem ocorrido de forma vagarosa, visto que muitas das terras brasileiras estão sob domínio de uma elite, o que dificulta o processo de desapropriação das terras, pois esta ação afeta os interesses particulares. Como aponta Oliveira (2001):

[...] a terra, na sociedade brasileira, é uma mercadoria toda especial. Muito mais do que reserva de valor, é reserva patrimonial. A retenção da terra não é feita com fins de colocá-la para produzir, motivo pelo qual a maioria das terras deste país mantém-se improdutiva. Mais do que isso, esta terra improdutiva é retida com a finalidade de constituir instrumento a partir do qual se vai ter acesso por parte, evidentemente, das elites às políticas do Estado. Assim, as elites não têm permitido que o Estado implemente qualquer política de Reforma Agrária no Brasil.

Como tratado anteriormente, o Estado atua de modo a atender os interesses econômicos, na busca de manter a ordem dos lucros. Neste sentido, o Estado pode ser compreendido como uma organização política, em que desde a

formação da sociedade brasileira tem como dirigentes os grandes latifundiários, quando não o Estado é capturado como um meio de manter a salvos os interesses econômicos. Como já abordado no processo de produção das usinas de cana-de-açúcar, quando estas passam a receber do Estado investimentos em projetos que favoreçam a produção do álcool, já que a produção do açúcar sofre com a crise.

Contudo, lamamoto (2008), aborda que a luta pela terra antes era movida por trabalhadores rurais sem terra que buscavam apoio dos trabalhadores urbanos, hoje esse movimento se constitui por trabalhadores assalariados urbanos. Percebe-se que os trabalhadores passaram a ver a terra como um meio de subsistência aos que se encontram desempregados, já que o mercado de trabalho não tem conseguido absorver o grande contingente de trabalhadores.

lamamoto (2008, p.158) relata que:

A população excluída passa a requerer parte do patrimônio público ou privado não-produtivo para sua sobrevivência. Em outros termos, grandes parcelas de trabalhadores livres e desempregados encontram canal de expressão de sua luta no MST. Como monopólio da terra é expressão de poder e riqueza – hoje não apenas nas mãos de latifundiários rentistas, mas do grande capital industrial e bancário – o confronto político torna-se mais explosivo e violento.

Em meio a todo este contexto social, a reforma agrária encontra dificuldades de ser concretizada, o que tem levado muitos dos trabalhadores – sem terra - a se sujeitarem ao trabalho rural assalariado, as suas formas de precarização e exploração. Como é o caso dos cortadores de cana-de-açúcar, não possuindo os meios de trabalho para se manter – a terra-, são obrigados a vender sua força de trabalho em troca de um salário na busca de sua subsistência, enquanto trabalhadores precarizados.

## **2.4 OS IMPACTOS AMBIENTAIS CAUSADOS PELA PRODUÇÃO DA CANA-DE-AÇÚCAR**

A questão ambiental, como se sabe vem sendo algo muito debatida nos últimos anos, o motivo é o impacto negativo que muitas empresas têm causado,



devido a emissão de gases poluentes na atmosfera, como o desmatamento e dentre outras formas de degradação ao meio ambiente.

Embora este trabalho trate do processo de produção do corte de cana-de-açúcar voltado para um estudo com relação ao trabalho precarizado dos cortadores de cana, não foge do foco abordar os impactos ambientais que o cultivo da cana-de-açúcar tem provocado no meio ambiente. Dessa forma, faz importante compreender como o processo do cultivo da cana-de-açúcar tem afetado de forma significativa os elementos naturais, como a fauna, a flora, as nascentes, os rios, o solo, a atmosfera e dentre outros elementos da natureza.

Sob esse aspecto, a cana-de-açúcar é um produto que necessita da terra para seu cultivo, um produto agrícola que esta em solo brasileiro desde a colonização, visto que sua produção sempre ocorreu em meio à utilização de grandes extensões de terras, primeiros com os senhores de engenhos mediante trabalho escravo, depois, com os donos das grandes usinas, devido ao aumento pela demanda do produto e seu desenvolvimento econômico.

Com o desenvolvimento do setor canavieiro de sua economia, há uma modernização dos engenhos de açúcar, estes com a necessidade de atender a demanda se industrializam. Com isso, se tem um aumento no número de usinas e conseqüentemente do plantio da cana-de-açúcar, visto que este setor passa a atender de forma crescente, tanto o setor alimentício quanto o automobilístico. Todavia, com o aumento das usinas e do plantio de cana-de-açúcar se expressa em nível maior à degradação do meio ambiente, visto que o cultivo exige grandes extensões de terras. (SANT' ANA, 2012)

O que demonstra os dados a seguir obtidos pela Conab (2013):

Para a temporada 2013/14, a cultura da cana-de-açúcar continua em expansão. A previsão é que o Brasil tenha um acréscimo na área de cerca de 314 mil hectares, equivalendo a 3,7% em relação à safra 2012/13. O acréscimo é reflexo do aumento de área da Região Centro-Sul. A Região Norte/Nordeste praticamente se mantém com a mesma área para a próxima safra. São Paulo, Minas Gerais, Goiás e Mato Grosso do Sul deverão ser os estados com maior acréscimo de áreas com 95,9 mil hectares, 60,1 mil hectares, 92,5 mil hectares e 81,4 mil hectares, respectivamente. Este crescimento se deve à expansão de novas áreas de plantio das usinas já em funcionamento. (CONAB, 2013)

Com relação à estes dados colhidos mediante pesquisa realizada pela Conab (2013), nota-se o quanto o setor canavieiro está crescendo e se expandindo em relação ao cultivo da cana-de-açúcar. Desse modo, nos faz pensar o quanto isso tem rebatido no meio ambiente. Como aborda Sant ' Ana (2012):

O incremento da produção do açúcar e do álcool está ocorrendo em diversos estados e tem devastado o meio ambiente destruindo a flora, a fauna e as nascentes onde se instala. Com isto está atingindo o pouco que ainda resta das matas ciliares do Centro-Sul, poluindo os rios e destruindo fauna da região; está atingindo também o cerrado brasileiro, o pantanal e a floresta amazônica não só porque a pecuária de corte aumentou suas atividades que diminuíram a região Sul e deslocaram-se para lá, mas também pela expansão da fronteira agrícola nestas regiões. (SANT' ANA, 2012, p.51)

Sob esse aspecto, evidencia o avanço do setor canavieiro no Brasil, e conseqüentemente a degradação do meio ambiente. Tal ecossistema convive diariamente com a poluição provocada pela queima dos canaviais, e pela emissão de gases poluentes das usinas. Nos canaviais destaca-se:

- Redução da biodiversidade causada pelo desmatamento e pela implantação da monocultura canavieira;
  - Contaminação das águas superficiais e do solo através da prática excessiva de adubos, corretivos minerais e aplicação de herbicidas;
  - Compactação do solo através do tráfego de maquinaria pesada durante o plantio, os tratamentos culturais e a colheita;
  - Assoreamento de corpos d'água devido a erosão do solo em áreas de renovação de lavoura;
  - Eliminação de fuligem e gases de efeito estufa na queima durante o período de colheita.
- Já na fase industrial pode-se relacionar:
- A geração de resíduos potencialmente poluidores como a vinhaça e a torta de filtro;
  - A utilização intensiva de água para o processamento industrial da cana de açúcar;
  - O forte odor gerado na fase de fermentação e destilação do caldo para a produção de álcool. (LANGOWSKI, 2007, p1)

Posto isso, importante pensar o quanto o cultivo da cana-de-açúcar tem causado impactos no meio ambiente, onde seu processo de produção além de exigir grandes extensões de terra, empobrece o solo de suas riquezas minerais após anos de cultivo. Já, a queima da cana-de-açúcar afeta principalmente os animais que vivem próximos as plantações, como também ao ser queimada libera a fuligem, que além de sujar as cidades pode causar problemas respiratórios. No entanto, a queima nos canaviais é realizada para favorecer o processo do corte, visando aumentar o

rendimento de trabalho, visto que tal pratica é a responsável pela sujeira nas roupas dos cortadores, que acabam ficando sujos devidos á fuligem que é liberada com a queima da cana. (SANT' ANA, 2012)

Importante pensar que a maior parte das terras utilizadas para o plantio da cana-de-açúcar, são obtidas mediante arrendamento, ou seja, os donos das usinas compram o direito de usá-las por um período de tempo. (SANT' ANA, 2012).

Ainda nessa perspectiva, estudos tem apresentado que qualquer produto agrícola em sua monocultura causa problemas ambientais, visto que exige a intervenção do homem no meio ambiente, o que causa alterações no ecossistema, pois para o homem realizar a atividade agrícola precisa manusear a terra, mediante a isso utilizará equipamentos e vários tipos agrotóxicos para o preparo da terra e o cultivo do produto agrícola. Tal atividade, principalmente a do cultivo da cana tem rebatido diretamente em problemas ambientais, já que sua monocultura nos últimos anos tem se alastrado para varias regiões do Brasil. Como elucida Sant' Ana (2012, p. 55):

Nas regiões em que a cana já ocupa grande parte da área agricultável, como é o caso do estado de São Paulo, "o mar de cana", na realidade, traz a paisagem de um deserto verde: as devastações ambientais, da fauna e da flora vão se tornando cada vez mais evidentes.

Contudo, a monocultura da cana-de-açúcar fez com que muitas regiões perdessem uma cultura agriculta diversificada, o que favorecia muitos campos de trabalho, como o cultivo do feijão, algodão e dentre outro produtos agrícolas. Más, o que se vê hoje são grandes plantações de cana e trabalhadores rurais obrigados a trabalharem no corte de cana, se tornando única opção para muitos trabalhadores.

## **2.5 A VIVÊNCIA DO TRABALHO PELOS CORTADORES DE CANA-DE-AÇÚCAR NO BRASIL**

Com o desenvolvimento do setor canavieiro nos últimos anos no Brasil, desencadeou no aumento da produção da cana-de-açúcar e conseqüentemente do

trabalho precarizado, pois de acordo com a Conab (2013, p.8), “[...] a produtividade média brasileira está estimada em 74.100 kg/ha, maior que a safra 2012/13, que foi de 69.407 kg/há.”. Macedo (2008, p.9) coloca que são, “números para capitalista nenhum botar defeito [...]. Há capital suficiente para haver prosperidade tanto para o patronato quanto para o proletariado, todavia não é essa a lógica do sistema, maior lucro não significa maiores salários [...]”. Ainda o autor aponta que:

Compondo a parcela marginalizada, desprotegida e sem especialização da população, o cortador de cana-de-açúcar, que se encontra na contramão da tendência de intelectualização do trabalho ingressa nessa profissão como forma de subsistir, jamais como vocação, mas sim como parte de uma minúscula esfera de escolhas possíveis a essa classe, porque se outrora se vivia para trabalhar, hoje se trabalha para viver. (MACEDO, 2008, p.11)

Neste sentido, podemos perceber que os trabalhadores cortadores de cana-de-açúcar não escolhem o corte de cana, mas esta atividade os escolhem se colocando como única opção para muitos trabalhadores, visto que muitos dos cortadores de cana não possuem escolaridade como meio de acesso a outros empregos. Outro fator, seria em decorrência a expansão do cultivo da cana-de-açúcar nos últimos anos, este que tem ocupado o lugar de outras atividades agrícolas, como o café, algodão, feijão, dentro outras, que demandavam pela força de trabalho para o processo de plantio e colheita.

Silva (2008), em seus estudos apresenta como linha de pesquisa a precarização de trabalho dos cortadores de cana, tem ressaltado que o estado de São Paulo é o maior produtor de cana-de-açúcar do país, o que mais tem empregado trabalhadores de varias regiões do Brasil:

Grande parte desses trabalhadores é proveniente das áreas mais pobres do país: o Nordeste, sobretudo Maranhão e Piauí, e o vale do Jequitinhonha, em Minas Gerais. Segundo estimativas, são cerca de 50 mil migrantes, na maioria são jovens, que se deslocam todos os anos a partir do mês de março e aqui permanecem em alojamentos construídos pelas usinas ou nas pensões das cidades-dormitórios, até o início do mês de dezembro [...]. (SILVA, 2008, p.4)

Estes trabalhadores são os desempregados, os excluídos do processo de produção capitalista, possuidores apenas de sua da força física se veem obrigados a se deslocarem para outras regiões do país em busca de alguma forma de trabalho que venha suprir suas necessidades básicas de vida. Dessa forma, o trabalho no

corte de cana-de-açúcar tem abrangido um grande número de trabalhadores desempregados, tendo como característica por ser um trabalho temporário, o que permite o deslocamento temporário do trabalhador da sua região de origem, em contra partida ocorre mediante condições precárias.

Iamamoto (2008, p.150) em seus estudos reafirma as condições precárias de trabalho dos cortadores de cana:

[...] O trabalho assalariado nos canaviais abrange homens e mulheres adultos, jovens e idosos, já inteiramente separados das condições de produção, com vínculos empregatícios precários, carentes de um contrato formal de trabalho e dos direitos a ele pertinentes, geralmente recrutados por terceiros no mercado local de trabalho

Deste modo, podemos perceber um pouco do perfil dos trabalhadores cortadores de cana-de-açúcar, onde muitos não possuem escolaridade e veem o corte de cana como única opção de trabalho, um trabalho que permite sua sobrevivência. Contudo, esta atividade acaba por marginalizar os cortadores de cana, visto que os colocam em insalubres condições de moradia – migrantes - e de trabalho, enfrentando sol, chuva, com jornada excessiva de trabalho, realizada mediante ritmo acelerado e exaustivo, sugando todas suas energias físicas. Silva (2008, p.8) ainda acrescenta, “[...] Estão sujeitos a morte e a mutilação, pois a vida útil de um cortador de cana varia de 10 anos à 15 anos, semelhante a dos negros no período escravocrata. [...]”.

Segundo Iamamoto (2008), a força de trabalho obtida dos cortadores de cana-de-açúcar pelo capitalista dono das usinas, é essencial para a produção da mais-valia, pois ela se encontra incorporada ao rendimento por produção, visto que quanto maior for a produção do cortador de cana, maior será o lucro do capitalista, o que acaba por induzir o trabalhador a intensificar seu trabalho, visto que este ganha por metro de cana cortada. Para Macedo (2008):

O sistema capitalista tem no sistema de remuneração por produção a prova cabal de sua perversa genialidade. Consegue aumentar sua produção com o “consentimento” do explorado, que alienado não percebe que faz mais que potencializar a mais-valia em seu trabalho.

(MACEDO 2008, p. 14)

Neste sentido podemos compreender que no processo de produção do corte de cana-de-açúcar, o trabalhador cortador de cana desenvolve seu trabalho mediante produtividade, o seu salário está intrinsecamente relacionado com sua produção por corte de cana, contabilizado em metro de cana cortada. Para melhor compreender o processo de produção do corte de cana-de-açúcar, Macedo (2008), relata:

“O corte na base da cana, que consiste na retirada da cana das touceiras, exige do trabalhador uma sequência ritmada de movimentos corporais. Em geral, com um dos braços, o trabalhador abraça o maior número possível de colmos de cana. Em seguida, curva-se para frente e, com o podão seguro por uma de suas mãos, golpeia, com um ou mais movimentos a base dos colmos, o mais próximo possível do solo. Em seguida, faz um movimento de rotação e, ao mesmo tempo, levanta o feixe da cana já cortada, depositando-o em montes atrás de si (denominados “bandeiras”). (MACEDO 2008, p.13)

Conforme Silva (2008), os trabalhadores têm seu trabalho fiscalizado hoje não mais por capatazes, mas por fiscais, estes que orientam e fiscalizam as atividades realizadas pelos cortadores de cana, e além de tudo possuem autoridade para penalizar o serviço mal realizado.

Posto isso, importante ressaltar que o processo de trabalho nos canaviais não envolve somente o corte da cana, mas o trabalhador também realiza o plantio da cana e a capinagem, após colheita. (SILVA, 2008)

Podemos compreender que o trabalho desenvolvido pelos cortadores de cana nos canaviais, ocorre mediante longa jornada diária podendo ser contabilizada desde as 04h00min da manhã, momento em que os trabalhadores preparam sua refeição, e o tempo que levam de transporte até os canaviais. O trabalho tem início às 07h00min e percorre até às 17h00min, um processo que envolve movimentos intensos e repetidos um ritmo de trabalho que requer esforço físico, estando sujeitos a acidentes devido ao podão, - facão – visto que este tem provocados inúmeros acidentes de trabalho. (SILVA, 2008)

Estes trabalhadores desenvolvem esta atividade sob sol e chuva, na presença de clima quente e seco, podendo desenvolver sérios problemas de saúde, como cita Macedo (2008, p.13), “[...] dermatites, conjuntivites, desidratação, câimbras, dispnéia, infecções respiratórias, oscilações de pressão arterial,

ferimentos de trabalho, úlceras, hipertensão, dores na coluna vertebral, torácicas, lombares [...]”, são algumas das doenças mais comuns entre os trabalhadores cortadores de cana-de-açúcar.

A atividade do corte de cana-de-açúcar requer o uso de equipamentos e roupas adequadas. No entanto, esta necessidade acaba por prejudicar ainda mais a saúde do trabalhador quando aliada ao ritmo acelerado de trabalho. Segundo Sant’ Ana (2012) ao se referenciar em Alves (2007), cita que:

O trabalhador usa vestimentas compostas de botina com biqueira de aço, perneiras de couro até o joelho, calças de brim, camisa de manga comprida com mangote, também de brim ou malha, luvas de raspa de couro, lenço no rosto e pescoço e chapéu ou boné. Esse dispêndio de energia sob o sol, com essa vestimenta, faz os trabalhadores suarem abundantemente, perdendo sais minerais. A perda de água e sais minerais leva á desidratação e á freqüente ocorrência de câimbras, que começam em geral, pelas mãos e pelos pés, avançam pelas pernas e chegam ao tórax, acometendo todo o corpo, o que os trabalhadores denominam de “birola”. Essa câimbra provoca fortes dores e paralisia total do trabalhador [...]. (SANT’ ANA, 2012 apud ALVES 2007, p.34)

Diante disso, nos deparemos com um trabalho intenso e precarizado, onde os trabalhadores cortadores de cana-de-açúcar se encontram sujeito a sérios problemas de saúde, importante ressaltar que muitas vezes esses trabalhadores não possuem vínculos empregatícios, estando submetidos ao trabalho temporário, mediante contrato por tempo determinado, desprovidos dos direitos sociais e trabalhistas. (IAMAMOTO, 2008). Tais condições dão vida ao que atualmente denomina-se de “subemprego”.<sup>12</sup>

Neste sentido, podemos compreender que a falta de alternativas de emprego tem levado muitos a ficarem sem opção de escolha acabando por se sujeitar a condições insalubres de trabalho. Outro ponto é o fato do sistema capitalista ter a sutileza de induzir o trabalhador a produzir mais do que suas condições físicas e mentais, deteriorando o trabalhador à medida que o torna mais alienado, visto que este se entrega de corpo e alma ao sistema capitalista a partir do momento que o troca por um valor – salário -, este que é obtido mediante produção.

---

<sup>12</sup> Para Pochman o “subemprego e outras formas de sobrevivência respondem pela parte menos visível do excedente de mão-de-obra porque envolve os trabalhadores que fazem “bicos” para sobreviver e também procuram por trabalho” ver: POCHMANN, Márcio. O emprego na globalização. São Paulo: Boitempo, 2001, p. 78.

### **3- A REALIDADE DE TRABALHO DOS CORTADORES DE CANA-DE-AÇÚCAR NA REGIÃO DO VALE DO IVAÍ**

O terceiro e último capítulo que se segue tem por objetivo apresentar as considerações, reflexões e análise levantada a partir da problematização deste trabalho. Busca-se expor o resultado obtido através da pesquisa de campo.

Importante ressaltar que o primeiro capítulo deste trabalho trouxe uma compreensão a partir da teoria social crítica com relação à categoria trabalho, ou seja, o indivíduo como ser social que se desenvolve e transforma o mundo natural mediante relação com os elementos da natureza. Ainda, no primeiro capítulo foi possível apresentar o desenvolvimento da sociedade burguesa, esta formada por duas classes sociais, o proletariado e a burguesia.

Já no segundo capítulo, apresentou o contexto histórico, social, econômico e político do Brasil, uma abordagem do processo de desenvolvimento da cultura canavieira, ressaltando a realidade de trabalho vivenciada pelos cortadores de cana-de-açúcar.

Procurou-se, levantar subsídios teóricos críticos com relação à realidade social do trabalho, de modo a desvelar a vivência do trabalhador em meio aos canaviais.

#### **3.1 USINAS DE CANA DE AÇÚCAR**

O presente tópico, construído a partir dos dados disponibilizados pelo site do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas – IBGE, pelo site da Associação dos Municípios do Vale do Ivaí – AMUVI, e Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social - IPARDES, os quais possibilitam informações com relação à região do Vale do Ivaí.

De acordo com o IPARDES (2007) no que se refere à extensão do território da região Vale do Ivaí, compreende-se que:



O território Vale do Ivaí está localizado na sua maior parte no Terceiro Planalto e parte no Segundo Planalto Paranaense e abrange uma área de 7.385,05 km<sup>2</sup>, que corresponde a cerca de 3,7% do território estadual e a 9,2% da área do Projeto. Esta região faz divisa, ao norte, com os territórios Londrina e Maringá; a oeste, com Campo Mourão; ao sul, com o território Paraná Centro; e a leste, com o território Caminhos do Tibagi. (IPARDES, 2007, p.11)

Diante da extensão territorial da região do Vale do Ivaí pode-se ressaltar que está é composta pelas seguintes cidades: Apucarana, Arapuã, Ariranha do Ivaí, Bom Sucesso, Borrazópolis, Califórnia, Cambira, Cruzmaltina, Faxinal, Godoy Moreira, Grandes Rios, Ivaiporã, Jandaia do Sul, Jardim Alegre, Kaloré, Lidianópolis, Lunardelli, Marilândia do Sul, Marumbi, Mauá da Serra, Novo Itacolomi, Rio Bom, Rio Branco do Ivaí, Rosario do Ivaí, São João do Ivaí e São Pedro o Ivaí. (AMUVI, 2012)

No entanto, de acordo com dados fornecidos pelo IBGE (2010), compreende-se que a população que abrange a região do Vale do Ivaí é de 323. 523 habitantes, sendo que a cidade de Apucarana se destaca com o número de 120.919 habitantes.

Ainda em relação aos dados apontados pelo IPARDES (2007), no que se refere ao Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH – M), a região apresenta dados elevados com relação à desigualdade social, visto que as análises socioeconômicas apresentam informações, como, famílias pobres, desigualdade social por renda, trabalho infantil, ausência de saneamento básico e de habitação, número elevado de pessoas analfabetas, precariedade no acesso à saúde, dentre outras expressões sociais da questão social. Contudo, importante ressaltar que muitas dessas famílias pobres contam com os serviços e programas sociais ofertados pelo governo do estado do Paraná quanto do governo Federal. (IPARDES, 2007).

Contudo, no âmbito desse território repleto das expressões da questão social encontram-se localizado os trabalhadores cortadores de cana-de-açúcar, estes que são protagonistas desta pesquisa e estão distribuídos pelas várias cidades da região do Vale do Ivaí.

Para tanto, dentre as 26 cidades que compõe a região do Vale do Ivaí apenas duas possui usina de cana-de-açúcar, visto que essa informação pode ser

confirmada com o MAPA - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, e o SAPCANA - Sistema de Acompanhamento da Produção Canavieira, onde apresentam os seguintes dados com relação às usinas de cana-de-açúcar localizadas no estado do Paraná, estas que estão cadastradas no departamento de cana-de-açúcar e agroenergia. Diante desses elementos fornecidos, permite uma compreensão com relação ao número de usinas, sua produção por safra e as cidades onde estão localizadas.

**Tabela 2 – Usinas localizadas no Estado do Paraná**

<b>Total U F</b>	<b>UF</b>	<b>Nome de fantasia</b>	<b>Razão social</b>	<b>Cidade</b>	<b>Produção Safra</b>
01	PR	Alto Alegre - Unidade	Usina Alto Alegre S/A Açúcar e Álcool	Colombo	Mista
02	PR	Alto Alegre - Unidade	Usina Alto Alegre S/A Açúcar e Álcool	Santo Inácio	Mista
03	PR	Americana	Destilaria Americana S/A	Nova América da Colina	Etanol
04	PR	Bandeirantes	Açúcar e Álcool Bandeirantes S/A	Bandeirantes	Etanol
05	PR	Central Paraná	Usina Central Do Paraná S/A Agrícola	Porecatu	Etanol
06	PR	Coopcana / São Carlos	Coopcana – Cooperativa Agrícola	São Carlos do Ivaí	Mista
07	PR	Cooperval	Cooperval – Coop. Agroind. Vale do Ivaí	Jandaia do Sul	Mista
08	PR	Copagra	Copagra - Cooperativa	Nova Londrina	
09	PR	Costa Bioenergia	Costa Bioenergia Ltda	Serra dos Dourados	Mista
10	PR	Dacalda	Dacalda Açúcar E Álcool Ltda	Jacarezinho	Mista
11	PR	Florestópolis	Usina Alto Alegre S/A – Açúcar E Álcool	Florestópolis	Etanol
12	PR	Ibaiti	Clarion S.A Agroindustrial	Ibaiti	Etanol
13	PR	Imcopa	Imcopa Importação	Araucária	Etanol

			Exportação E		
14	PR	Jacarézinho	Companhia Agrícola Usina	Jacarézinho	
15	PR	Luso	Indústrias De Bebidas Reunidas Morro	Ventania	Etanol
16	PR	Melhoramentos / Ivaí	Destilaria Melhoramentos S/A	Jussara	
17	PR	Moreira Sales	Usina de Açúcar E Álcool Goioere Ltda	Santo Antonio do Caiuá	
18	PR	Nova Londrina	Destilaria Melhoramentos Nova Londrina S.A	Nova Londrina	
19	PR	Nova Produtiva	Cooperativa Agroindustrial Nova	Astorga	Etanol
20	PR	Renuka - São Pedro Do Ivaí	Renuka Vale Do Ivaí S.A	São Pedro do Ivaí	Mista
21	PR	Renuka - Marialva	Renuka Vale Do Ivaí S/A	Marialva	Etanol
22	PR	Sabarálcool-Filial Cedro	Sabarálcool S/A Açúcar E Álcool	Perobal	Mista
23	PR	Sabarálcool S/A Açúcar E Álcool	Sabarálcool S/A Açúcar E Álcool	Engenheiro Beltrão	Etanol
24	PR	Santa Terezinha – Un. Maringá	Usina De Açúcar Santa Terezinha Ltda.	Maringá	Mista
25	PR	Santa Terezinha – Un. Ivaté	Usina De Açúcar Santa Terezinha Ltda.	Ivaté	Mista
26	PR	Santa Terezinha – Un. Paranacity	Usina De Açúcar Santa Terezinha Ltda.	Paranacity	Mista
27	PR	Santa Terezinha – Un.	Usina De Açúcar Santa Terezinha Ltda.	Terra Rica	Mista

		Terra Rica			
28	PR	Santa Terezinha – Un. Rondon	Usina De Açúcar Santa Terezinha Ltda.	Rondon	Mista
29	PR	Santa Terezinha – Un. Tapejara	Usina De Açúcar Santa Terezinha Ltda.	Tapejara	Mista
30	PR	Santa Terezinha – Un. Cidade Gaúcha	Usina De Açúcar Santa Terezinha Ltda.	Cidade Guaúcha	Mista
31	PR	Santa Terezinha – Unidade São	Usina De Açúcar Santa Terezinha Ltda.	São Tomé	Etanol

Fonte: Ministério da Agricultura, Pequária e Abastecimento (2014)<sup>13</sup>

A partir dos dados apresentados acima, permite-nos o conhecimento com relação ao número de usinas de cana-de-açúcar presente no estado do Paraná somando no total são 31 usinas, dentre elas 16 são de produção mista, ou seja, produzem álcool e açúcar, 11 produz apenas o etanol e as outras de acordo com o Sistema de Acompanhamento da Produção Canaveira não lançaram sua produção.

Diante do número de usinas presentes no estado do Paraná, segundo IPARDES (2013), o estado se destaca na produção de cana-de-açúcar com 49 557 008 toneladas ficando o milho com 17 378 058 toneladas e a soja com 15 961 487 toneladas.

Segundo as informações da tabela acima citada, fica evidente que somente duas cidades da região do Vale do Ivaí possuem usinas de cana-de-açúcar, São Pedro do Ivaí com a usina Renuka e Jandaia do Sul com a usina Cooperval.

<sup>13</sup> Tabela Atualizada em Maio de 2014. Disponível em: <file:///C:/Users/Usuario/Pictures/Relat%C3%B3rio%20de%20dados%20cadastrais%20de%20institui%C3%A7%C3%B5es\_20\_05\_2014.pdf>. Acesso em 20 de jul. de 2014.

A cidade hoje conhecida como São Pedro do Ivaí foi criada em 1950 com a seguinte denominação Patrimônio do Ivaí, visto que somente em 1954 recebe a denominação de São Pedro do Ivaí, uma homenagem ao padroeiro São Pedro e Ivaí por se localizar próximo o rio Ivaí que banha a região. No entanto, de acordo com o IBGE de 2010 o município tem 10.167 habitantes com área territorial de 322.692 Km<sup>2</sup>. O município conta com uma usina de cana-de-açúcar Renuka que está presente na região desde o ano de 1981. Hoje a usina emprega mais de 2.600 funcionários, sendo que 1.871 são trabalhadores cortadores de cana-de-açúcar.

Já a cidade de Jandaia do Sul, desmembrada da cidade de Apucarana recebe a denominação de Jandaia do Sul em 1951, Jandaia provem do nome de uma ave “Topônimo” existente na região, e Sul veio para diferenciar o nome da cidade. De acordo com o senso IBGE de 2010 a cidade tem 20.269 habitantes com área total de 187.600 km<sup>2</sup>. A cidade conta com a usina Cooperval de cana-de-açúcar desde 05 de julho de 1980, a qual abrange a região do Vale do Ivaí empregando 2.100 funcionários, sendo que 1.500 são trabalhadores que executam o trabalho no corte da cana-de-açúcar, sendo estes protagonistas desta pesquisa.

### **3.1.1 Serviços sociais ofertados pelas usinas**

Para construção desse tópico, tivemos a oportunidade de ter uma conversa informal (via e-mail e telefone) com os profissionais de Serviço Social de ambas as empresas. Tal discussão nos chamou a atenção pelo fato das duas usinas, foco da nossa pesquisa, possuir um setor que cuide dos interesses sociais dos funcionários, sendo este coordenado por um profissional assistente social.

Em contato estabelecido via e-mail e telefone com a usina Renuka, obtivemos as seguintes informações em relação à responsabilidade social com os trabalhadores, onde alegou possuir uma equipe de profissionais que orienta e supervisiona o trabalho dos funcionários na utilização dos equipamentos de proteção individual fornecida pela empresa, sendo ministradas palestras de orientação e campanhas de vacinação contra tétano, gripe e outras.

De acordo com a usina Renuka, a mesma oferece uma Política Social de atendimento para todos os funcionários que compreende em plano de saúde, bolsas de estudos, transporte escolar para cursos superiores e técnicos, restaurante onde são oferecidas refeições por baixo custo com acompanhamento de nutricionista. Contam ainda com uma farmácia, consultório odontológico com baixo preço, uniforme de segurança, a distribuição de “sorinho”, este que é composto de sais minerais que hidrata e o matinal que é suplemento alimentar composto de aveia e leite, possuindo vitaminas.

Segunda a empresa, a mesma desenvolve projetos sociais direcionados à criança e adolescentes, como o projeto Vale da Vida através de parceria com a Pastoral da Criança, onde gestante e crianças recebem acompanhamento médico, enxoval para o recém nascido e manual de primeiros cuidados. Ainda conta com uma brinquedoteca em parceria com a prefeitura municipal atendendo 200 crianças e adolescentes pelo PETI – Programa de Erradicação do Trabalho Infantil.

Em relação à usina Cooperval, onde o contato também foi estabelecido por telefone e e-mail, obtivemos as seguintes informações, visto que a mesma segue os princípios estabelecidos pelo PAS – Plano de Assistência Social regulamentado pela lei 4.870 de 02/12/1965, que dispõe sobre a produção açucareira, e receita do Instituto do Açúcar e do Alcool – I.A.A. sua aplicação e de outras providências como Regulamenta a Assistência Social na agroindústria canavieira, conforme Art. 36 da Lei 4870/65:

Art.36. Ficam os produtores de cana, açúcar e álcool obrigados aplicar, em benefício dos trabalhadores industriais e agrícolas das usinas, destilarias e fornecedores, em serviços de assistência médica, hospitalar, farmacêutica e social, importância correspondente, no mínimo, às seguintes percentagens:

- de 1% (um por cento) sobre o preço oficial do saco de açúcar de 60 (sessenta) quilos, de qualquer tipo, revogado o disposto no artigo 8º do Decreto-Lei nº 9.827, de 10 de setembro de 1946;
- de 1% (um por cento) sobre o valor oficial da tonelada de cana entregue, a qualquer título, às usinas, destilarias anexas ou autônomas, pelos fornecedores ou lavradores da referida matéria;
- de 2% (dois por cento) sobre o valor oficial do litro de álcool de qualquer tipo produzido nas destilarias.

Ainda oferece serviços e auxílios sociais diversos como assistência alimentar, auxílio funeral, auxílio natalidade, auxílio casamento, auxílio transporte, serviços de recreação, auxílio educação, empréstimo ao funcionário, uniforme,

seguro de vida, capacitação profissional, assistência médica, hospitalar, farmacêutica e social.

### **3.2 A VIVÊNCIA DO TRABALHO PELOS CORTADORES DE CANA-DE-AÇÚCAR DO VALE DO IVAÍ**

Nesse momento do trabalho, chegamos à discussão objeto da nossa pesquisa. Para tanto, faremos a apresentação e a análise de nossa pesquisa de campo realizada com os cortadores de cana-de-açúcar do Vale do Ivaí a fim de conhecer e analisar a realidade de trabalho e de vida desses sujeitos.

Cabe lembrar que esse trabalho tem como objetivo geral conhecer e analisar a realidade de trabalho dos cortadores de cana-de-açúcar da região do Vale do Ivaí, as suas condições objetivas de trabalho. Diante disso, este se constrói sob uma abordagem qualitativa, ou seja, uma pesquisa apoiada em um roteiro semiestruturado com perguntas abertas e fechadas, onde o entrevistado se sente livre para poder falar sobre o tema, como elucida Minayo (2012):

Entrevista, tomada no sentido amplo de comunicação verbal, e no sentido restrito de coleta de informações sobre determinado tema científico, é a estratégia mais usada no processo de trabalho de campo. [...] semiestruturada, que combina perguntas fechadas e abertas, em que o entrevistado tem a possibilidade de discorrer sobre o tema em questão sem se prender á indagação formulada. (MINAYO, 2012 p.64)

Entretanto, a entrevista permite construir informações sobre a realidade da qual se quer conhecer. Desta forma, o roteiro utilizado possibilitou também obter dados quantitativos, enriquecendo ainda mais o processo de análise.

De acordo com Minayo (2012), a pesquisa qualitativa aborda aspectos da realidade que não podem ser quantificados:

A pesquisa qualitativa responde a questões muito particulares. Ela se ocupa, nas Ciências Sociais, com um nível de realidade que não pode ou não deveria ser quantificado. Ou seja, ela trabalha com o universo dos significados, dos motivos, das aspirações, das crenças, dos valores e das atitudes. [...] O universo da produção humana que pode ser resumido no mundo das relações, das representações e da

intencionalidade e é objeto da pesquisa qualitativa dificilmente pode ser traduzido em números e indicadores quantitativos. (MINAYO, 2012, p. 21)

Desse modo, a pesquisa qualitativa visa aprofundar no mundo dos significados produzidos mediante as relações sociais.

Nossa pesquisa abrange um universo de 12 entrevistados, a saber, seis trabalhadores da usina Renuka e outros seis da usina Cooperval. Cada entrevista foi agendada com antecedência, o primeiro contato foi por telefone, momento em que foram apresentados os objetivos da pesquisa. Todas as entrevistas foram realizadas em locais escolhidos pelo próprio entrevistado e duraram em média 20 minutos cada.

De forma bem objetiva, as perguntas realizadas foram formuladas com a finalidade de apropriar-se dos seguintes eixos de análises sobre o tema:

- 1) Caracterização do entrevistado;
- 2) Condições de Trabalho;
- 3) Perspectiva de Vida.

Nesse sentido, a apresentação e análise da pesquisa de campo se concentram em responder a questão central desse trabalho que se materializa na pergunta: Qual a realidade objetiva do trabalho dos cortadores de cana de açúcar na região do Vale do Ivaí-PR?

Para tanto discorreremos sobre as particularidades de sujeitos singulares em contextos universais (PONTES, 2002), marcado pela precarização das relações de trabalho – materializada no sub-emprego, marca maior do corte de cana no Brasil.

### **3.2.1 Caracterização dos Entrevistados**

No intuito de se preservar o sigilo não divulgaremos o nome dos participantes da pesquisa. Contudo, o trabalho tem como objetivo abordar a



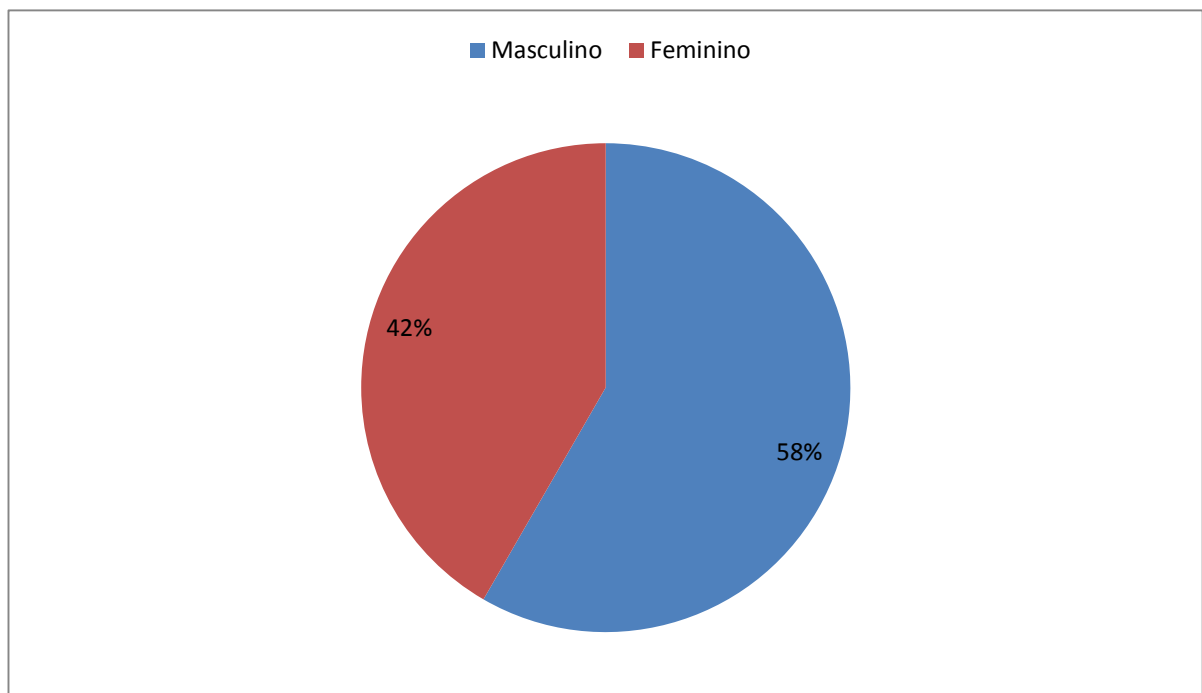
realidade do universo dos pesquisados, discutindo semelhanças e diferenças destes sujeitos que, de alguma forma, encontram-se envolvidos no corte de cana.

Vale salientar que buscando manter o supracitado sigilo sobre a identidade de cada um que contribuiu, a identificação dos sujeitos se dará por “Entrevistado”, ou no caso de mulher “Entrevistada”.

#### a) Gênero

Considerando o trabalho no corte de cana ser uma atividade que exige destreza e esforço físico, tivemos por curiosidade inicial avaliar dentre a nossa amostragem quantos dos entrevistados eram masculino e feminino. Eis os dados:

**Gráfico 1 – Gênero dos entrevistados**



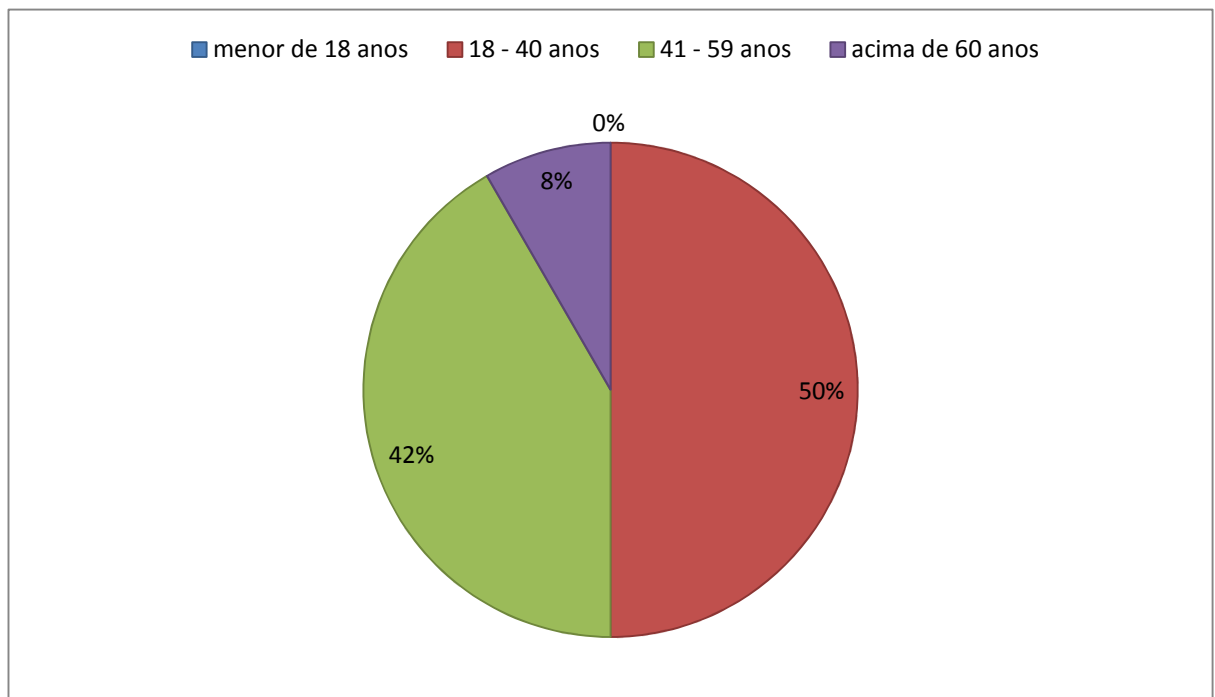
Diante do gráfico acima fica evidente que 58% dos entrevistados são homens. No entanto, não podemos descartar o fato do gênero feminino se apresentar em uma quantidade significativa, ou seja, 42% são mulheres, isso permite compreender que este trabalho também é desenvolvido por mulheres, sendo este um número considerável dentro de nossa amostragem.

Mais a frente na análise dos dados, repercutiremos as dificuldades da mulher inserida nessa dinâmica de trabalho, considerando a dupla (e em não raros casos tripla) jornada de trabalho, pois mesmo trabalhando fora de casa, é ainda responsável pela ordem e manutenção das atividades domésticas.

## b) Idade

Na sequência, questionamos os trabalhadores acerca da sua idade. Esta pergunta teve como propósito analisar a idade destes trabalhadores, visto que este trabalho depende da força braçal, sendo um trabalho que exige força física, habilidade e rapidez, o que requer muita energia física do trabalhador.

**Gráfico 2 – Idade dos trabalhadores cortadores de cana-de-açúcar**



O gráfico nos informa a idade dos cortadores de cana-de-açúcar apresentando uma amostragem da pesquisa. Cabe esclarecer também, que desde o início desse estudo nossa curiosidade pairou acerca da presença de crianças e

adolescentes trabalhando no corte de cana na região lócus da pesquisa. Considerando esse enquanto um problema histórico no Brasil, ainda mais quando se referisse ao trabalho braçal.

Contudo, em pesquisa de campo não foi constatada a presença de nem uma criança exercendo o trabalho no corte de cana-de-açúcar, porém não podemos descartar que esta seja uma situação totalmente superada no Brasil, pois de acordo com o IBGE, em meio a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios em 2007, estima que 21.334 mil de crianças e adolescentes entre 10 e 15 anos de idade desenvolvem alguma atividade econômica, sendo que 49,2% trabalham na agricultura e os outros 50,8% desenvolve outras atividades econômicas não sendo trabalho agrícola. Estes dados apontados pelo IBGE abrangem as grandes regiões do Brasil, desde o Norte, Nordeste, Sudeste, Sul e Centro-Oeste.

Estudiosos como Pochmann (2001), estudam como tal realidade se evidencia nos dias atuais, estando aliada ao desemprego e pobreza:

A gravidade atual do desemprego no Brasil não se deve apenas ao problema da insuficiente geração de posto de trabalho, mas também à existência de elevada carência de renda para amplos segmentos da população, responsável pela adição de uma parcela social no mercado de trabalho que deveria estar fora dele. É o caso, por exemplo, de 2,8 milhões de crianças com menos de 14 anos de idade que se encontram atualmente no mercado de trabalho; distante, portanto, dos bancos escolares. (POCHMANN, 2001, p.120)

Ainda continua:

A grave crise do emprego no Brasil não se deve apenas ao problema da escassez de postos de trabalho. Deve-se também ao problema de falta de renda, que faz com que segmentos sociais adicionais sejam remetidos para o mercados de trabalho quando deveriam estar fora dele [...] (POCHMANN, 2001, p.123)

Tal citação, também rebate na escolaridade dos indivíduos, visto que muitos ao optar pelo trabalho acabam abandonando a escola na necessidade de ajudar á família na complementação da renda.

Fato é que atualmente diversas legislações contra a exploração de mão-de-obra infantil estão em vigor no país<sup>14</sup>, endurecendo o combate a essa prática e imputando criminalmente aos que dela se utilizam.

Ainda no gráfico 2, pode-se verificar trabalhadores com idade entre 18 e 40 anos sendo maioria no trabalho do corte de cana contabilizando 50%, depois segue em 42% com idade entre 41 e 59 anos, e por fim finaliza com 8% dos entrevistados com idade acima de 60 anos.

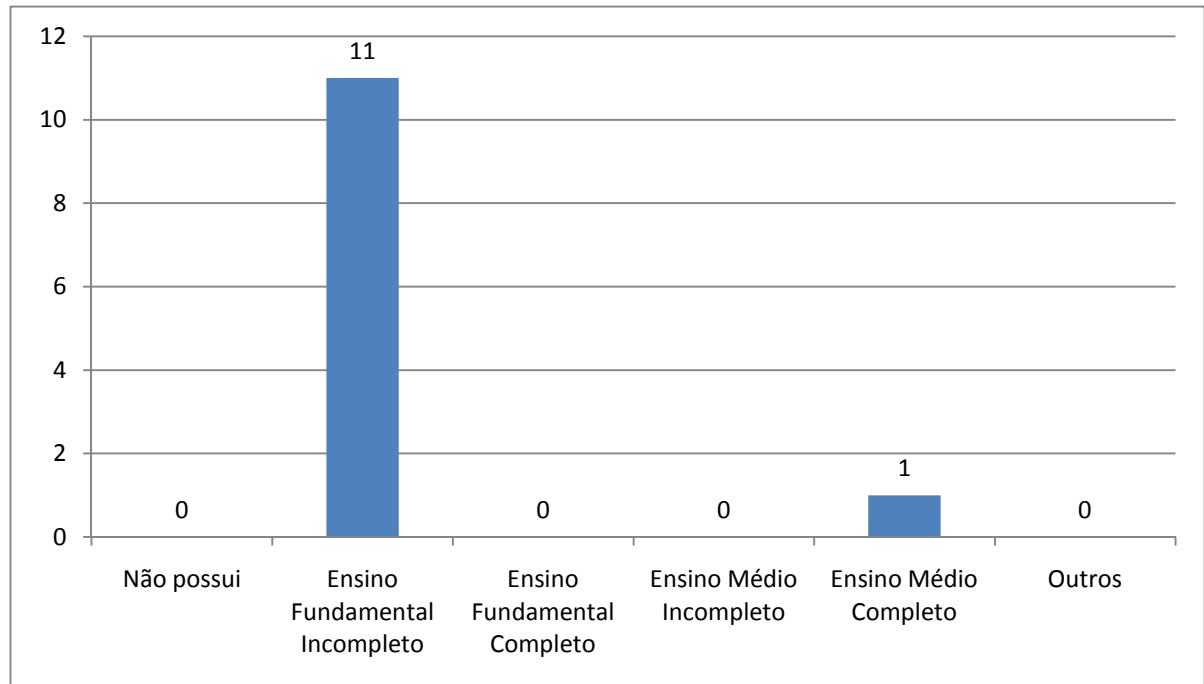
Causou-nos surpresa que, na pesquisa de campo, os dados coletados dentre a nossa amostra apresentaram que 50% dos sujeitos estão acima dos 40 anos – idade considerada avançada para os atuais padrões do mercado de trabalho, sendo que 04 são acima dos 48 anos e 01 acima dos 60 anos (portanto idoso, segundo a Lei 10.741/03).

### **c) Escolaridade**

Para melhor conhecer os sujeitos entrevistados e os determinantes da sua condição objetiva de trabalho, se questionou a escolaridade destes, e as respostas representaram nos seguintes dados.

---

<sup>14</sup> Com destaques ao: ECA (lei 8069/90) arts 60 a 69; CLT (Decreto 5452/43) Capítulo IV, Título III; Decreto 6481/08; Instrução Normativa 77/09, da Secretaria de Inspeção do Trabalho do Ministério do Trabalho e Emprego.

**Gráfico 3 - Escolaridade**

Desta forma, as informações expressas no gráfico acima dão conta de atestar que maior parte dos entrevistados não concluíram o ensino fundamental, tal conjuntura pode ser justificada pela situação socioeconômica, visto que em meio a oportunidade de trabalho e educação, muitos se viram obrigados a optar pelo trabalho visando contribuir com a renda familiar.

Dos sujeitos entrevistados, 02 estudaram apenas a primeira série, outros 02 estudaram até a segunda série, no entanto, estes declaram só saberem escrever o nome. Já outros 02 estudaram até a terceira série, 03 estudaram até a quarta série. Contudo, estes sujeitos se enquadram como analfabeto funcional, sendo aquele indivíduo com escolaridade inferior a quatro anos que possuem capacidade de escrever, mas apresenta dificuldades na leitura e interpretação dos textos. Já outros 02 declaram ter estudado até a quinta série do ensino fundamental e apenas 01 declarou ter concluído o ensino médio.

Tal fato também se expressa na amostragem do IBGE (2000 e 2010), quando analisa a taxa de analfabetismo da população de 15 anos ou mais de idade, por grupo de idade, segundo as grandes regiões e as classes de tamanho da população dos municípios. A taxa de analfabetismo entre adolescentes e jovens no ano de 2000 no Brasil era de 5,8 e em 2010 caiu para 2,5 da população. Já as

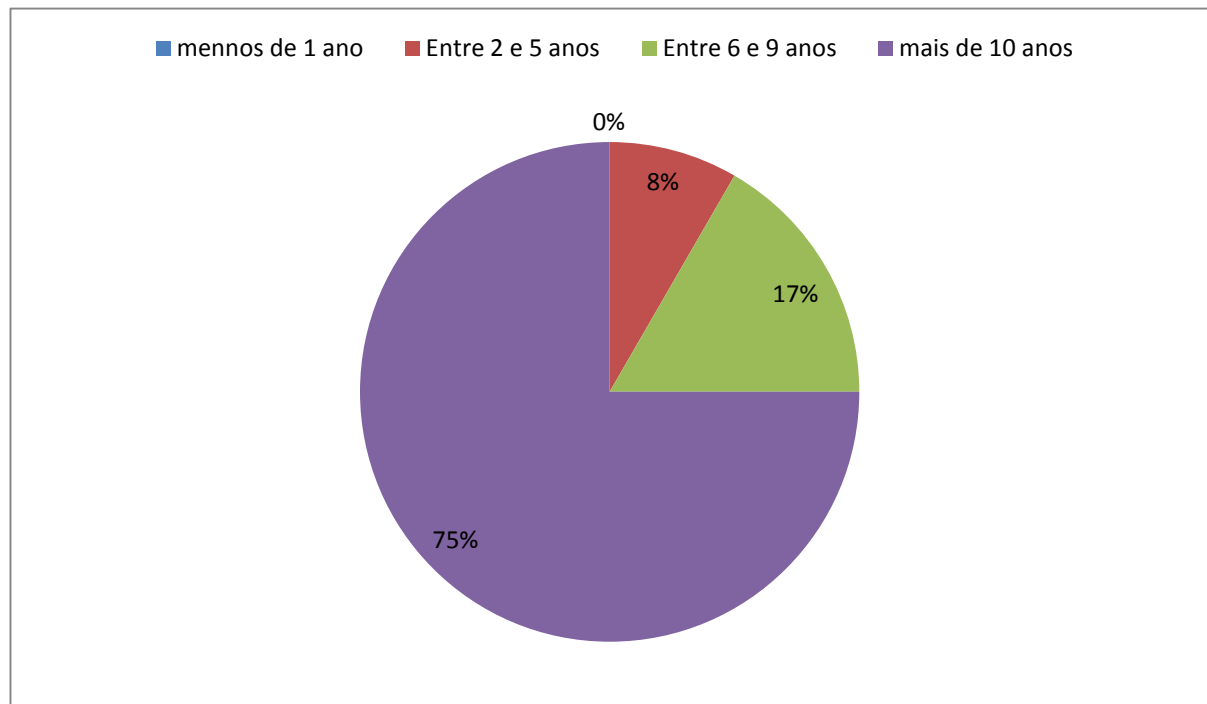
peças analfabetas entre 25 a 59 anos de idade em 2000 eram de 13,0, já em 2010 caiu para 8,5 da população. Ainda, as peças com idade de 60 anos ou mais em 2000 contabilizavam 35,2 já em 2010 caiu para 26,5 da população. Importante ressaltar que dentre as grandes regiões do país, a região que mais se destaca com população analfabeta é a região Nordeste.

Desse modo, podemos considerar que dentro os dados apresentados pelo IBGE 2010, houve um pequeno decréscimo da população analfabeta, mais mesmo assim os números que correspondem às peças analfabetas são significativos.

#### **d) Tempo de trabalho no corte de cana-de-açúcar**

Outro elemento que nos despertou interesse foi em relação ao tempo de trabalho dos cortadores de cana, ou seja, saber a quanto tempo estes trabalhadores estão inseridos nesse processo de trabalho. Os dados obtidos pela pesquisa apontam que:

**Gráfico 4 - Tempo de trabalho no corte de cana-de-açúcar**



Dentre os sujeitos entrevistados, não foi constatado trabalhadores com tempo de trabalho inferior a 01 ano, mas com tempo de trabalho acima de 05 anos, como expressa os dados do gráfico acima. Dos trabalhadores entrevistados 8% estão no corte de cana entre 02 e 05 anos, outros 17% já estão trabalhando no corte de cana entre 06 e 09 anos. Entretanto, 75% dos entrevistados declaram estar no corte de cana-de-açúcar á mais de 10 anos. É importante ressaltar que foi possível verificar trabalhadores com mais de 20 anos de trabalho no corte de cana-de-açúcar, um dado que se faz relevante visto ser um trabalho que exige força física, condição de saúde e habilidade.

Está questão se faz pertinente, visto que o tempo de trabalho no corte de cana reflete na condição de vida e de saúde do trabalhador, pois de acordo com a amostragem no gráfico 4 estes trabalhadores passam grande parte de sua vida entregue ao trabalho no corte de cana, não sendo reconhecidos na sua dignidade, visto apenas como uma mera mercadoria ao sistema capitalista alienada aos meios de produção.

Iamamoto (2008), se referenciando á Marx evidencia tal situação:

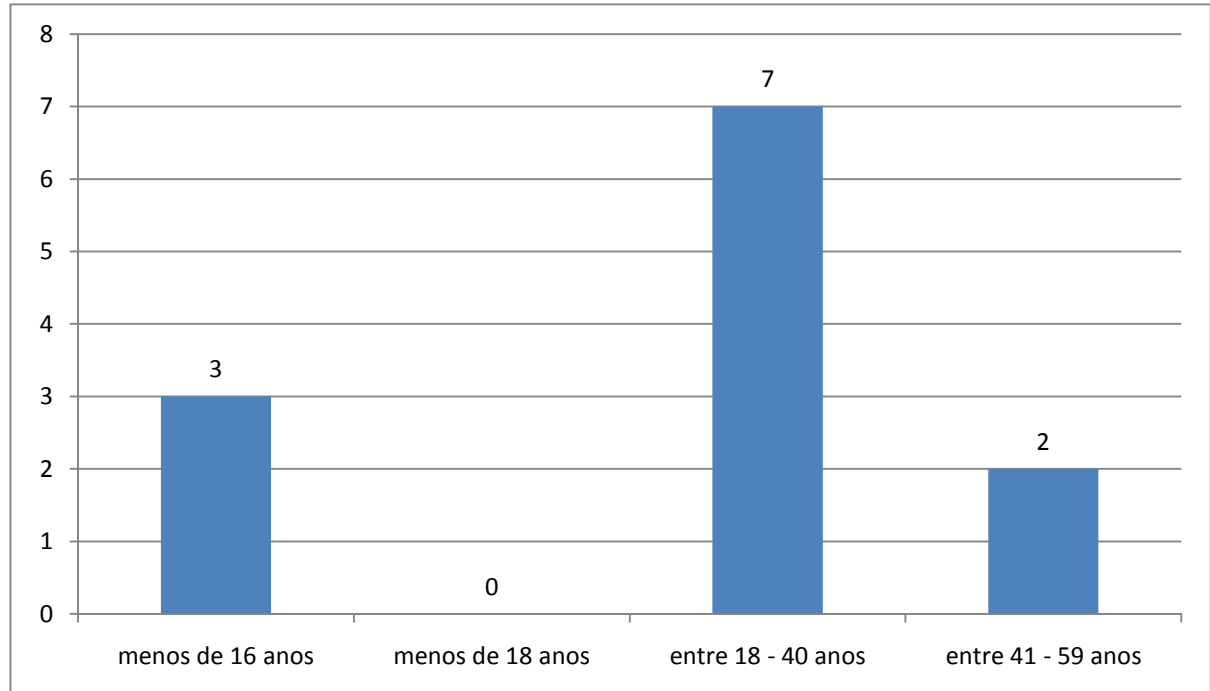
É essa mesma experiência objetiva e subjetiva do trabalho, tal como vivenciada pelo indivíduo que trabalha, que move sua rebeldia ao

castigo do trabalho: á *fadiga*, fruto do máximo gasto de energias e ao constrangimento de ter que *dedicar a maior parte de seu tempo de vida ao trabalho para o capital*, isto é, de “*relacionar-se com a maior parte de seu tempo, como um tempo que não lhe pertence*”( Marx, 1980 apud IAMAMOTO, 2008, p.78)

Todavia, a análise efetuada tem como premissa dialogar com a teoria social critica de Marx, buscar na teoria do valor-trabalho respostas para a realidade abordada, ou seja, a realidade objetiva de trabalho dos cortadores de cana-de-açúcar, trabalhadores estes que se encontram inseridos no processo de trabalho como objeto do capital.

Ainda, neste eixo, podemos citar outro questionamento que surgiu por curiosidade da pesquisadora, um meio de obter maiores informações com relação à vivência e realidade de trabalho dos trabalhadores no corte de cana. Buscou se questionar qual a idade que estes trabalhadores iniciaram no corte de cana. Os dados obtidos pela pesquisa demonstram que:

**Gráfico 5 – Idade que iniciaram no corte de cana-de-açúcar**



Pode-se verificar que dentre os sujeitos entrevistados, 03 declaram que iniciaram no corte de cana com menos de 16 anos de idade, dado considerável para esta pesquisa, visto que antes a legislação permitia o trabalho formal e informal de



adolescentes. No entanto, não se verificou trabalhadores que iniciaram no corte de cana com idade entre 16 a 18 anos de idade, ficando evidente que a maioria iniciou o trabalho no corte de cana entre os 18 e 40 anos de idade. Contudo, outro dado relevante no gráfico é em relação aos que iniciaram o trabalho no corte de cana com idade entre 41 e 59 anos, visto que muitas empresas consideraram esta faixa etária avançada para o trabalho.

Diante desta questão, foi possível verificar que, dos doze entrevistados, 03 relataram que trabalha no corte de cana-de-açúcar desde os 13 anos de idade.

Ficando evidente tal consideração no depoimento da entrevistada 04:

Sempre na cana desde os 13 anos de idade, comecei a trabalhar no corte de cana com 13 anos, depois eu casei e fiquei 10 anos sem trabalhar, ficava só em casa. Ai em 2005 eu voltei para o corte de cana de novo. Naquele tempo com 13 anos, já contratavam com carteira registrada. **(Entrevistada 04)**

Uma das causas do trabalho infantil decorre da falta de renda familiar, sendo a pobreza a causa que mais se confirma, visto que o trabalho infantil se faz necessário em muitas famílias para complementação da renda familiar.

### **3.2.2 Condições de Trabalho**

Conforme as informações coletadas, apresentadas e analisadas, continuamos nosso estudo discutindo acerca da realidade de trabalho dos cortadores de cana do Vale do Ivaí – das usinas Renuka e Cooperval.

Nesse momento da pesquisa de campo, nos propomos a adentrar no cerne do nosso objeto de pesquisa. Portanto, centramos nossa investigação na coleta de dados que deem conta de nos informar melhor acerca da rotina de vida e de trabalho desses sujeitos.

Para tanto, nos aprofundando em relação às condições de trabalho desses indivíduos, buscando de forma qualitativa entender melhor a realidade objetiva do trabalho, e quais as representações e opiniões que os mesmos têm acerca dessa realidade.

### **a) Trabalho por produção: renda mensal com o corte de cana-de-açúcar**

Segundo Lamamoto (2008), a categoria trabalho é o processo que permitiu a constituição do indivíduo social. Contudo, o trabalho na sociedade capitalista toma outros rumos, visto que nesta sociedade o trabalho não é tido apenas como meio para satisfazer as necessidades básicas dos indivíduos, ele se integra na produção da vida material por meio da exploração da força de trabalho de uma classe sobre a outra, visando o acúmulo de lucro.

O trabalho na sociedade capitalista está inserido na órbita do valor, onde a força de trabalho do indivíduo é tida como mercadoria, considerada como o único meio de sua subsistência, ou seja, esta fonte de valor precisa ser trocada por um equivalente geral – dinheiro - o qual permite ao indivíduo manter suas necessidades básicas, para produzir valor necessita estar inserida aos meios de produção capitalista.

Dessa forma, compreende-se que o trabalhador cortador de cana-de-açúcar encontra-se inserido nos meios de produção capitalista, pois foi contratado para desenvolver atividade denominada trabalho assalariado, o qual irá receber por sua produção. Contudo, o cortador de cana é considerado fonte de valor, à medida que está inserido no processo de produção do corte de cana, seu valor é contabilizado na sua produção que ocorre mediante a quantidade de cana cortada, ou seja, o seu salário está intrinsecamente ligado a sua produção.

De acordo com Lamamoto, (2008):

Como a venda da força de trabalho dá-se sempre por um determinado período de tempo, a hora de trabalho é a unidade de medida do seu preço. O cálculo do preço médio do trabalho diário é dado pelo valor diário médio da força de trabalho dividido pelo número de horas da jornada média, estabelecida pela sociedade. Quanto o trabalho é pago por dia, é medido por sua duração direta (horas trabalhadas). Já o trabalho pago por produção é medido pela quantidade de produtos em que o trabalho se condensa durante determinado período de tempo. O salário por produção é um tipo de medida do salário, uma forma metamorfoseada do salário por tempo. A mudança da forma de pagamento não altera a determinação do salário. Entretanto, o salário por produção aparece como se o preço do trabalho fosse determinado pela capacidade do produtor e não pela relação entre o valor diário médio da força de trabalho e o número de horas da jornada média, visto que a variação da

capacidade de produção do trabalhador provoca alterações no montante de salário recebido. (IAMAMOTO, 2008, p.230)

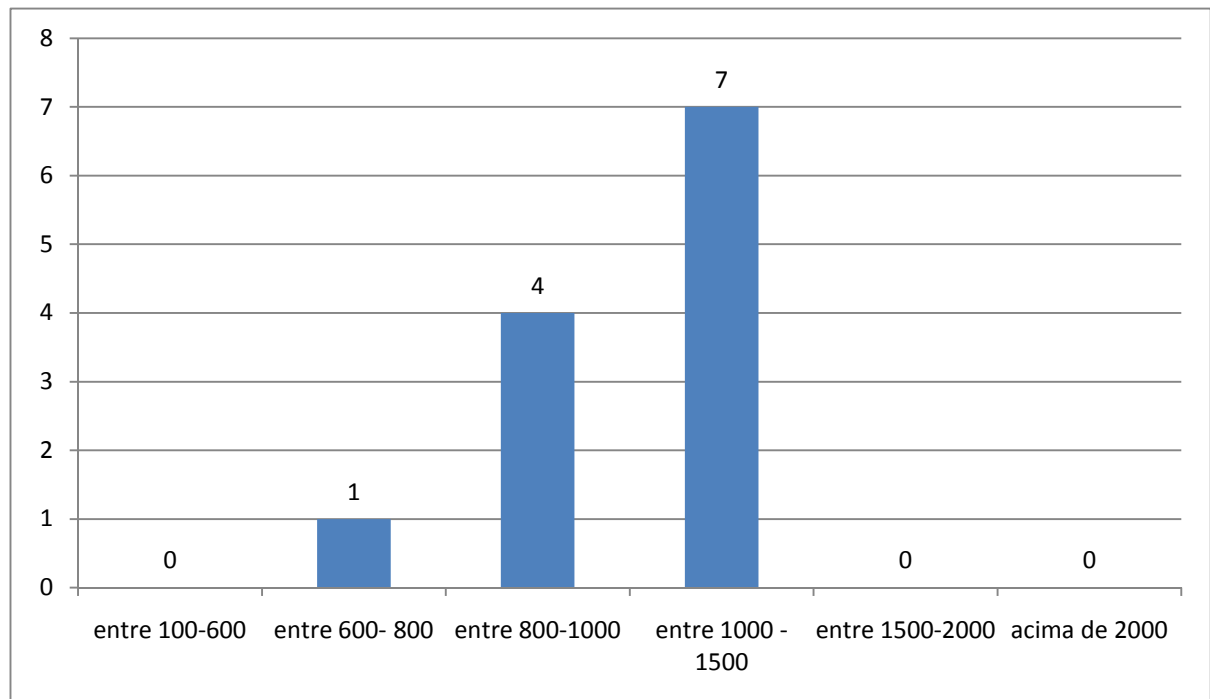
Contudo, percebe-se que valor do trabalho pago por produção é calculado pela média do salário vigente, no entanto, o trabalhador não compreende tal determinação, e acredita que seu salário está calculado pela sua produção. Dessa forma, o trabalhador se vê instigado a buscar sempre pela maior produção, pois acredita que irá obter maiores rendimentos, quando na verdade quanto maior for sua produção maior será o lucro da usina – mais-valia. A empresa consegue aumentar sua produção com o “consentimento” do explorado, que alienado não percebe que faz mais que potencializar a mais-valia em seu trabalho.

Tal colocação fica evidente na fala de um dos entrevistados:

Já cheguei a passar direito do horário do almoço. A empresa lá não gosta que faz isso, mas a gente faz isso aí, porque quer ganhar mais, entendeu. Quer terminar a parte que pegou, pra pegar outra, pra ganhar mais, é sempre pensando em dinheiro. Porque você trabalha por produção, quanto mais você corta, mais ganha, né. Produzir para ganhar mais. Cada dia varia o valor, dependendo da cana, né. Cada tipo de cana varia o preço, quando a cana é ruim eles pagam um preço mais bom, quando a cana é boa o preço é baixo.  
**Entrevistado, 10**

Podemos perceber que o salário está intrinsecamente ligado a produção, no entanto, o valor atribuído ao metro de cana cortada varia de acordo com a qualidade da cana, o que rebate no salário dos trabalhadores, pois quando a cana é ruim – cana deitada, o que dificulta o processo do corte – os trabalhadores recebem um valor maior por metro de cana cortado, quando cana é boa – cana em pé, o que possibilita maior rendimento - recebem menos por metro de cana cortado, o que não permite maior salário, visto que lógica do capital impera no processo de produção, ou seja, obter lucro mediante trabalho excedente o que não privilegia o trabalhador cortador de cana.

Com relação ao trabalho pago por produção, os trabalhadores cortadores de cana foram questionados com relação à sua renda mensal no corte de cana. Os dados obtidos seguem em tabela:

**Gráfico 6 – Renda mensal**

O Gráfico 6 traz informações que nos auxiliam na compreensão da média salarial dos cortadores de cana que contemplam a região do Vale do Ivaí.

Contudo, a renda mensal entre os sujeitos entrevistado se destacaram entre 1000 a 1500, seguindo depois entre 800 à 1000 reais. Outro dado relevante foi em relação há um trabalhador declarar renda mensal entre 600 á 800 reais, diante dessa informação pode-se analisar que o valor do seu trabalho foi calculado pela média salarial, ao seja, se o trabalhador não atinge a produção exigida pela empresa recebe apenas o salário de registro em carteira.

#### **b) Equipamentos de Proteção Individual**

Diante das condições insalubres de trabalho que o cortador de cana enfrenta diariamente, houve a necessidade de buscar conhecer quais os equipamentos de proteção individual que estes utilizam no processo de trabalho, pois segundo lamamoto (2008, p. 220) “A insalubridade das condições de trabalho

na agricultura sujeita às condições climáticas e pluviiais adversas, aumenta o esforço necessário para a realização da atividade com o sol, calor e chuva. [...].”

As condições insalubres do trabalho no corte de cana, além de envolver sol quente, calor e chuva permeia a questão da queima da cana, o que reflete na condição de um trabalho sujo, visto que a palha da cana após queima torna-se carvão preto. Diante dessas condições de trabalho, faz se necessários equipamentos que garantam a segurança e proteção do cortador de cana.

De acordo com a Norma Regulamentadora n° 6 (NR6),<sup>15</sup> do Ministério do Trabalho e Emprego, equipamento de proteção individual é “todo dispositivo ou produto, de uso individual utilizado pelo trabalhador, destinado à proteção de riscos suscetíveis de ameaçar a segurança e a saúde no trabalho.”

Dessa forma, em relação aos trabalhadores cortadores de cana buscou questioná-los sobre os equipamentos de segurança, no entanto, foi possível verificar diferença entre a usina Renuka e a usina Cooperval tratadas neste trabalho na concessão dos equipamentos de segurança.

Foi possível verificar que a usina Renuka de São Pedro do Ivaí, concede aos trabalhadores Equipamentos de Proteção Individual, dentre eles, calçado de segurança com biqueira de aço, perneira, luvas, óculos, mangote<sup>16</sup> e boné. No entanto, um equipamento de proteção considerável para estes trabalhadores, não foi citado por eles, ou seja, a empresa Renuka não concede protetor solar para os trabalhadores que diariamente enfrentam altas temperaturas do sol.

De acordo com os trabalhadores da empresa Cooperval, esta cede, calçado de segurança com biqueira de aço, perneira, luvas, óculos, mangote, boné e o protetor solar. No entanto, é importante destacar o protetor solar como um equipamento de proteção individual, visto que protege os trabalhadores de queimaduras do sol, deixando menos vulnerais á desenvolver alguma doença de pele.

Ainda com relação aos equipamentos de segurança utilizados pelos cortadores de cana, Alves (2007), acrescenta que os equipamentos e as roupas são

---

<sup>15</sup> Portaria N° 25, de 15 de outubro de 2001, da Secretaria de Inspeção do Trabalho.

<sup>16</sup> Mangote é uma manga protetora do braço, que serve para proteger braços e antebraço em diversas atividades que são suscetíveis a eventuais acidentes.

necessários, todavia se tornam uma sobrecarga para o trabalhador no processo de trabalho:

O trabalhador usa vestimenta composta de botina com biqueira de aço, perneira de couro até o joelho, calças de brim, camisa de manga comprida com mangote, também de brim ou malha, luvas de raspa de couro, lenço no pescoço e chapéu ou boné. Esse dispêndio de energia sob o sol, com essa vestimenta, faz os trabalhadores suarem abundantemente, perdendo sais minerais. A perda da água e sais minerais leva à desidratação e à freqüente ocorrência de câimbras, que começam em geral, pelas mãos e pelos pés, avançam pelas pernas e chegam ao tórax, acometendo todo o corpo, o que os trabalhadores denominam de “birola”. Essa câimbra provoca fortes dores e paralisia total do trabalhador [...]. (SANT’ ANA, p.73 *apud* ALVES, 2007, p.34).

Devemos considerar que os equipamentos de proteção individual são necessários para a segurança dos trabalhadores cortadores de cana, no entanto, como colocado por Alves (2007), estes se tornam uma sobrecarga á medida em que se encontram aliados a outros equipamentos necessários, como o vestuário – roupas, causando sofrimento aos trabalhadores cortadores de cana.

### **c) Transporte e rotina de trabalho**

Em ralação a realidade de trabalho dos cortadores de cana, tivemos a curiosidade em questioná-los com relação às condições do transporte.

Para chegar aos canaviais, local do corte e colheita da cana, a empresa fica responsável por providenciar um ônibus, o qual transportará os trabalhadores da zona urbana até a zona rural – *lócus* do corte e da atividade desses trabalhadores.

No entanto, os trabalhadores responderam que o transporte é realizado mediante coletivos, ou seja, ônibus. Diante de tal resposta, foram questionados também em relação às condições desse transporte, se ele é seguro? Nos depoimentos, muitos dos trabalhadores colocaram o seguinte sentimento:

Não é seguro, eles são revisado e tudo, mas são ônibus velho.  
**Entrevistado 09.**

Este questionamento tinha como intuito conhecer a realidade de transporte desses trabalhadores. No entanto, 99% dos sujeitos entrevistados demonstraram que não estão satisfeito com o transporte, pois viajam muitos quilômetros diariamente com ônibus velho que não apresenta segurança alguma, e quase sempre apresenta problemas mecânicos.

O ônibus não é seguro, da muito problema, estraga direto, é um ônibus velho. **Entrevistado 02.**

Diante de tais informações, podemos nos questionar qual o interesse das empresas com relação à segurança desses trabalhadores. O fato é que estas empresas terceirizam o serviço de transporte como um meio de se ausentar das responsabilidades sociais, pois os interesses dessas empresas se voltam apenas para a manutenção da sobrevivência mínima desses trabalhadores para o processo de trabalho.

Outro ponto que revela a precarização do trabalho dos trabalhadores cortadores de cana abordado em pesquisa de campo é com relação à vivência do trabalho. Segundo Iamamoto (2008):

A vivência do trabalho no corte de cana tem sido presidida por uma dupla característica: as longas jornadas de trabalho e a máxima intensificação do trabalho, estimulada pelo pagamento à base da produção, isto é, da quantidade diária cortada. Este duplo mecanismo que media a obtenção do tempo de trabalho necessário à sobrevivência do trabalhador, traduzido no salário, encontra-se na base do sofrimento do trabalho. (IAMAMOTO, 2008, p.216)

É preciso ressaltar que os trabalhadores foram questionados sobre a jornada de trabalho, isto inclui desde o tempo de remoção de suas casas aos canaviais, tempo de trabalho e o retorno para suas casas. Sendo verificado que estes trabalhadores gastam entorno de onze horas diárias. Isso evidencia o fato dos trabalhadores passarem grande parte de suas vidas entregue ao trabalho, ou seja, entreguem para outrem, visto que não trabalham para si, mas para o capital. Precisam se colocar como mercadoria, para assim se manterem enquanto sobreviventes desse sistema econômico.

Segundo informações dos trabalhadores cortadores de cana das duas usinas, a jornada na lavoura tem início às 07h00min da manhã, com intervalo de uma hora para o almoço, das 10h00min às 11h00min, além de meia hora para o

café da tarde das 14h00min às 14h30min. Com permanência nos canaviais até as 16h00min, o que totaliza nas 8 horas de trabalho legais.

Contudo, em nossa pesquisa constatou uma jornada média de doze horas que estes trabalhadores permanecem fora de suas residências, deslocando até 80 quilômetros, como abordado anteriormente em ônibus que não apresentam segurança, visto que são ônibus velhos e de serviço terceirizado.

A vivência no trabalho se evidencia de modo considerável nas vidas das mulheres que estão inseridas nesse processo de trabalho, visto que iniciam sua jornada de trabalho às 4h00min da manhã quando levantam para preparem a refeição (e também dos demais familiares), saem de suas casas as 05h00min para pegar o ônibus, chegam para o trabalho nos canaviais às 07h00min e saem às 16h00min. No entanto, quando chegam em suas residências precisam lavar as roupas de carvão, preparar a janta e ainda cuidar dos serviços domésticos, tratam de deixar tudo organizado para no próximo dia desenvolverem a mesma rotina, o que acaba por acarretar uma dupla jornada de trabalho.

Ainda, os trabalhadores cortadores de cana foram questionados em relação à alimentação, por uma curiosidade em saber se a mesma é por conta do trabalhador ou cedida pela empresa. Nesse sentido, os trabalhadores colocaram que a alimentação é por conta própria.

Os trabalhadores colocaram estar satisfeito com a alimentação, no entanto, não podemos nos prender a esta consideração, visto que muitos dos trabalhadores vão para os canaviais apenas com uma marmita, garrafa de água e garrafa café, alimento que é dividido entre a refeição do almoço e o café da tarde, ou seja, foi constatado que estes trabalhadores não se alimentam corretamente, quando não alguns dos trabalhadores realizam a refeição durante o período de transporte antes mesmo de chegarem ao canavial para o trabalho no corte de cana. Tal condição pode ser afirmada com a fala de um dos entrevistados:

Nós costuma comer dentro do ônibus, é 10 pra 7h00min, nós já estamos comendo dentro do ônibus, pra nós chegar lá, né, e ir trabalhar, né. Ai 10h00min é hora do almoço, né. A gente come antes ,né, pra não da fome, né. **Entrevistado 07**

Dessa forma, torne-se evidente que a mesma alimentação utilizada para o almoço é utilizada para o café da manhã e até mesmo para o café da tarde, ficando



dividida a refeição. Além, dos trabalhadores enfrentarem condições análogas ao do trabalho escravo, esta se torna mais precarizada quando a refeição não supre suas necessidades básicas de alimentação.

Interessante destacar ainda que os trabalhadores cortadores de cana foram questionados com relação a existência de outros membros da família, como esposa, marido e filhos trabalhando no corte de cana. Dentre os 12 entrevistados, 08 disseram não ter outro membro da família desenvolvendo atividade no corte de cana, já outros 04 relataram ter marido, esposa e até filhos no corte de cana. Ainda, foi possível verificar uma família desenvolvendo o trabalho no corte de cana, ou seja, o marido, esposa e filho.

Verificou-se também, que os filhos dos cortadores de cana possuem escolaridade, tendo ensino médio completo. De acordo os trabalhadores, os filhos desenvolvem trabalho no corte de cana, pelo fato de ser uma das poucas alternativas de emprego na região.

#### **d) Rotina de vida**

Como já mencionado, o processo de trabalho no corte de cana submete o trabalhador a uma rotina diária de trabalho, uma atividade que requer esforço físico, habilidade e resistência, visto que estes trabalhadores passam grande parte de suas vidas entregues ao trabalho em meio aos canaviais. Diante disso, surgiu a curiosidade de questionar os trabalhadores, em relação a sua rotina de vida, para assim conhecer quais as atividades que estes desenvolvem quando não estão inseridos em meio ao processo de trabalho no corte cana, e com isso refletir acerca da qualidade de vida desses trabalhadores.

Para responder tal curiosidade, os trabalhadores foram questionados sobre sua rotina de vida, se realizam atividade física? Passeios nos dias de folga? No entanto, obtivemos as seguintes respostas:

Não, sou muito caseira. Eu gosto de descansar porque a gente só tem o domingo, né, porque no sábado a gente trabalha até as

14h00min. Durante a semana, chega todo dia cansada. **Entrevistada 03**

Só faço exercício na roça antes de corta cana. No final de semana, gosto de descansar, pois a gente só tem o domingo, né. Daí é bom descansar. **Entrevistada 08**

Não realizo atividade física. Na roça é pra gente fazer mais não faz, é muito difícil fazer. Pra descansar só no domingo é pouco, né. Era bom se não trabalhasse o sábado, né. **Entrevistado 01**

É possível verificar dentre as falas dos trabalhadores, que estes realizam atividade física apenas no trabalho, ou seja, ao chegar na roça antes de iniciarem o trabalho no corte de cana realizam atividade física – alongamento. No entanto, diante do relato do entrevistado 11, pode-se perceber que não são todos os dias que realizam atividade física.

Ainda nas falas, podemos visualizar que muitos dos trabalhadores não realizam atividades de lazer, como passeios, pois veem o domingo como um dia para descanso, visto que trabalham a semana toda até no sábado, tendo apenas o domingo para o descanso. Além do mais, muitos dos cortadores de cana almejam ter o sábado como dia para o descanso.

Cabe esclarecer que ambas as empresas pesquisadas exigem que os trabalhadores desempenhem suas funções no corte de cana também aos sábados até às 14h00min.

Para tanto, fica evidente que o trabalho no corte de cana suga todas as energias físicas e mentais dos trabalhadores, deixando impossibilitados para realizarem outras atividades que não seja o trabalho bruto nos canaviais.

Isso geralmente se reflete em questões também importantes como a ausência desses sujeitos em espaços de participação e controle social; e o desalento em continuar (ou retomar) os estudos, especialmente quando esses se dão no período noturno – tempo reservado para descanso físico e mental desses trabalhadores.

#### **e) Saúde do trabalhador e os serviços sociais**

O propósito que vem movendo este trabalho é o de apreender a realidade objetiva de trabalho dos cortadores de cana da região do Vale do Ivaí, estes que estão inseridos no processo de produção capitalista, alienados aos meios de produção, estando sujeitos as condições de trabalho assalariado, onde sua produção é quem determina o seu valor, ou seja, o trabalhador é colocado como o responsável pelo seu salário, quanto maior sua produção maior será seu salário.

Entretanto, para o trabalhador obter maior salário ele se vê obrigado a aplicar maior esforço físico, maior agilidade nos movimentos, o que acarreta no final do dia cansaço físico, dores pelo corpo, cãimbra e dor na coluna. Isso se evidencia nas falas dos trabalhadores quando questionados em relação aos problemas de saúde apresentado depois que iniciou o trabalho no corte de cana:

Depois que comecei a trabalhar, sente demais muita muita dor demais, deus nos livre. **Entrevistado 07**

Com o trabalho no corte de cana, comecei a sentir dor pelo corpo inteiro, sinto dor na coluna. Tem dia assim que não consigo nem abaixar pra pegar alguma coisa assim, oh. Corta cana tem que trabalhar, porque é preciso mesmo, né. Vai enfraquece, da reumatismo um monte de coisa, né. Na coluna, nos nervo dos braços também. **Entrevistado 11**

Sente um pouco né, de dor no corpo. Tem cortador de cana que tem cãimbra. Sinto dor na coluna, dor de cabeça, mas a cana que a gente ta ali desanima, né. **Entrevistado 12**

As falas evidenciam o processo de exploração daqueles que trabalham até os limites de suas forças, visto que a exploração leva ao consumo das forças físicas e mentais do trabalhador, acarretando sérios problemas de saúde, como ressalta Segundo Sant' Ana, 2012:

Esta desumanização do processo de trabalho no corte de cana é tão evidente que tem sido alvo de debate pelas entidades de direitos humanos, afinal o nível de exploração a que são submetidos chegou ao extremo de trabalhadores estarem morrendo ou ficando incapacitados para o trabalho depois de trabalharem um tempo neste ramo de atividade. (SANT' ANA, 2012, p. 80)

Diante das condições de trabalho vivenciadas pelos trabalhadores cortadores de cana, foi curioso questioná-los em relação aos serviços sociais ofertados pelas usinas aos trabalhadores.

Importante ressaltar que as informações relatadas pelos trabalhadores foram comparadas com as informações prestadas pelas usinas, tendo como intuito analisar se de fato as empresas estão preocupadas com a responsabilidade social e saúde dos trabalhadores cortadores de cana-de-açúcar.

Dentre os 12 trabalhadores entrevistados 05 declaram não estarem satisfeitos com os serviços sociais da empresa, e outros 07 relataram estar satisfeitos.

Entretanto, quando se questionou os cortadores de cana da usina Cooperval em relação aos serviços sociais ofertados pela usina aos trabalhadores, os mesmos relataram as seguintes informações:

Não recebe tratamento odontológico e nem plano de saúde. Se o trabalhador se machucar no corte de cana, recebe atendimento médico. **Entrevistado 01**

Eu acho que não tem plano de saúde na empresa, nós não tem plano de saúde. Acho que deve ter sim, não sei. **Entrevistado 07**

Não tem isso não, não recebo plano de saúde, na Cooperval não tem isso não. **Entrevistado 10**

É possível verificar mediante as falas, que os trabalhadores não recebem esclarecimento em relação aos serviços sociais prestado pela empresa. Ficando então, evidente o não comprometimento por parte da empresa com a saúde do trabalhador. Segue em citação informações prestadas pela usina Cooperval em relação aos serviços sociais desenvolvidos aos trabalhadores:

Oferece serviços e auxílios sociais diversos como assistência alimentar, auxílio funeral, auxílio natalidade, auxílio casamento, auxílio transporte, serviços de recreação, auxílio educação, empréstimo ao funcionário, uniforme, seguro de vida, capacitação profissional, assistência médica, hospitalar, farmacêutica e social. (COOPerval, 2014)

No entanto, verifica-se uma contradição entre os serviços sociais informado pela empresa Cooperval, com os serviços que realmente os trabalhadores cortadores de cana recebem.

Já os cortadores de cana da usina Renuka afirmaram receber atendimento médico, odontológico e farmacêutico, todavia relataram as seguintes informações:

Não tenho plano de saúde, quando fiquei gestante não recebi auxílio e também não recebi benefício. Já tive acesso à consulta médica, o médico não é muito agradável, até que na parte de dentista é bom. A gente pega remédio na farmácia da usina, só que é assim, o remédio é pago, o desconto não é muito aquelas coisas não, porque eu tomo remédio e meu remédio custa R\$157,00 reais, daí eu tava comprando da farmácia aqui, aí eu falei assim acho que pegar lá na farmácia da usina, porque lá vai ter desconto bom. Aí, eu fui e mandei minha receita pra lá, a moça mandou meu remédio por R\$149,00 reais bem dizer R\$8,00 reais de desconto, eu achei que ia descontar mais, uns 20 reais, né. O pior é que eles descontam tudo no primeiro pagamento, tudo de uma vez. Se eu comprar na farmácia aqui eu posso pagar em duas vezes. Aí, quando eu passo pelo médico ele passa duas caixa do meu remédio, aí esse mês eles vão descontar 300 reais do meu pagamento. Então, pra você ver né, aí pesa, não tem como. Ah não, vou comprar mais remédio lá não, vou comprar aqui mesmo. **Entrevistada 04**

A empresa oferta plano odontológico mais é descontado, olha pra ser sincero, nunca fiz tratamento de dente, e a primeira vez que eu fui fazer lá, é, a mulher, né, nunca mexei com os dentes né, não era acostumado, né, não me dei, não tratei meus dentes. A mulher ficou ate chateada, ficou ate brava comigo lá, porque eu não estava conseguindo segurar a aguinha, aí a mulher se irritou, aí eu nunca mais voltei não achei bom não. **Entrevistado 09**

Oferta plano dentário, mais faz tempo em... Você marca mais demora, já marquei duas vezes e até hoje não fui atendido, já faz dois anos. Mas a gente tinha que ter plano de saúde, né. O dentista que marquei não chamou, nem ligaram. Lá eles fazem atendimento médico e não paga. **Entrevistado 12**

Percebe-se que a cidadania e a dignidade dos trabalhadores não estão sendo levadas em consideração pelas usinas, visto que as usinas estão atropelando os próprios serviços, na busca pela acumulação de capital. As usinas estão submetendo os trabalhadores à indignidade em virtude do lucro, não os possibilitam ao menos os serviços sociais que estampam em seus sites oficiais. Segue em citação informações retirada do site<sup>17</sup> da usina Renuka, onde coloca como responsabilidade social os serviços ofertados aos trabalhadores:

A política social da Empresa objetiva a satisfação e a qualidade de vida dos seus funcionários e da comunidade. A gama de benefícios oferecidos pela Vale do Ivaí compreende: \* Plano de Saúde, com atendimento completo aos colaboradores e dependentes; \* bolsas de estudos e transporte escolar para cursos superiores e técnicos, \* um completo e moderno restaurante, onde são oferecidas aos colaboradores, refeições a um baixo custo e com

<sup>17</sup> Disponível em: <<http://www.valedoivai.com.br/vale1/textos/view/Mjg%3D>> Acesso em: 10 de out. 2014.

acompanhamento de nutricionistas, \* farmácia e consultório odontológico próprios com atendimentos a preço de custo, além de uniforme e seguro de vida.

Através da Canapar, que em São Pedro do Ivaí é mantida através dos recolhimentos da Ivaí Cana e dos produtores de cana do município, os colaboradores da área agrícola têm atendimento médico- ambulatorial, odontológico e farmacêutico, distribuição do sorinho, que é um composto de sais minerais que refresca e rehidrata e o matinal que é um suplemento alimentar composto de leite e aveia, enriquecido de vitaminas e sais minerais, além da distribuição da sopa no período de inverno.

A Vale do Ivaí, preocupada com o futuro, desenvolve projetos sociais direcionados à infância e adolescência, como o projeto Vale a Vida, desenvolvido através de parceria com a Pastoral da Criança, onde gestantes e recém-nascidos têm acompanhamento de profissionais e recebem o primeiro enxoval para o bebê e um manual de primeiros cuidados. A Brinquedoteca Vale Encantado, mantida através da parceria da Empresa com a Prefeitura Municipal, onde as crianças da comunidade têm a oportunidade de passar momentos lúdicos de alegria, com acompanhamento de pedagoga.

A empresa também se empenha na luta pela erradicação do trabalho infantil, participando na condução dos trabalhos do CAIS ? Centro de Aprendizagem e Inclusão Social, onde é desenvolvido o PETI ? Programa de Erradicação do Trabalho Infantil, numa parceria entre a Empresa, a Prefeitura do município e o Governo Federal. Neste programa, que atende a 200 crianças e adolescentes, a Empresa está investindo aproximadamente R\$ 400.000,00 na reforma e ampliação do espaço físico que disponibilizou para o desenvolvimento da jornada ampliada, além da aquisição de todos os equipamentos necessários. Neste espaço, também serão desenvolvidos outros projetos que tenham como objetivo a inclusão social. A Vale do Ivaí, como uma empresa socialmente correta, publica anualmente o seu Balanço Social, divulgando suas ações nas áreas social e ambiental. O que possibilitou a conquista do Selo Responsabilidade Social concedido pelo Ibase, e o reconhecimento pela Abrinq, como empresa amiga da criança.

Percebe-se em meio às falas dos trabalhadores, em comparação as informações retiradas do site da empresa Renuka, que estes serviços não ocorrem como estabelecidos, é possível verificar assim uma divergência entre o que a empresa propõe aos trabalhadores, com o que realmente os trabalhadores recebem, ou seja, não recebem atendimento de acordo com o que a usina prescreve.

De acordo com Iamamoto (2008), o sistema capitalista busca de forma incessante o consumo da força de trabalho, seja pela extensão da jornada de trabalho ou pela inserção de mecanismo que intensifiquem o trabalho. Esse processo ocorre mediante precariedade dos direitos trabalhistas e sociais reguladores da relação de trabalho.

Ainda podemos questionar se os serviços sociais ofertados pelas usinas Cooperval e Renuka, são realmente de caráter social, visto que os trabalhadores pagam de forma direta pelo uso dos mesmos.

Fato nos remete às estratégias – desde os anos 1930 – de tanto empresas, como o Estado, de forjar uma aparência de preocupação ante as necessidades da classe trabalhadora. Agindo assim, não por preocupação real com suas necessidades, mas como estratégias de desmobilização e controle da pressão por parte dessa classe.<sup>18</sup>

Ainda no que tange os serviços sociais ofertados pelas usinas, verificou-se que são concedidas cestas básicas aos cortadores de cana, entretanto, a concessão ocorre mediante condicionalidade imposta aos trabalhadores, ou seja, o trabalhador não pode faltar nem um dia do mês, porém mesmo se a falta for justificada por atestado médico, o trabalhador não tem direito de receber cesta básica.

Percebe-se que há uma necessidade por parte da empresa em intensificar o trabalho dos cortadores de cana-de-açúcar, para isso utilizam da cesta básica como um mecanismo de incentivo para os trabalhadores não faltarem no serviço. Essa situação se evidencia nos relatos dos sujeitos entrevistados:

Não recebo cesta básica, porque se perder um dia de serviço não pega. Eu tenho consulta médica uma vez por mês, aí eu não pego, né, porque eu falto. **Entrevistado 11**

A cesta básica só recebe se não faltar nem um dia do mês, mesmo se a falta for justificada por atestado não dá direito a receber a cesta básica. **Entrevistado 01**

Os relatos dos trabalhadores afirmam exigências que são postas no processo de trabalho no corte de cana, onde os trabalhadores se veem subordinados ao trabalho.

Não podemos analisar superficialmente esta situação, visto que esta poder ser compreendida como caso de injustiça, pois mesmo aqueles trabalhadores que faltam no trabalho por motivos de saúde não recebem cesta básica.

---

<sup>18</sup> Fazemos assim, de forma bem breve aqui (pois não é nosso objeto de pesquisa) um questionamento quanto ao papel do Serviço Social dentro dessas Usinas e a quais interesses ele atende. Será possível ainda hoje o Serviço Social desempenhar tal postura indiferente e, portanto conservadora, se eximindo da real busca pelo bem-estar da classe trabalhadora?

Iamamoto (2009), ao se referir aos benefícios sociais concedido pelas empresas aponta que:

Os mecanismos assistenciais aplicados individualmente pelos empresários se constituem em atividade que, mesmo no plano estritamente contábil, tem um custo adicional reduzido ou mesmo nenhum. Nesse sentido, apesar de sempre aparecerem sob uma aura paternalista e benemerente, constituem-se numa atividade extremamente racionalizada, que busca aliar o controle social ao incremento da produtividade e aumentar a taxa de exploração. (IAMAMOTO, 2009, p.139)

Assim, percebe-se claramente que a cesta básica funciona como um mecanismo de pressão para o fim do absenteísmo laboral. Em nenhum momento esse benefício tem o caráter de atender a uma necessidade física e humana desse sujeito trabalhador. Na nossa visão esse tipo de prática é inaceitável e fere diretamente os direitos humanos desse cortador de cana que, em muitas vezes, necessita desse alimento para sua sobrevivência familiar (basta ver o Gráfico 6 que traz a renda salarial desses sujeitos).

Em relação aos serviços sociais que foram expostos anteriormente, foi possível analisar que os trabalhadores cortadores de cana não recebem amparo social necessário da empresa, como plano de saúde e assistência social.

Diante disso, estes trabalhadores foram questionados com relação ao nível de satisfação no acesso aos serviços públicos (assistência social, saúde, educação, habitação, etc), sendo este o único meio que os possibilita o atendimento as suas necessidades básicas. Entretanto, os trabalhadores expressaram o seguinte sentimento, muitos colocaram estarem satisfeitos com os serviços públicos da educação, saúde e assistência social, elencando algumas ressalvas, pois muita coisa ainda precisa melhorar.

Acho que não ta bom não, acho que tem que melhorar, né. Tem que melhorar em exame, quando a gente precisa de exame é muito caro a gente não consegue pagar, é difícil pra gente conseguir marcar pelo SUS, às vezes demora muito, muito demorado. **Entrevistada 04**

Não tenho que reclamar, sempre que precisei fui atendida. **Entrevistada 05**

Se a saúde pudesse melhorar era bom, né, ah eu acho bom, né. Eles arrumaram um jeito pra gente que chega tarde da roça poder ir consultar. Não ta ruim sabe, ta mais ou menos. **Entrevistado 07**



No entanto, podemos compreender que estes trabalhadores acabam vendo os serviços públicos como único meio de acesso ao atendimento de suas necessidades.

### **3.2.3 Perspectiva de vida**

Diante das informações apresentadas neste trabalho em relação ao nosso objeto de pesquisa – os trabalhadores cortadores de cana-de-açúcar da região do Vale do Ivaí. Busca-se agora neste eixo abordar quais as perspectivas de vida desses trabalhadores, se estes se encontram felizes com o trabalho, e quais as perspectivas de vida para os seus filhos.

Para tanto, nesse momento evidenciaremos o sentimento que estes trabalhadores demonstram ter em relação ao trabalho no corte de cana.

#### **a) Sentimento dos cortadores de cana em relação ao trabalho**

No que tange á realidade de trabalho desses trabalhadores, se questionou sobre o sentimento desses indivíduos frente ao trabalho precarizado, estes que se encontram alienados aos meios do processo de trabalho, forjados as formas de organização e remuneração. No entanto, pode-se de verificar em suas falas os seguintes sentimentos quando questionados se estão felizes com o trabalho no corte de cana:

To né, eu queria um serviço melhor mais não posso ,ué, fazer o que? É o que ta me dando o meu sustento rapaz, todo mês eu vou buscar meu dinheiro. No corte de cana você passa o dia que nem vê. Tava na diária hoje, você precisa ver, é só você por a fofoca em dia.

**Entrevistado 01**

To, é ali que a gente ganha o pão da gente, tem que tá feliz.

**Entrevistado 02**

Eu to graças a Deus muito feliz, porque graças a Deus a gente tem um serviço, Deus da força e saúde pra gente. Muitos quer fazer o que a gente faz mais não pode, né. A gente não pode reclamar, né, do que a gente faz. Sou feliz, criei cinco filhos sozinha com o corte de cana, e assim vou lutando. **Entrevistada 03**

Se tivesse outro serviço à gente gostaria, porque no corte de cana a gente ganha até bem, mas cansa também, né, sol quente, suor. Ai, como não tem outro serviço, ai a gente tem que trabalhar, né. **Entrevistada 05**

O corte de cana ta bom, de vagar vou saindo fora dela, tem muitos anos que trabalho, ai tem vontade de sair um pouco fora, deus nos livre. **Entrevistado 07**

O processo de vivência e alienação do trabalho se dá a partir das explicações frente à realidade de trabalho dos cortadores de cana-de-açúcar. Todavia, o processo de vivência do trabalho é compreendido pelos trabalhadores como o sacrifício da vida, não enxergando o processo ao qual se encontram alienados, visto que o sistema capitalista os condiciona aos meios de produção visando à busca incessante pelo acúmulo de riquezas mediante exploração da força de trabalho tida como mercadoria que valor - produz valor à medida que se encontra aliada aos meios de produção capitalista. “O valor da força de trabalho é determinada pelo valor dos meios de subsistência habitualmente necessários ao trabalhador médio.” (MARX, 1996 p.147)

Pode-se analisar diante das falas dos sujeitos entrevistados um sentimento de alegria e satisfação que se mescla em meio a um sentimento de descontentamento em relação ao trabalho, visto que os sujeitos relatam estar no corte de cana como uma única alternativa de emprego, veem o trabalho no corte de cana um desafio da vida, tendo que agradecer, pois este trabalho se apresenta como única alternativa de emprego como se fosse dado por algo divino.

É possível também que essa fala de aceitação esteja condicionada à visão que os mesmos têm da sua condição de explorado, sendo esta exploração entendida como algo natural da vida e não como uma construção social baseada em todo o debate que fizemos no primeiro capítulo sobre a categoria trabalho e sua subsunção na sociedade capitalista.

Iamamoto (2008), se referenciando à Gramsci (1981) aponta que é quase que possível o homem ter duas consciências:

[...]uma implícita na ação e que realmente o une a todos os seus colaboradores na transformação prática da realidade; e, outra, superficialmente explícita ou verbal, que ele herdou do passado e acolheu sem crítica. (GRAMSCI, 1981, p.20-21 apud IAMAMOTO, 2008, p.90)

Ainda no que tange este eixo da pesquisa, os trabalhadores foram questionados em relação ao sentimento de verem seus filhos exercerem o trabalho no corte de cana-de-açúcar, ou seja, foi questionado se os mesmos querem que seus filhos trabalhem no corte de cana:

Não, porque eu não quero que eles passem a mesma coisa que eu estou passando. Porque no futuro eles vão ter muitos problemas de saúde. **Entrevistada 04**

Não, eu quero outro serviço pra eles, porque é um serviço muito pesado, é um serviço se o caro puder sair fora dele é bom, arrumar outro tipo de serviço, emprego. Único que corta cana aqui é meu menino só, outros ai, se por eu não sei se vai ou não vai no corte de cana, mas o menino meu é bom ele trabalha bem, mas eu falo pra ele sair fora. Falo pra ele tirar uma carta de motorista, trabalhar com trator por ai, colheitadeira, essas coisas, larga mão de cana, que cana é um serviço que da pra você ganhar dinheiro, mas é um serviço sofrido, deus nos livre. Acaba com a saúde da gente, nossa senhora. **Entrevistado 07**

Pra falar a verdade se eu tivesse filho não queria que trabalhasse no corte de cana, é um serviço cansativo, sofrido, tem que ganhar mais, ganhar dinheiro. Acredito que em outro serviço possa ganhar mais, e o estudo ajuda, né.

**Entrevistado 10**

Não, porque é um serviço pesado né, muito bruto, né. Agora eu só tenho filha mulher. A cana é um serviço sujo, né. Você trabalha com barro, sol quente, né. É um serviço pesado. **Entrevistado 11**

Considerando as falas dos sujeitos entrevistados, podemos verificar de forma clara como os trabalhadores descrevem o processo de trabalho no corte de cana-de-açúcar, visto que veem como um trabalho pesado, sujo e sofrido, este que possibilita o desgaste físico e mental do corpo ocasionando sérios problemas de saúde.

Essas falas demonstram o real descontentamento e insatisfação que estes têm com a função que exercem, tanto pela exigência física que a mesma demanda, quanto pelo retorno financeiro (sinônimo de valorização da função na sociedade capitalista).

Os trabalhadores revelam um sentimento de angustia, pois veem o trabalho no corte de cana como única opção de trabalho em virtude de não possuírem escolaridade. Expressão ainda, as perspectivas de vida para seus filhos, vendo os estudos como possibilidade para alcançar um serviço melhor que o do corte de cana.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho teve como propósito mostrar as configurações da relação capital/trabalho na agroindústria canavieira da região do Vale do Ivaí, evidenciando o processo de trabalho dos trabalhadores cortadores de cana-de-açúcar.

Este estudo buscou inicialmente apresentar a categoria trabalho como eixo central visto o trabalho como processo de realização da atividade humana, dos seus meios materiais e sociais. O trabalho como processo de construção da humanidade dos indivíduos sociais, pois através do trabalho o homem buscou (e busca) respostas objetivas para suas necessidades humanas. Com o desenvolvimento das forças produtivas, surge a sociedade burguesa esta que se organiza sob duas classes sociais, a burguesia detentora dos meios de produção, e a classe do proletariado que se vê obrigada a vender seu único bem, ou seja, sua força de trabalho, para sobreviver em meio à exclusão do processo de produção, visto que a força de trabalho passa a ser consumida como uma mercadoria de valor.

Para tanto, este trabalho buscou na teoria marxiana base teórica para desenvolver-se em argumentos concretos o contexto social e econômico vivenciados pelos cortadores de cana-de-açúcar.

Já no segundo capítulo tratou de compreender o contexto social e econômico do Brasil, desde o processo de colonização onde o trabalho escravo se fazia presente nos canaviais, visto que os escravos não eram proprietários da sua força e trabalho, mas objeto de uso dos grandes latifundiários, os donos das grandes extensões de terra que obtinham o domínio sob a economia e política mediante subsídio do Estado.

O Estado sempre possibilitou subsídio financeiro aos grupos econômicos tanto nacionais quanto internacionais nos momentos de crise. As ações do Estado com relação a atividade econômica canavieira é um exemplo claro, visto que este buscou sempre a sustentação da elite dominante no país, como abordado neste trabalho quando citamos os momentos de crise sofridos pelo setor canavieiro no final da década de 70.

O cenário brasileiro como apontado se desenvolve em meio á uma desigualdade social e econômica, onde trabalhadores estiveram totalmente alienados aos meios de produção, a terra meio básico para o processo de trabalho se tornou algo restritos para poucos, o que reflete em uma gama de sujeitos coletivos que lutam por terra neste país.

Ainda no segundo capítulo, foram abordadas as condições de trabalho dos cortadores de cana-de-açúcar, estando estes submetidos às condições climáticas, sujeitos ao sol e chuva e longas jornadas de trabalho, onde o trabalho que se faz precarizado mediante as condições insalubres.

O terceiro e último capítulo consistiu na apresentação e análises das entrevistas com a finalidade de responder o problema central da nossa pesquisa. Para tanto, os sujeitos entrevistados foram alguns dos trabalhadores cortadores de cana-de-açúcar de duas usinas Coopervel e Renuka que abrangem a região do Vale do Ivaí.

Na perspectiva de alcançar nossos objetivos, utilizamos de entrevista semiestruturada a qual conteve perguntas abertas e fechadas, as quais possibilitaram um conhecimento e discussão acerca da realidade e vivência de trabalho pelos cortadores de cana. De início verificamos que o trabalho no corte de cana-de-açúcar é realizado por homens e mulheres, importante ressaltar que os dados obtidos são significativos, pois foi possível verificar em grande número mulheres desenvolvendo o trabalho no corte de cana, ou seja, quase 50% dos entrevistados se fizeram mulheres, visto ser uma atividade pesada que exige agilidade, força e resistência perante as condições insalubres.

Podemos compreender que a classe trabalhadora se divide entre homens e mulheres, contudo a mulher tem se destacado no processo de produção capitalista, mulheres que trabalham muito, estando inseridas no corte de cana desenvolvendo um trabalho que exige ritmo e intensidade o que se assemelham á fase *pretérita* do capitalismo, ou seja, sua gênese na Revolução Industrial. (ANTUNES, 2011).

Buscando ainda conhecer os sujeitos entrevistados, questionamos acerca da idade destes, as respostas obtidas nos causaram certa preocupação, pois se

constatou pessoas idosas realizando o trabalho no corte de cana-de-açúcar, atividade que requer dos indivíduos força física.

Ainda, foi possível verificar que muitos dos trabalhadores, com exceção de um entrevistado, todos os demais relataram não terem concluído o ensino fundamental, argumentando que as dificuldades socioeconômicas os mantiveram inseridos no processo de trabalho desde criança, ou seja, alguns trabalhadores relataram estar inseridos no trabalho do corte de cana desde os 13 anos de idade, visto que antes as crianças e adolescentes trabalhavam formalmente no corte de cana. Contudo, a partir da Constituição de 1988, mas precisamente com a instituição do ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente, em 1990, no seu capítulo V, está realidade muda, onde ocorre a proibição do trabalho as crianças e adolescente menores de 14 anos de idade, salvo na condição de aprendiz.

Outro ponto importante foi adentrar na realidade de trabalho dos trabalhadores cortadores de cana. Há que destacar que o processo de trabalho no corte de cana envolve os trabalhadores na dinâmica do capitalismo, onde os trabalhadores são tidos como objetos que produzem valor à medida que colocados em movimentos juntos aos meios do processo de produção, como aqui tratado – os canaviais. Em relação à dinâmica de trabalho, foi possível constatar que os trabalhadores cortadores recebem seu salário por produção, onde sua produção parece como determinante de seu salário, e não pela relação entre valor diário de trabalho por número de horas trabalhadas, uma vez que a capacidade de produção do trabalhador provoca alteração em seu salário, a média salarial dos trabalhadores entrevistados fica entre R\$1000,00 à R\$1500,00 reais.

A vivência do trabalho para estes trabalhadores ocorrem por longas jornadas de trabalho com máxima intensificação do trabalho, onde o pagamento é incentivado por produção, por metro de cana cortada. Contudo, devemos pensar a jornada de trabalho, desde a remoção dos trabalhadores de suas residências aos canaviais e a chegada em suas casas, após o dia de trabalho. Entretanto, está jornada de trabalho merece ênfase quando presididas por mulheres, que além de desenvolverem serviços domésticos, se colocam ao dispêndio ampliado de trabalho, visto que se encontram inseridas no processo do corte de cana.

Todavia, os depoimentos obtidos mediante entrevista nos possibilitaram conhecimentos claros em relação à realidade de trabalho dos cortadores de cana,

pois relatam uma jornada de trabalho de onze horas diárias, e a rotina de almoçar mais cedo, antes mesmo da chegada aos canaviais para o trabalho no corte de cana, uma vez que procuram repor suas energias para assim cumprirem a jornada de trabalho.

Ainda, sob os relatos foi possível verificar o sofrimento e o castigo vivenciados pelo trabalho, sentimentos estes que se mesclam em meio à gratidão por ainda o corte de cana existir como alternativa, já que não possuem escolaridade que os possibilitem outro emprego.

As condições de trabalho aqui apresentadas, nos revelam as expressões causadas pelo sistema econômico vigente, ou seja, a exploração, a precarização, a vivencia do trabalho sem proteção social, pois como constado em entrevista as empresas não possibilitam serviços sociais que atendam as necessidades básicas dos trabalhadores cortadores de cana, apenas estampam em seus sites o comprometimento com a responsabilidade social, no entanto, não aplicam na prática.

Em relação ao trabalho no corte de cana, pode-se concluir que o Brasil traz a herança de um passado que se reconstrói em meio ao presente, já que o trabalho no cenário da agroindústria canavieira não obteve uma modernização significativa. Isso se evidencia nas formas como ainda o trabalho se desenvolve, tornando ainda mais precarizado quando estes trabalhadores cortadores de cana-de-açúcar não são atendidos na perspectiva dos seus direitos – as usinas não têm cumprido com suas responsabilidades ao que diz respeito à responsabilidade social.

Neste sentido, o quadro que se apresenta se caracteriza por um processo de precarização do trabalho, como também do desmonte da legislação social da classe trabalhadora, visto que os cortadores de cana estão submetidos a longas jornadas de trabalho, condições precárias de trabalho, não possuem meios de transporte que os possibilitem segurança como também não possuem plano de saúde, o que evidencia a ampla forma de precarização e destruição dos direitos sociais arduamente conquistado pela classe trabalhadora.

É preciso ressaltar que este trabalho possibilitou uma compreensão a cerca da realidade de trabalho dos cortadores de cana nos dias atuais, principalmente na região do Vale do Ivaí, onde o cortador de cana-de-açúcar



encontra inserido em um processo de trabalho precarizado, sendo escravos de si mesmo quando instigado a produzir mais para obter maiores rendimentos, onde a “[...] força de trabalho e que esta, como qualquer outra mercadoria comprada pelo capitalista, é regida pela lei do valor [...]” (NETTO, p.116). Foi possível verificar que as forças produtivas sociais do trabalho no corte de cana envolvem mulheres, homens, idosos e jovens, estes que relataram escolher o corte de cana como uma das poucas opções de trabalho que possibilita maiores rendimentos.

Conclui-se, que os trabalhadores aqui apresentados são parte e expressão da realidade desigual produzida pelo sistema econômico vigente. Os cortadores de cana-de-açúcar fazem parte da classe trabalhadora que detém apenas a força de trabalho como fonte de valor, esta classe que luta diariamente em busca dos meios necessários para sua subsistência, se colocam como mercadorias, objeto do sistema capitalista, pois precisam obter meios que possibilitem sua sobrevivência. Esses trabalhadores vão levando a vida, construindo seus sonhos para um dia ser diferente, estes que precisam ser reconhecidos em seu valor, tratados com respeito e dignidade, ter seus direitos assegurados, poder trabalhar com saúde, estudar, desfrutar de atividades de lazer. Viver o trabalho numa perspectiva digna, onde seus sonhos e vontades sejam respeitados.

## REFERÊNCIAS

ALVES, Giovanni. Metamorfoses do trabalho. **Dimensões da Reestruturação Produtiva: ensaios de sociologia do trabalho**. 2.ed. Londrina: Praxis, 2007.

AMUVI. **Associação dos Municípios do Vale do Ivaí**. Disponível em: <<http://amuvi.com.br/municipios/mapa/>>. Acesso em: agosto de 2014.

ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do Trabalho: ensaios sobre a afirmação e a negação do trabalho**. 2.ed. São Paulo: Boitempo, 2009.

ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao trabalho?: ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho**. 15. ed. São Paulo: Cortez 2011.

ANTUNES, Ricardo. As formas contemporâneas de trabalho e a desconstrução dos direitos sociais. In.SILVA, Ozanira da Silva; YAZBEK, Maria Carmelita (Org). **Políticas Públicas de trabalho e renda no Brasil contemporâneo**. 2.ed. São Paulo: Cortez,2008.

BARROCO, Maria Lucia Silva. **Ética e serviço social: fundamentos ontológicos**. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

BATISTA, Alfredo. **Processos de trabalho: da manufatura á maquinaria moderna**. Serv. Soc., São Paulo, n. 118, p. 209-238, abr./jun. 2014.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm)> Acesso em: julho de 2014.

CARVALHO, Thyago Augusto. Os trabalhadores do setor sucroalcooleiro. São Paulo, 2012. Disponível em: <http://molinacuritiba.blogspot.com.br/2012/01/hoje-e-o-dia-dos-canavieiros-o-lula.html>. Acesso em: julho de 2014.

CONAB. Companhia Nacional de Abastecimento. **Acompanhamento de safra brasileira: cana-de-açúcar, segundo levantamento de agosto/2012**. Brasília: Conab, 2012. Disponível em:<[http://www.conab.gov.br/OlalaCMS/uploads/arquivos/13\\_08\\_08\\_09\\_39\\_29\\_bol\\_etim\\_cana\\_portugues\\_-\\_abril\\_2013\\_1o\\_lev.pdf](http://www.conab.gov.br/OlalaCMS/uploads/arquivos/13_08_08_09_39_29_bol_etim_cana_portugues_-_abril_2013_1o_lev.pdf)>. Acesso em: agosto 2014.

CONAB. Companhia Nacional de Abastecimento. **Acompanhamento de safra brasileira: cana-de-açúcar, segundo levantamento de agosto/2013**. Brasília: Conab, 2013. Disponível em: <[http://www.conab.gov.br/OlalaCMS/uploads/arquivos/13\\_08\\_08\\_09\\_39\\_29\\_bol\\_etim\\_cana\\_portugues - abril 2013 1o lev.pdf](http://www.conab.gov.br/OlalaCMS/uploads/arquivos/13_08_08_09_39_29_bol_etim_cana_portugues_-_abril_2013_1o_lev.pdf)>. Acesso em: agosto de 2014.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **Trabalho e individuo social: um estudo sobre a condição operaria na agroindústria canavieira paulista**. 3.ed. São Paulo: Cortez, 2008.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **Serviço Social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social**. 8.ed. São Paulo: Cortez, 2014.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil**. 29ª ed. São Paulo: Cortez, 2009.

IBGE, **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística**. Disponível em: [http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/condicaoodevida/indicadoresminimos/sinteseindicisociais2008/indic\\_sociais2008.pdf](http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/condicaoodevida/indicadoresminimos/sinteseindicisociais2008/indic_sociais2008.pdf)>. Acesso em: setembro de 2014.

IBGE, **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística**. Disponível em: <[http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/indicadores\\_sociais\\_municipais/tabelas\\_pdf/tab27.pdf](http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/indicadores_sociais_municipais/tabelas_pdf/tab27.pdf)>. Acesso em: setembro de 2014.

IPARDES – **Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social**. <[http://www.ipardes.gov.br/pdf/indices/produtos\\_agricolas.pdf](http://www.ipardes.gov.br/pdf/indices/produtos_agricolas.pdf)>. Acesso em: setembro de 2014.

IPARDES – **Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social. Diagnóstico Socioeconômico do Território do Vale do Ivaí Estado do Paraná**. 1.a fase: caracterização global. Curitiba: IPARDES, 2007. 149p. Disponível em: <[http://www.ipardes.gov.br/webis.docs/territorio\\_vale\\_do\\_ivaí.pdf](http://www.ipardes.gov.br/webis.docs/territorio_vale_do_ivaí.pdf)>. Acesso em: agosto de 2014.

JUSBRASIL. Disponível em: <<http://www.jusbrasil.com.br/topicos/11745024/artigo-36-da-lei-n-4870-de-01-de-dezembro-de-1965>>. Acesso em: setembro 2014.

LANGOWSKI, Eleutério. **Queima da cana: uma prática usada e abusada**. Cianorte, 2007. Disponível em <<file:///C:/Users/Usuario/Documents/efeitosDaQueimaDeCana%20CAPITULO%20II.pdf>>. Acesso em: julho de 2014.

LESSA, Sergio. **O Processo de produção/reprodução social; trabalho e sociabilidade**. Texto ABESS. 2006. Disponível em: <[http://sergiolessa.com/artigos\\_97\\_01/producao\\_reproduca0\\_1999.pdf](http://sergiolessa.com/artigos_97_01/producao_reproduca0_1999.pdf)>. Acesso em: maio de 2014.

LONGO, Júnior. **Movimentos dos Trabalhadores Rurais Sem Terra**. Disponível em: <<http://www.mst.org.br/node/7720>>. Acesso em: julho de 2014.

MACEDO, Philippe Andrey Raposo. **Cortadores de cana: O lado amargo da produção canavieira**. Disponível em: <[http://www.estudosdotrabalho.org/PDFs\\_rret2/Artigo6\\_2.pdf](http://www.estudosdotrabalho.org/PDFs_rret2/Artigo6_2.pdf)>. Acesso em: agosto de 2014.

MACHADO, Maria Rita Ivo de Melo. **A subordinação da força de trabalho dos assentados da reforma agrária federal ao agronegócio da cana de açúcar no território da microrregião de Vitória de Santo Antão – PE**. 2013. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade de São Paulo.

MACHADO, Thyago Augusto. **Hoje é dia dos canavieiros**. Disponível em: <<http://molinacuritiba.blogspot.com.br/2012/01/hoje-e-o-dia-dos-canavieiros-o-lula.html>>. Acesso em: agosto de 2014.

MANZATTO, Celso Vainer (org). **Zoneamento Agroecológico da cana-de-açúcar**. Embrapa Solos, Rio de Janeiro, 2009. Disponível em: <[http://www.cnps.embrapa.br/zoneamento\\_cana\\_de\\_acucar/ZonCana.pdf](http://www.cnps.embrapa.br/zoneamento_cana_de_acucar/ZonCana.pdf)>. Acesso em: junho de 2014.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Manifesto do Partido Comunista**. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

MARX, Karl. **O capital: crítica da economia política**. Livro 1. Volume 1. 17.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.

\_\_\_\_\_. **O capital: crítica da economia política**. Livro 2. Volume 2. 16.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998.

\_\_\_\_\_. **O capital: crítica da economia política**. (capítulos XIII a XXV). São Paulo: Nova Cultura, 1996.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. (Org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 29. ed. – Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2012.

NETTO, José Paulo. BRAZ, Marcelo. **Economia política: uma introdução crítica**. 8.ed. São Paulo: Cortez, 2012.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. **A longa marcha do campesinato brasileiro: movimentos sociais, conflitos e Reforma Agrária**. Scielo, São Paulo, v.15, n.43, 2001. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-40142001000300015&lang=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142001000300015&lang=pt)>. Acesso em: julho de 2014.

PONTES, Reinaldo Nobre. **Mediação e Serviço Social**. 3ª. ed. São Paulo: Cortez, 2002.

RENUKA, Vale do Ivaí. Disponível em:<<http://www.valedoivai.com.br/vale1/textos/view/Mjg%3D>>. Acesso em: setembro 2014.

SANT' ANA. Raquel Santos. **Trabalho bruto no canavial: questão agrária, assistência e serviço social**. São Paulo: Cortez, 2012.

SILVIA, Maria Ozanira da Silva. YASBEK, Maria Carmelita. (Orgs). **Políticas Públicas e renda no Brasil contemporâneo**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

SILVA, Aparecida de Moraes. **MORTES nas profundezas do 'mar de cana' e dos laranjais paulista**. Disponível em:< [http://pt.slideshare.net/senacsaopaulo/edicao-vol-3-n-2?next\\_slideshow=1#](http://pt.slideshare.net/senacsaopaulo/edicao-vol-3-n-2?next_slideshow=1#)>. Acesso em: agosto de 2014.

THEODORO, Antônio Donisete. **Expansão da cana-de-açúcar no Brasil: Ocupação da cobertura vegetal do Cerrado**. 2011. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) – Faculdade de Tecnologia de Araçatuba, Araçatuba. Disponível em:<<http://www.fatecaracatuba.edu.br/suporte/upload/Biblioteca/BIO%2017711107116%20-%20Autor%20Antonio%20Donisete%20Theodoro.pdf>>. Acesso em: junho de 2014.

VEIGA, José Eli. **O que é reforma agrária**. São Paulo: abril cultural: Brasiliense, 1984.

VIEIRA, Pedro Antonio. **A inserção do "Brasil" nos quadros da economia-mundo capitalista no período 1550-c.1800: uma tentativa de demonstração empírica através da cadeia mercantil do açúcar**, Scielo, Campinas, v.19, n.3, 2010. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-06182010000300004&lang=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-06182010000300004&lang=pt)> Acesso em: junho de 2014.

## **APÊNDICE**

ENTREVISTADO Nº \_\_\_\_\_

USINA \_\_\_\_\_

## **ROTEIRO DE PERGUNTAS**

### **I) CARACTERIZAÇÃO DOS ENTREVISTADOS**

#### **1 - Gênero:**

( ) Masculino ( ) Feminino

#### **2 - Idade:**

( ) menor de 18 anos ( ) entre 18-40 anos ( ) entre 41-59 anos ( ) acima 60 anos

#### **3 - Escolaridade:**

( ) não possui ( ) ensino fundamental incompleto ( ) ensino fundamental completo ( ) ensino médio incompleto ( ) ensino médio completo Outros:

#### **4 - Há quanto tempo trabalha no corte de cana-de-açúcar:**

( ) menos de 1 ano ( ) entre 2 e 5 anos ( ) entre 6 e 9 anos ( ) mais de 10 anos

4.1 Antes do trabalho no corte de cana-de-açúcar, em que trabalhava?

\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

#### **5) Idade que iniciou o trabalho no corte de cana-de-açúcar:**

( ) menos de 15 anos ( ) menos de 18 anos

( ) entre 18 – 40 anos ( ) entre 50 – 60 anos

## **II) CONDIÇÕES DE TRABALHO**

### **6- Renda Mensal com o corte de cana:**

- ( ) entre 100-600 reais ( ) entre 600-800 ( ) entre 800-1000  
 ( ) 1000-1500 ( ) 1500-2000 ( ) 2000-2500 ( ) acima de 2500

### **7- Quais os Equipamentos de Proteção Individual que utiliza:**

- ( ) calçados de segurança com biqueira de aço.  
 ( ) Perneira  
 ( ) Luvas  
 ( ) Óculos  
 ( ) Protetor solar  
 ( ) Mangote  
 ( ) Boné

Outros: \_\_\_\_\_

### **8- Transporte:**

- ( ) Ônibus ( ) Van ( ) Caminhão Outros: \_\_\_\_\_

8.1 Quais as condições desse ônibus? É seguro? Se perder o horário?

### **9- Alimentação no Trabalho:**

- ( ) Satisfatória ( ) Irregular

Horário do Almoço: \_\_\_\_\_

Horário do café da Tarde: \_\_\_\_\_

Quem faz sua alimentação? ( ) conta própria ( ) cedida pela empresa

### **10- Horário dependido para o trabalho no corte de cana:**

Horário que sai de casa: \_\_\_\_\_



Horário que chega ao canavial: \_\_\_\_\_

Horário que sai do canavial: \_\_\_\_\_

Horário que chegada em casa: \_\_\_\_\_

**11- Tem outros parentes que trabalham no corte de cana-de-açúcar:**

( ) Sim            ( ) Não

Companheiro (a) ( ) Filhos ( ) Quantos? \_\_\_\_\_ Pai ( ) Mãe ( )

**12 - Nível de satisfação dos serviços sociais ofertados pela empresa:**

( ) péssimo ( ) ruim ( ) satisfatório ( ) bom ( ) excelente

Por quê?

---



---

Não recebe serviços sociais ( )

**13 - Nível de satisfação no acesso aos serviços públicos (Educação; Saúde; Assistência social, etc..)**

( ) péssimo ( ) ruim ( ) satisfatório ( ) bom ( ) excelente

Por quê?

---



---

**14 – Me fale sobre sua rotina de vida: realiza atividade física? Passeios? Por quê?**

---



---

**15- Apresenta problemas de saúde devido ao trabalho no corte de cana?**

---

---

**III) PERSPECTIVA DE VIDA**

**16 - Você esta feliz com o trabalho no corte de cana-de-açúcar? Por quê?**

( ) Sim ( ) Não

---

---

**17 - Você quer que seu filho siga nesse trabalho? Por quê?**

---

---

**TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO**

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ

DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS

CURSO DE SERVIÇO SOCIAL

CAMPUS REGIONAL DE IVAIPORÃ

Prezado(a) Senhor(a):

Gostaríamos de convidá-lo a participar da pesquisa **“A REALIDADE DE TRABALHO DOS CORTADORES DE CANA-DE-AÇÚCAR NO VALE DO IVAÍ/PR”**, realizada pela discente Jéssica Mostasso Lisboa, do curso de Serviço Social da Universidade Estadual de Maringá, sob orientação do Prof. Peterson Alexandre Marino.

Os objetivos da pesquisa são:

**Objetivo Geral:**

Analisar a realidade objetiva do trabalho dos cortadores de cana de açúcar na região do Vale do Ivaí-PR.

**Objetivos Específicos:**

- a) descrever a constituição do indivíduo social por meio da atividade denominada trabalho, atribuindo visibilidade às formas assumidas pelo trabalho e as vivenciadas pelo homem;
- b) discutir as condições do mundo do trabalho desde a crise do feudalismo e o surgimento do sistema capitalista no século XV, e os reflexos ocorridos no mundo do trabalho na década de 1970, como estes rebateram nas condições de trabalho;
- c) analisar o mundo do agronegócio e as consequências advindas da exploração desmedida da mão de obra e da terra;
- d) levantar as necessidades trabalhistas e sociais dos trabalhadores da indústria canavieira;

- e) abordar as ações do assistente social dentro das Usinas no Vale do Ivaí e o seu papel na garantia dos direitos (humanos, sociais e trabalhistas) desses trabalhadores; analisar a rotina do trabalhador, seus passos de produção, e sua segurança e equipamentos de proteção (principais dificuldades, anseios e projetos de vida).

A sua participação é muito importante e ela se dará por meio da realização de uma entrevista em um local de sua escolha. Gostaríamos de esclarecer que sua participação é totalmente voluntária, assim, o (a) senhor (a) não pagará nem será remunerado por sua participação e poderá recusar-se a participar, ou mesmo desistir a qualquer momento sem que isto acarrete qualquer ônus ou prejuízo à sua pessoa. Informamos ainda, que as informações serão utilizadas somente para os fins desta pesquisa e serão tratadas com o mais absoluto sigilo e confidencialidade, de modo a preservar a sua identidade. A mídia digital com a gravação de áudio será destruída após seu uso pelo pesquisador.

Qualquer dúvida sobre a pesquisa, o (a) senhor(a) tem reservado o direito de esclarecimento, que poderá ser realizado pelo discente Jéssica Mostasso Lisboa, pelo telefone (xx) xxxx xxxx.

Ivaiporã agosto de 2014.

Discente: Jéssica Mostasso Lisboa

Pesquisadora Responsável:

\_\_\_\_\_ (nome  
**por extenso do sujeito de pesquisa**), tendo sido devidamente esclarecido sobre os procedimentos da pesquisa, concordo em participar **voluntariamente** da pesquisa descrita acima.

Assinatura (ou impressão dactiloscópica): \_\_\_\_\_

Data: \_\_\_\_/\_\_\_\_/2014.